

2009 Relatório de Sustentabilidade

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Este relatório é melhor visualizado na versão Adobe Reader 9. Para atualizar sua versão do Adobe, **clique aqui**.



Índice

01 02 03 04 05 06 07 08 09

Unidade de Cogeração Lages

Visão, Missão e Valores 03

Destaques 2009 04

Mensagem da Administração 06

Sobre o Relatório de Sustentabilidade 08

01 **PERFIL INSTITUCIONAL** 11
02 **GOVERNANÇA CORPORATIVA** 21
03 **ESTRATÉGIA E VANTAGENS COMPETITIVAS** 26
04 **ATIVOS INTANGÍVEIS** 28
05 **GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS** 30

06 **GESTÃO ECONÔMICA** 32
Cenário macroeconômico 33
Setor elétrico brasileiro 34
Desempenho operacional e econômico-financeiro 36
Mercado de capitais 49

07 **GESTÃO AMBIENTAL** 52
Política ambiental 53
Sistema de gestão ambiental 54
Objetivos, metas e programas de gestão ambiental 56
Implantação de novos empreendimentos 59
Projetos socioambientais desenvolvidos nas usinas 59
Reservatórios 61
Indicadores ambientais consolidados 63

08 **GESTÃO SOCIAL** 73
Empregados e seus representantes 75
Comunidade 83
Imprensa 88
Clientes 88
Fornecedores 90
Governo 91
Acionistas 92

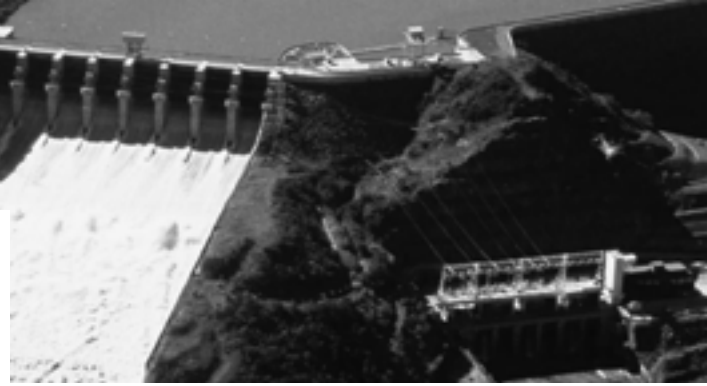
09 **PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS** 93

Balanço Social consolidado 95
Índice GRI 97
Informações corporativas 109
Relatório de asseguração limitada 111

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 114

Foto da capa: Usina Hidrelétrica Salto Osório

Visão, Missão e Valores



Usina Hidrelétrica Machadinho

VISÃO

Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil.

MISSÃO

Gerar energia para a vida.

VALORES

Profissionalismo
Cooperação
Espírito de equipe
Criação de valor
Respeito ao meio ambiente
Ética



Destaques



Usina Hidrelétrica Cana Brava

Principais indicadores

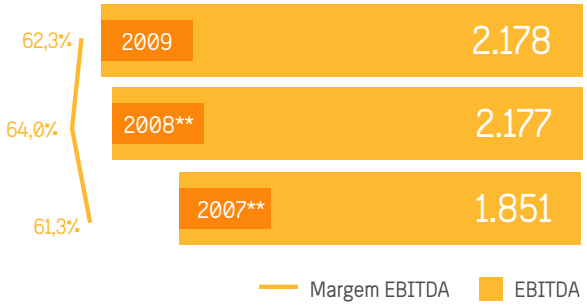
	2007	2008	2009	Variação 2009/2008
Indicadores econômicos (R$ milhões)				
Receita operacional bruta	3.338,3[6]	3.793,3[6]	3.886,3	2,5%
Receita operacional líquida	3.017,0[6]	3.400,3[6]	3.496,7	2,8%
EBITDA[1]	1.850,7[6]	2.176,6[6]	2.177,7	0,1%
Margem EBITDA (%)	61,3[6]	64,0[6]	62,3	-1,7 p.p.
Resultado de serviço – EBIT[2]	1.620,0[6]	1.910,2[6]	1.837,8	-3,8%
Resultado financeiro	(134,7)	(320,7)[6]	(239,8)	-25,2%
Lucro líquido	1.045,7	1.115,2	1.134,4	1,7%
Indicadores financeiros (R$ milhões)				
Ativo total	6.598,0	8.341,8	9.654,1	15,7%
Patrimônio líquido	2.816,9	3.170,8	3.681,3	16,1%
Investimentos	379,4	1.488,9	323,6	-78,3%
Dívida líquida ajustada[3]	1.019,1	2.558,6	2.160,0	-15,6%
Ações				
Número de ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0,0%
Lucro (prejuízo) líquido por ação (R$)	1,6019	1,7084	1,7379	1,7%
Preço médio da ação – ON (R$)[4]	20,32	20,99	19,33	-7,9%
Distribuição de dividendos (R$ milhões)	993,3	756,3	623,9	-17,5%
Mercado				
Vendas de energia (GWh)[5]	32.800	30.661	30.911	0,8%
Vendas de energia (MW médios)	3.744	3.491	3.529	1,1%
Corpo funcional				
Empregados (número)	917	941	990	5,2%

[1] EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.
[2] EBIT representa: lucro operacional + resultado financeiro.
[3] Dívida líquida ajustada = dívida bruta – caixa e equivalentes de caixa.
[4] Média simples dos preços de fechamento.
[5] 2008 foi ano bissexto.
[6] Valores após reclassificação contábil.

Lucro Líquido
(R$ milhões)



EBITDA* e Margem EBITDA
(R$ milhões e %)



* EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

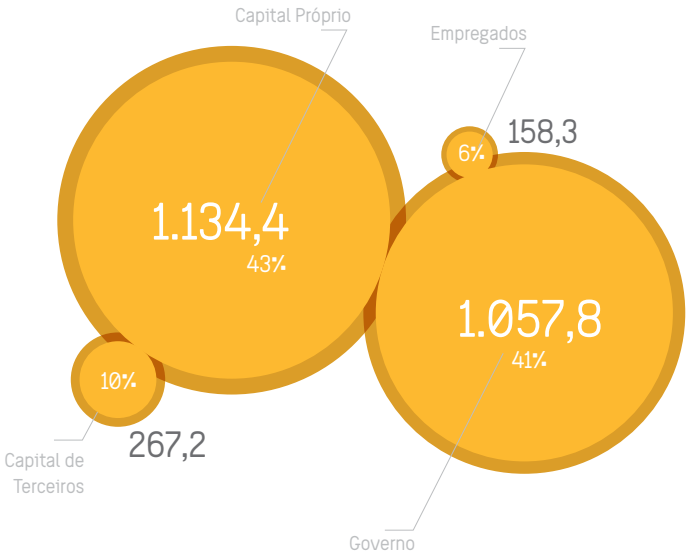
**Os valores referentes a 2007 e 2008 passaram por reclassificação contábil.

Destaques



Usina Hidrelétrica Itá

Distribuição do Valor Adicionado
(R$ milhões e %)



Receita Operacional Líquida
(R$ milhões)

2009	3.497
2008*	3.400
2007*	3.017

*Os valores referentes a 2007 e 2008 passaram por reclassificação contábil.

Produção de Energia
(GWh)

2009	31.763
2008	34.128
2007	33.858

Capacidade Instalada Própria
(MW)

2009	6.431
2008	6.189
2007	5.918

Vendas de Energia
(MW médios)

2009	3.529
2008	3.491
2007	3.744



Mensagem da Administração

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

A Tractebel Energia alcançou um excelente desempenho econômico-financeiro no ano de 2009, traduzido em um lucro líquido de R$ 1.134 milhões, superando em 1,7% o resultado do ano anterior e que representa um valor recorde pelo sexto exercício consecutivo. Seu significado é ainda maior por ter sido obtido em um ano marcado pela crise mundial.

Foi também o ano em que se consolidou nosso segundo ciclo de expansão. A Companhia vem mantendo-se desde o início das suas atividades na liderança do setor privado de geração de energia elétrica, o que atesta como correta sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades de mercado. O primeiro ciclo foi concluído em 2003, quando atingimos um índice de crescimento de 58% da capacidade instalada própria original. Ao término de 2009, depois da entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada em São Salvador (TO), passamos a operar na Região Norte e elevamos nossa capacidade a 6.431 MW, ou seja, um crescimento de 73% ao longo de 11 anos. Ao final de mais um ano de trabalho intenso, vemos emergir uma empresa de indiscutível solidez, que responde por um parque gerador com 19 usinas e que representa aproximadamente 7% da capacidade do Sistema Interligado Nacional.

Outro fator de relevância no caminho da expansão responsável que marcou 2009 foi a aquisição da participação de 40,07% na Usina Hidrelétrica Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, já com os riscos mais representativos da implantação de um empreendimento hidrelétrico de grande porte superados.Esta usina agregará ao parque nacional uma capacidade instalada de 1.087 MW, dos quais 436 MW serão adicionados à da Tractebel Energia, que será também responsável por sua operação e manutenção.

O ano de 2009 foi também de superação de marcos na área de produção para a Tractebel Energia. Em agosto, foi atingido o recorde mensal de geração de energia elétrica: 4.028.231 MWh, ou 5.414 MW médios. Para essa marca, contribuíram todas as usinas do nosso portfólio, incluindo as eólicas, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e São Salvador. Outro recorde ocorreu em 9 de dezembro, quando as usinas operadas pela Companhia atingiram o valor instantâneo máximo de potência de 6.807 MW, ou seja, um fator de capacidade de 90,9% sobre os 7.490 MW por nós operados. No ano, o índice de disponibilidade das usinas, descontadas as paradas programadas, alcançou 98,9%, o maior de nosso histórico. Essas marcas demonstram a capacidade da Companhia em responder prontamente e com confiabilidade à demanda e assim corresponder à reação brasileira à crise de 2009.

Necessário observar que esta mesma crise, que trouxe impacto na atividade de importantes setores industriais do País, acarretando reduções de demanda por parte dos clientes do mercado livre, não atingiu nossa Companhia com a mesma intensidade. Se, por um lado, a estratégia de conceder flexibilidade nos contratos com esse segmento acarretou a redução de vendas, por outro, nos permitiu adquirir menor volume de terceiros para recompor nossas disponibilidades e assim manter nosso portfólio equilibrado.

Em mais uma demonstração do nosso compromisso com a sustentabilidade, iniciamos em 2009 o processo de certificação nas normas OHSAS 18001 e NBR 16001, respectivamente de Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social, em 14 usinas: as mesmas 13 já certificadas nas normas ISO 9001, da Qualidade, e 14001, do Meio Ambiente, mais São Salvador. A meta é obter essas novas certificações em 2010, simultaneamente à renovação das existentes, obtidas em 2007 e cuja validade é de três anos. Na sequência, a Companhia pretende buscar a certificação das demais usinas do seu parque gerador, ou seja, as adquiridas e as que entraram em operação recentemente, uma vez mais criando valor para todos os seus públicos de interesse. Aliás, o compromisso da Tractebel Energia com a sustentabilidade possibilitou nossa permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, do qual temos tido a satisfação de fazer parte ininterruptamente desde o seu lançamento, em 2005.

Dentre as iniciativas em prol do meio ambiente e da comunidade, foram iniciadas as obras do Parque Ambiental Jorge Lacerda, uma área de 50 hectares, localizada junto ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, no sul de Santa Catarina. O parque estará aberto ao público em 2011 e se tornará uma importante opção de lazer educativo e cultural. Contará com lago, pistas de caminhadas e ciclovias, um museu do Complexo, horto florestal e concha acústica, com mecanismos sustentáveis, como a captação da água da chuva, seu aquecimento com garrafas plásticas recicladas e o tratamento de esgoto por um sistema no qual uma vegetação própria se alimenta do material orgânico e torna a água reutilizável. Cinzas descartadas pelo Complexo misturadas com cimento serão empregadas na construção das edificações, da pista de caminhadas e ciclovia – uma solução que vem sendo empregada em conjunto com cimenteiras da região, substituindo parte do cimento convencional ou a areia fina para blocos de concreto, inclusive para casas populares.

O Parque contará com um Centro de Cultura e Sustentabilidade, com auditório de 350 lugares para manifestações artísticas e culturais, oficinas de música, teatro, dança e inclusão digital, galpão de exposições e registro da memória do município e do Complexo. A gestão desse polo de lazer, educação e cultura ficará a cargo de uma associação autônoma, composta por representações regionais, tudo isso ratificando a postura da Tractebel Energia como promotora de iniciativas sustentáveis, contemplando de forma clara suas três dimensões: ambiental, social e econômica.

Vemos 2010 como outro ano de consolidação do nosso segundo ciclo de expansão, a partir da inauguração da usina de biomassa Destilaria Andrade, de 33 MW e localizada em Pitangueiras (SP), e da PCH Areia Branca, de 20 MW, entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG), eventos que possibilitarão à nossa Companhia operar nas cinco regiões do Brasil. Além de Estreito, ainda neste ciclo é esperado o ingresso em nosso parque gerador de 50,1% da Usina Hidrelétrica Jirau, de 3.450 MW. Dessa forma, a Tractebel Energia atingirá, ao final deste segundo ciclo de crescimento, 8.633 MW de capacidade própria, uma ampliação de 132% em relação a 1998, ano de sua constituição.

Estamos certos de que é dessa maneira que se preserva cada vez mais o meio ambiente, gerando mais valor para a sociedade e para os nossos acionistas, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração







Sobre o Relatório de Sustentabilidade

Usina Hidrelétrica Salto Osório

O Relatório de Sustentabilidade da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou "a Companhia") apresenta informações sobre seu desempenho e gestão, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, referentes ao exercício de 2009. Os dados englobam as atividades da Companhia e de todas as suas controladas.

Com periodicidade anual, esta é a terceira publicação consecutiva baseada nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional para a produção de relatórios de sustentabilidade. O objetivo da aplicação dessas diretrizes é apresentar informações transparentes e permitir a comparação, em âmbito internacional, do desempenho da sustentabilidade no decorrer dos anos e entre organizações de todos os setores de atividade.

Nesse sentido, como um canal de prestação de contas completa, o Relatório alcançou o nível A+ das diretrizes GRI, o mais abrangente entre os três possíveis (A, B e C), mantendo a classificação alcançada em 2008.

Durante o processo de elaboração da publicação, representantes de diversas equipes da Tractebel, incluindo do Comitê de Sustentabilidade, coordenados pela equipe de Relações com Investidores, colaboraram com a definição e o levantamento dos dados para o relato de acordo com sua importância para o negócio da Companhia e para seus públicos.

Nível de aplicação das diretrizes GRI

		C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declarado		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
Opcional	Examinado por Terceiros		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
	Examinado pela GRI		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		GRI REPORT GRI CHECKED

Como parte dos esforços da Companhia para o desenvolvimento sustentável e redução de seu impacto ambiental, o Relatório de Sustentabilidade 2009 foi impresso em uma versão resumida, com os principais indicadores do ano. A versão completa interativa foi publicada em português e em inglês e está disponível para download no website da Tractebel **(www.tractebelenergia.com.br).**

Engajamento dos *stakeholders*

Em um processo multidisciplinar prévio à elaboração do relatório, a Companhia realizou uma consulta eletrônica com seus públicos de interesse (*stakeholders*) sobre os temas a serem abordados, a fim de identificar o grau de importância e interesse de cada tema para os diferentes públicos e, assim, aumentar a representatividade das informações no relato.

Públicos de interesse consultados

Públicos de interesse	
Empregados e seus representantes	Empregados próprios, terceirizados e sindicatos
Comunidade	População do entorno das usinas e da sede
Imprensa	Jornalistas e veículos de comunicação (televisão, rádio, jornais, revistas e websites)
Clientes	Comercializadoras, distribuidoras, clientes livres e geradoras
Fornecedores	Fornecedores de materiais, equipamentos e serviços
Governo	Órgãos de administração (federal, estadual e municipal) e órgãos reguladores do setor
Acionistas	Controlador (GDF SUEZ) e acionistas minoritários
Entidades sociais, ambientais e do setor	ONGs, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e entidades representativas
Instituições financeiras	Bancos, agentes financiadores e debenturistas
Empresas do setor	Parceiros e concorrentes

O resultado da consulta apontou cinco temas prioritários:

Biodiversidade

Emissões, efluentes e resíduos

Iniciativas para mitigar impactos ambientais de seus produtos e serviços

Saúde e segurança no trabalho

Comunidade

Esses temas são apresentados no decorrer desta publicação, bem como as demais iniciativas e gestão desenvolvidas para criação de valor e de oportunidades e minimização dos impactos e riscos para cada um de nossos públicos de interesse.

Limite

Os dados relatados nesta publicação abrangem a Tractebel Energia e todas as suas controladas, além de informações sobre as participações da Companhia nos consórcios Itá e Machadinho e sobre a participação acionária na Machadinho Energética S.A. (Maesa).

Em relação ao relatório anterior, a principal mudança é a adoção do Suplemento Setorial da GRI para o setor de energia – conjunto de diretrizes específicas referentes ao setor – e consequentemente o relato de seus indicadores, além da correlação entre os indicadores GRI publicados e os compromissos do Pacto Global – que a Companhia adere por meio de sua controladora (GDF SUEZ), expressa no índice GRI, ao final da publicação.

Usina Hidrelétrica Itá





01 Perfil institucional

Unidade de Cogeração Lages

A Tractebel Energia, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, atua desde 1998 na implantação e operação de usinas geradoras e na comercialização de energia elétrica.

Com sede em Florianópolis, Santa Catarina, a Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. É controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos maiores do mundo nas áreas de energia, água e gestão de resíduos.

A Tractebel conta com 19 usinas (oito hidrelétricas, seis termelétricas e cinco classificadas como complementares – biomassa, Pequena Central Hidrelétrica e eólica), sendo que duas hidrelétricas (UHE Itá e UHE Machadinho) são administradas por meio de consórcios com outras empresas. Do total da potência dessas usinas, 82% são provenientes de fontes renováveis.

A capacidade instalada própria do parque gerador da Companhia é de 6.431,0 MW, cuja produção de energia equivale a aproximadamente 7% do consumo de eletricidade nacional. Considerando-se as parcelas detidas por outros investidores nos dois consórcios, o parque operado pela Tractebel tem a capacidade instalada total de 7.490,2 MW.

Outras três usinas estão em construção – Usina Hidrelétrica Estreito (1.087,0 MW), em Estreito (TO); Usina Termelétrica Destilaria Andrade (33,0 MW), em Pitangueiras (SP) e PCH Areia Branca (19,8 MW), entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG). Considerando-se a energia que corresponde à participação da Tractebel nesses projetos, serão agregados 473,8 MW à capacidade instalada própria da Companhia. Em 2009, a Tractebel foi contratada pelo Consórcio Estreito para a operação e manutenção da usina de mesmo nome, o que elevará a capacidade total operada pela Companhia, incluindo as usinas em construção mencionadas anteriormente, em 1.139,8 MW. Permanentemente, novos projetos são analisados para a ampliação sustentável do negócio.

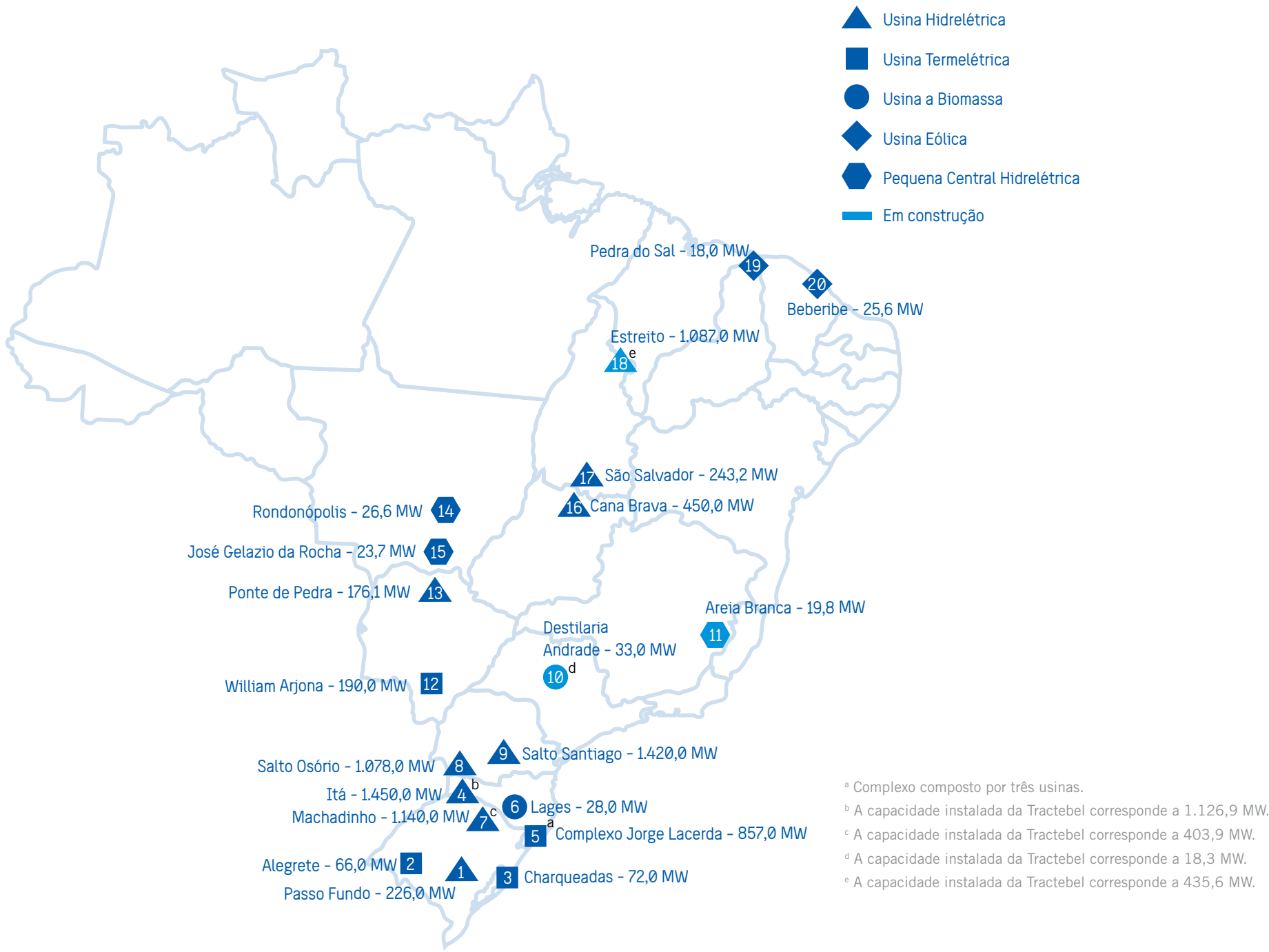
Usina Hidrelétrica São Salvador



Em 2009, entrou em operação a Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO). Com 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada, a usina produz o suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 1 milhão de habitantes.

Com investimento de aproximadamente R$ 850 milhões, o empreendimento foi o primeiro do setor a obter financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

PARQUE GERADOR E CAPACIDADE INSTALADA



[a] Complexo composto por três usinas.
[b] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 1.126,9 MW.
[c] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 403,9 MW.
[d] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 18,3 MW.
[e] A capacidade instalada da Tractebel corresponde a 435,6 MW.

PARQUE GERADOR – SUL

1 Hidrelétrica Passo Fundo

Primeira usina hidrelétrica do parque gerador a entrar em operação, passou por completa modernização tecnológica concluída em 2001
Início das operações: 1973
Localização: Entre Rios do Sul (RS) – Rio Passo Fundo
Capacidade instalada: 226,0 MW – duas unidades geradoras de 113,0 MW
Capacidade comercial: 119,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

2 Termelétrica Alegrete

Estrategicamente localizada, garante a qualidade da energia na região oeste do Rio Grande do Sul
Início das operações: 1968
Localização: Alegrete (RS)
Fonte de energia: óleo combustível
Capacidade instalada: 66,0 MW – duas unidades geradoras de 33,0 MW
Capacidade comercial: 21,1 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

3 Termelétrica Charqueadas

Instalada próxima a um grande centro consumidor de energia, a região metropolitana de Porto Alegre, tem função estratégica em casos de déficit de capacidade de geração hidrelétrica
Início das operações: 1962
Localização: Charqueadas (RS)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 72,0 MW – quatro unidades geradoras de 18,0 MW
Capacidade comercial: 45,7 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

4 Hidrelétrica Itá

Primeira grande hidrelétrica construída pela iniciativa privada no País, tornou-se referência tecnológica e de gestão socioambiental
Início das operações: 2000
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) – Rio Uruguai
Capacidade instalada total: 1.450,0 MW – cinco unidades geradoras de 290,0 MW
Capacidade instalada da Tractebel: 1.126,9 MW
Capacidade comercial da Tractebel: 544,2 MW médios
Validade da concessão: 2030 – concedida à Tractebel e à sua controlada Itasa S.A., que formam o Consórcio Itá, com respectivamente 39,5% e 60,5%. A Itasa, por sua vez, é composta pela Tractebel e pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com 48,75% cada, e pela Cimento Itambé, com 2,5%
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

5 Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (três usinas)

Maior conjunto gerador a carvão da América do Sul, é fundamental para abastecer a Região Sul do Brasil, principalmente durante períodos de estiagem
Início das operações: 1965
Localização: Capivari de Baixo (SC)
Fonte de energia: carvão mineral
Capacidade instalada: 857,0 MW em três usinas – Jorge Lacerda A, com duas unidades geradoras de 50,0 MW e duas de 66,0 MW; Jorge Lacerda B, com duas unidades de 131,0 MW; e Jorge Lacerda C, com uma de 363,0 MW
Capacidade comercial: 649,9 MW médios
Validade da autorização: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda



Usina Hidrelétrica Machadinho



PARQUE GERADOR – SUL

6 Unidade de Cogeração Lages

Uma das primeiras usinas termelétricas no Brasil a obter o registro no Comitê do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Utiliza resíduos de madeira na produção de energia elétrica e vapor. Tem uma geração estimada de 220 mil créditos de carbono por ano até 2014

Início das operações: 2003
Localização: Lages (SC)
Fonte de energia: biomassa – cavaco de madeira (proveniente de refugo de madeireiras)
Capacidade instalada: 28,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade comercial: 25,0 MW médios
Autorização para operação: 2032
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

7 Hidrelétrica Machadinho

Destaque entre as usinas da Tractebel devido à elevada relação entre a capacidade de geração instalada e a área do reservatório. O projeto original da usina foi alterado para que esse benefício fosse alcançado

Início das operações: 2002
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS) – Rio Pelotas
Capacidade instalada total: 1.140,0 MW – três unidades geradoras de 380,0 MW
Capacidade instalada da Tractebel: 403,9 MW
Capacidade comercial da Tractebel: 147,2 MW médios
Validade da concessão: 2032 – concedida às empresas integrantes do Consórcio Machadinho, formado pela Tractebel (19,28%) e demais consorciadas que compõem a Machadinho Energética S.A.: Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Alcoa Alumínio, Valesul Alumínio, Votorantim Cimentos Brasil, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE – GT), Camargo Corrêa Cimentos e Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME – PC), que representam 80,72% de participação no Consórcio
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

8 Hidrelétrica Salto Osório

Desenvolve um programa de gestão socioambiental que contempla, entre outras ações, reflorestamentos com espécies nativas e levantamentos e estudos sobre a qualidade da água e as espécies de peixes existentes nos reservatórios

Início das operações: 1975
Localização: entre os municípios de Quedas do Iguaçu (PR) e São Jorge d'Oeste (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.078,0 MW – quatro unidades geradoras de 182,0 MW e duas de 175,0 MW
Capacidade comercial: 522,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

9 Hidrelétrica Salto Santiago

Segunda maior usina em capacidade instalada operada pela Companhia, funciona como centro de operação remota da hidrelétrica Cana Brava

Início das operações: 1980
Localização: entre os municípios de Saudade do Iguaçu (PR) e Rio Bonito do Iguaçu (PR) – Rio Iguaçu
Capacidade instalada: 1.420,0 MW – quatro unidades geradoras de 355,0 MW
Capacidade comercial: 723,0 MW médios
Validade da concessão: 2028
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

PARQUE GERADOR – SUDESTE

10 Termelétrica Destilaria Andrade

Usina em construção, teve sua energia vendida no 1º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2008, e será a primeira usina do parque gerador da Companhia a utilizar bagaço de cana-de-açúcar como combustível
Início da operação: previsto para 2010
Localização: Pitangueiras (SP)
Fonte de energia: biomassa – bagaço da cana-de-açúcar
Capacidade instalada total: 33,0 MW – uma unidade geradora
Capacidade instalada da Tractebel: 18,3 MW
Capacidade comercial da Tractebel: 11,1 MW
Validade da autorização: 2025 – concedida ao Consórcio Andrade, formado pela Ibitiúva Bioenergética S.A. (empresa controlada pela Tractebel, com 76,0%), que detém 72,9%, e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A. (controlada pela Açúcar Guarani S.A.), com 27,1% do capital. Dessa forma, a Companhia detém aproximadamente 55% do projeto
Certificações: entrará em operação seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas visando a obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

11 Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca

Usina em construção, reforçará o portfólio de fontes de energia complementares da Companhia
Início da operação: previsto para 2010
Localização: entre os municípios de Caratinga (MG) e Ipanema (MG) – Rio Manhuaçu
Capacidade instalada: 19,8 MW – duas unidades geradoras de 9,9 MW
Capacidade comercial: 11,1 MW médios
Validade da autorização: 2030
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas

PARQUE GERADOR – CENTRO-OESTE

12 Termelétrica William Arjona

Primeira usina movida a gás natural no País e a utilizar o gasoduto Brasil-Bolívia
Início da operação: 1999
Localização: Campo Grande (MS)
Fonte de energia: gás natural e óleo diesel
Capacidade instalada: 190,0 MW – três unidades geradoras de 40,0 MW e duas de 35,0 MW
Capacidade comercial: 136,1 MW médios
Validade da autorização: 2029
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

13 Hidrelétrica Ponte de Pedra

Primeiro empreendimento em operação adquirido pela Tractebel (aquisição em 2008)
Início da operação: 2005
Localização: entre os municípios de Sonora (MS) e Itiquira (MT) – Rio Correntes
Capacidade instalada: 176,1 MW – três unidades geradoras de 58,7 MW
Capacidade comercial: 131,6 MW médios
Validade da concessão: 2035
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas visando a obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Usina Termelétrica William Arjona



Usina Hidrelétrica Cana Brava



PARQUE GERADOR – CENTRO-OESTE

14 Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis

Adquirida pela Companhia em 2008, foi o primeiro investimento em PCH, juntamente à usina José Gelazio da Rocha, reforçando a estratégia de investimento em energia complementar
Início da operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) – Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade instalada: 26,6 MW – três unidades geradoras de 8,9 MW
Capacidade comercial: 14,0 MW médios
Validade da autorização: 2032
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas

15 Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha

Adquirida em 2008, localiza-se próximo à hidrelétrica Ponte de Pedra e à PCH Rondonópolis, o que permite sinergia nas operações
Início da operação: 2007
Localização: Rondonópolis (MT) – Ribeirão Ponte de Pedra
Capacidade instalada: 23,7 MW – três unidades geradoras de 7,9 MW
Capacidade comercial: 11,9 MW médios
Validade da autorização: 2032
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas

16 Hidrelétrica Cana Brava

Primeiro investimento em energia do Grupo GDF SUEZ no Brasil, anterior à aquisição do controle acionário da Tractebel
Início da operação: 2002
Localização: entre os municípios de Cavalcante (GO), Minaçu (GO) e Colinas do Sul (GO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada: 450,0 MW – três unidades geradoras de 150,0 MW
Capacidade comercial: 273,5 MW médios
Validade da concessão: 2033
Certificações: NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

PARQUE GERADOR – NORTE

17 Hidrelétrica São Salvador

Inaugurado em 2009, o empreendimento foi o primeiro a contar com incentivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
Início da operação: 2009
Localização: entre os municípios de São Salvador (TO) e Paranã (TO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada: 243,2 MW – duas unidades geradoras de 121,6 MW
Capacidade comercial: 148,5 MW médios
Validade da concessão: 2037
Certificações: obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 prevista para 2010

PARQUE GERADOR – NORDESTE

18 Hidrelétrica Estreito

Em fase adiantada de implantação, a usina será operada pela Tractebel a partir de sua inauguração
Início da operação: previsto para 2011
Localização: entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO) – Rio Tocantins
Capacidade instalada total: 1.087,0 MW – oito unidades geradoras de 135,9 MW
Capacidade instalada da Tractebel: 435,6 MW
Capacidade comercial da Tractebel: 256,9 MW médios
Validade da concessão: 2037 – concedida ao Consórcio Estreito Energia (Ceste), composto pela SUEZ Energia Renovável S.A. (SER) (40,1%), Vale (30,0%), Alcoa Alumínio (25,5%) e Camargo Corrêa (4,4%)
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas visando a obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

PARQUE GERADOR – NORDESTE

19 Usina Eólica Pedra do Sal

Primeira usina eólica desenvolvida pela Tractebel, assim como Beberibe
Início da operação: 2008
Localização: Parnaíba (PI)
Capacidade instalada: 18,0 MW – 20 aerogeradores de 0,9 MW
Capacidade comercial: 7,8 MW médios
Validade da concessão: 2032
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas visando a obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

20 Usina Eólica Beberibe

Faz parte da estratégia da Companhia em expandir seu parque gerador por meio de fontes complementares
Início da operação: 2008
Localização: Beberibe (CE)
Capacidade instalada: 25,6 MW – 32 aerogeradores de 0,8 MW
Capacidade comercial: 9,8 MW médios
Validade da concessão: 2033
Certificações: opera seguindo os mesmos procedimentos das usinas já certificadas visando a obtenção das certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001

Do total da potência das 19 usinas da Tractebel, 82% são provenientes de fontes renováveis

Usina Eólica Beberibe



ESTRUTURA E CONTROLE

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia totalizava R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3. A Tractebel possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A GDF SUEZ Energy Latin America Participações, integrante do grupo GDF SUEZ, possui o controle acionário da Companhia, respondendo por 68,71% de seu capital.

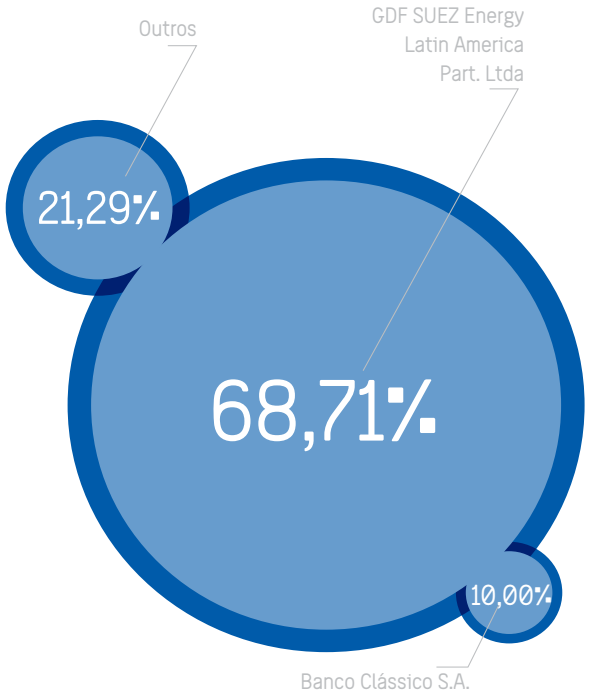
A GDF SUEZ, controladora da Companhia, é um grupo internacional de origem franco-belga que dedica suas atividades ao desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras para os setores de energia, água e gestão de resíduos.

Com cerca de 200 mil empregados e capacidade instalada total de aproximadamente 60 mil MW, o Grupo é o maior produtor independente de energia do mundo.

Saiba mais em www.gdfsuez.com

A Tractebel, por sua vez, detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., Seival Participações S.A., Ponte de Pedra Energética S.A., Tractebel Energia Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Essa última intermedeia e opera compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

Controle Acionário



Usina Hidrelétrica Cana Brava



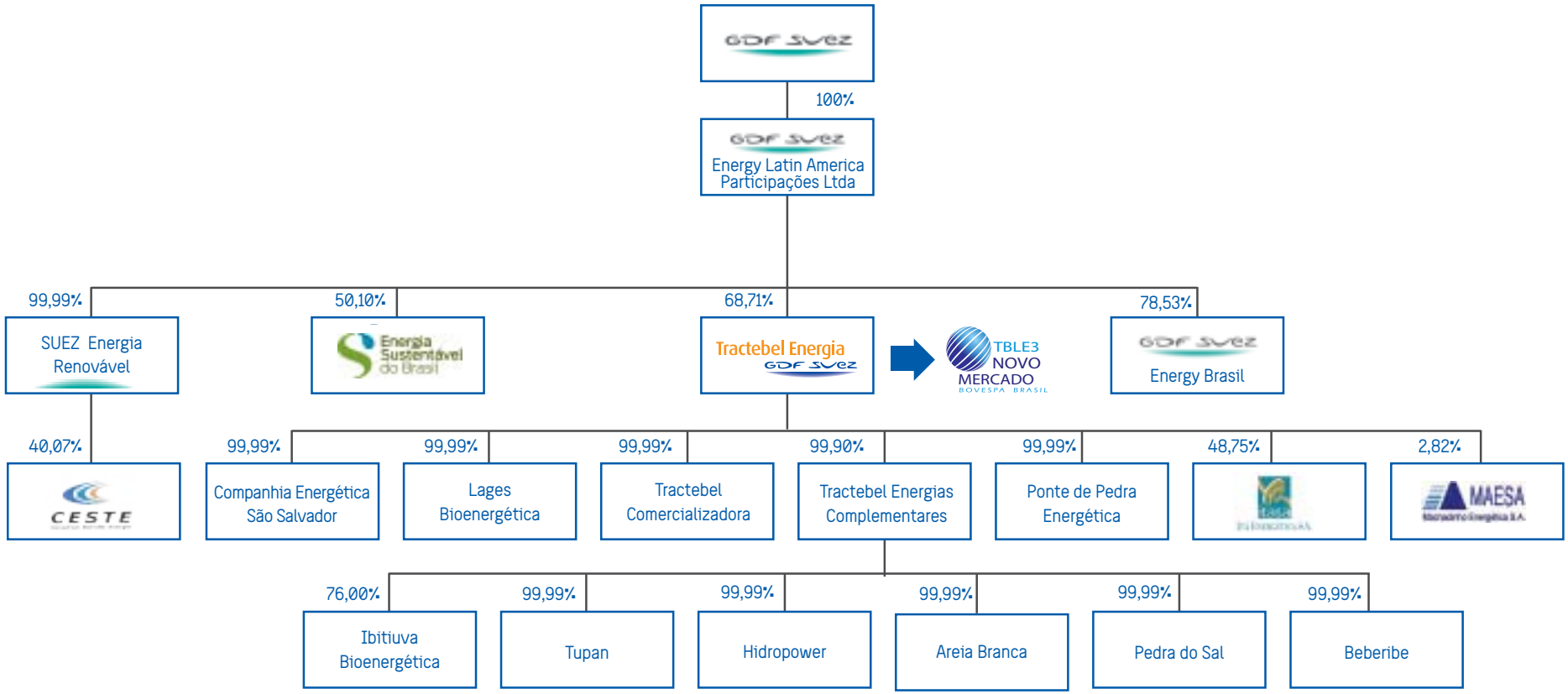
A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa) e de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho.

Além disso, com participação de 48,75%, a Tractebel possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa), empresa que detém por meio de consórcio, junto com a própria Tractebel, a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá e que possui 60,5% do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento. Somada à participação direta de 39,5% que tem no Consórcio, a Companhia totaliza a detenção de aproximadamente 70% da Usina.

O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, enquanto que as deliberações de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas por um comitê gestor composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel.

Em 17 de junho de 2009, a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (anteriormente denominada Gama Participações Ltda.), controlada integral da Companhia, concluiu a operação de aquisição de 99,99% do capital social das empresas Hidropower Energia S.A., Tupan Energia Elétrica S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Hidrelétrica Areia Branca S.A. e Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. O processo de aquisição dessas empresas havia iniciado em 2008.

Organograma societário*



*Estrutura simplificada.



02 Governança corporativa

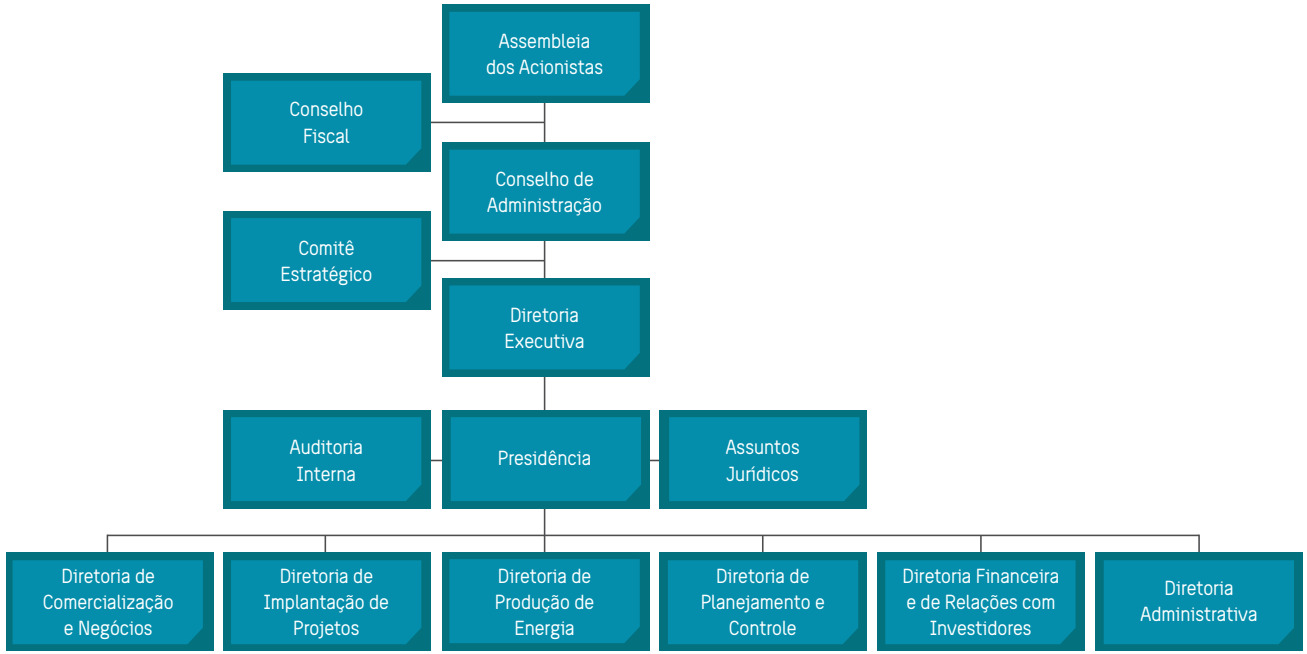
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

A conduta dos negócios da Companhia segue as melhores práticas de governança corporativa e o compromisso com a prestação de contas e com a transparência da gestão. As ações da Tractebel são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, segmento composto por ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia é composta por diversos órgãos com responsabilidades compartilhadas e complementares visando a manutenção do sólido desenvolvimento do negócio e a criação de valor para todos os seus públicos.

Organograma geral



Usina Termelétrica Alegrete



Conselho de Administração

As principais atribuições do Conselho de Administração da Tractebel são estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovar o orçamento anual, além de eleger e destituir os diretores, bem como fixar suas responsabilidades.

O Conselho é composto por nove membros efetivos e nove suplentes, sendo dois membros independentes e um representante eleito pelos empregados. Com exceção desse último, todos são eleitos por acionistas, em Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Nas Assembleias, os acionistas minoritários têm o direito de fazer recomendações e orientar o Conselho quanto à tomada de decisão.

Os Conselheiros atuais foram reeleitos em 2008 e o mandato expira em abril de 2010. O Diretor-Presidente da Companhia integra o quadro de conselheiros, mas não ocupa a presidência do Conselho.

Em 2009, Alain Janssens passou a integrar o Conselho de Administração, assumindo a posição ocupada pelo conselheiro suplente José Carlos Cauduro Minuzzo.

Conselho de Administração (2008-2010)

Cargo	Titulares
Presidente	Maurício Stolle Bähr
Vice-Presidente	Jan Franciscus María Flachet
Conselheiro e Diretor-Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro	Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro	Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro	Dirk Beeuwsaert
Conselheiro	José Pais Rangel
Conselheiro	Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro	Alain Janssens

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Tractebel é responsável pela direção geral e representação da Companhia, além de cumprir as atribuições determinadas pelo Conselho de Administração. Possui sete membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição.

Em 2009, Eduardo Antonio Gori Sattamini foi eleito Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, cargo até então acumulado pelo Diretor-Presidente Manoel Arlindo Zaroni Torres. O Diretor de Comercialização e Negócios foi eleito em novembro de 2008 e os demais integrantes da Diretoria, em 10 de maio de 2007.

Diretoria Executiva (2008-2010)

Cargo	Titulares
Diretor-Presidente	Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor de Produção de Energia	José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor Administrativo	Luciano Flávio Andriani
Diretor de Planejamento e Controle	Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Implantação de Projetos	Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios	José Luiz Jansson Laydner
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Eduardo Antonio Gori Sattamini

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Tractebel não tem caráter permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas. Responsável pela fiscalização dos atos e dos administradores, bem como por analisar as demonstrações financeiras, é composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, um deles indicado por acionistas minoritários. Atualmente é formado por três membros e três suplentes, eleitos em abril de 2009, com mandato de um ano.

Cargo	Titulares
Conselheiro-Presidente	Paulo de Resende Salgado
Conselheiro	Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro	Carlos Guerreiro Pinto

Comitês

Para executar suas atividades de forma mais eficiente e sustentável, a Tractebel conta com oito comitês, relacionados a áreas específicas do negócio. Os comitês são formados por integrantes de diferentes áreas da Companhia.

• Comitê de Energia: realiza o monitoramento constante do mercado de energia elétrica e estabelece a estratégia de comercialização, os preços de compra e venda e os limites das quantidades de energia envolvidas nos contratos que poderão fazer parte do portfólio da Companhia.

• Comitê de Gerenciamento de Risco: identifica e classifica os eventos que resultem em riscos aos negócios da Tractebel, segundo a probabilidade e a significância, e define os procedimentos de controle, as metas e diretrizes para seu gerenciamento e a conscientização do tratamento do risco da Companhia.

• Comitê Financeiro: submete à Diretoria Executiva políticas de aplicação de recursos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Quando necessário, recomenda operações de reestruturação de passivo e de captação.

• Comitê de Planejamento Tributário: decide, por meio da interpretação da legislação tributária, em quais casos ou circunstâncias a Tractebel deve fazer contestações administrativas e judiciais. Também apresenta sugestões de oportunidades de economia de origem fiscal em novos projetos da Companhia.

• Comitê de Ética: responde pela divulgação, aplicação e atualização do Código de Ética da Tractebel. Entre outras atribuições, julga casos de violação de maior gravidade e delibera sobre dúvidas de interpretação do conteúdo do Código.

• Comitê de Inovação: estimula o surgimento de inovações que agreguem valor à Companhia. Recebe e avalia as propostas, recomendando à Diretoria Executiva a alocação de recursos para a adoção das selecionadas, bem como ações de reconhecimento dos autores.

• Comitê de Sustentabilidade: contribui para consolidar a Tractebel como uma Companhia transparente e sustentável, que busca conciliar os interesses dos diferentes públicos com os quais interage. Desenvolve ações focadas na melhoria ambiental, cultural e social nos locais onde se encontram suas operações.

• Comitê Estratégico: órgão consultivo do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, trata de assuntos estratégicos da Companhia, como a seleção e o acompanhamento dos projetos de expansão do seu parque gerador e as tendências do setor elétrico. Suas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Auditoria

A auditoria do sistema de controle interno quanto à conformidade com a Sarbanes-Oxley (SOX), bem como de todos os resultados apresentados pela Companhia, é realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu, que presta exclusivamente serviços de auditoria externa.

Oito comitês multidisciplinares, relacionados a áreas específicas do negócio, dão suporte para a execução das atividades da Companhia de forma mais eficiente e sustentável

A estrutura de controle interno da Tractebel segue os regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que orienta a criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações, a fim de assegurar a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros.

Remuneração da Administração

A remuneração global e anual dos administradores é fixada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com base em responsabilidades e no mercado. O Conselho de Administração define a distribuição da remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.

A remuneração do Conselho tem valor fixo, enquanto a dos executivos é composta por uma parte fixa e outra variável (bônus), atribuída em função do alcance das metas atreladas aos objetivos da Companhia. Em 2009, a remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva somou R$ 10.257.358,34.

CÓDIGO DE ÉTICA

A conduta dos empregados e parceiros da Tractebel é pautada pelo seu Código de Ética, que reafirma os valores corporativos, esclarece questões de comportamento ético e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos com os quais a Companhia interage. O Comitê de Ética da Tractebel desenvolve constantemente ações de formação e conscientização, a fim de garantir o conhecimento adequado do Código de Ética pelo público em geral e, principalmente, pelos empregados.

Alinhado aos valores e princípios da GDF SUEZ, o documento é distribuído a todos os empregados e divulgado tanto na Intranet quanto no website da Companhia.

Conflito de interesses

O Código de Ética da Companhia explicita o dever de todos os empregados de evitar o conflito entre interesses pessoais e os da Companhia, indicando as principais situações nas quais o conflito pode acontecer e quais atitudes devem ser tomadas para evitá-lo ou eliminá-lo.

Corrupção

A Tractebel desaprova a corrupção sob todas suas formas. Nesse sentido, os princípios éticos da Companhia guiam seus empregados a não oferecer ou receber benefícios diretos ou indiretos como dinheiro, favores, viagens e serviços, entre outros. O Comitê de Ética tem a função de analisar possíveis casos de corrupção, bem como de definir as medidas a serem tomadas.

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE GESTÃO

As políticas e diretrizes de gestão são apresentadas no Estatuto Social, no Manual de Organização, no Manual de Pessoal, no Código de Ética, no Código de Meio Ambiente e nas diretrizes de comunicação empresarial. Além disso, seis normas de gestão administrativa tratam de limites de competência e assinaturas, organização e funcionamento dos órgãos da alta administração, compras, acesso e segurança das instalações, pagamentos e viagens.

Divulgação de informações

A política de divulgação da Tractebel atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBOVESPA. A Companhia informa fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios, de modo a oferecer aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos.

No website da Companhia são disponibilizados os relatórios de desempenho (trimestrais e anuais), os comunicados ao mercado, os *releases* de resultados, as políticas e práticas da Tractebel, bem como outras informações institucionais. As demonstrações financeiras são publicadas anualmente em jornais de ampla circulação e estão disponíveis no website.

As informações corporativas também são divulgadas no jornal Boas Novas, voltado ao público externo, no jornal interno Conexão e em boletins eletrônicos de circulação interna.



03 Estratégia e vantagens competitivas

Usina Hidrelétrica São Salvador

ESTRATÉGIA

A Companhia tem como objetivo ser referência no setor elétrico, mantendo sua posição de maior geradora privada do Brasil. Assim, busca criar valor para acionistas, clientes, empregados e sociedade, com solidez financeira e visão de longo prazo. Para tanto, adota as estratégias descritas a seguir.

Crescimento com disciplina financeira

A Tractebel busca o aumento das receitas com base na melhoria de preços futuros de energia e na ampliação de seu parque gerador, condicionada à obtenção de remuneração adequada dos investimentos. A Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011, quando previsões do setor apontam para um potencial aumento de preço. Além disso, sua sólida condição financeira, com reduzido nível de endividamento, aliada a uma forte geração de caixa, possibilita crescimento constante, com a participação em novos projetos e possíveis aquisições.

Maximização da eficiência do portfólio de clientes

A Companhia visa a otimização do portfólio de clientes, com base na valorização do segmento de clientes livres – os que têm liberdade para adquirir a energia elétrica de quaisquer fornecedores. Para isso, a Tractebel promove iniciativas, tais como o desenvolvimento de um amplo programa de fidelização e a prestação de serviços diversos, que têm como objetivo o uso eficiente da energia nas unidades industriais de seus clientes.

Eficiência operacional

A Tractebel persegue um sólido desempenho operacional e crescentes índices de produtividade, que permitem uma evolução contínua nas margens operacionais. Nos últimos anos, a Companhia manteve seu índice de disponibilidade superior a 97% (98,9% em 2009), descontadas as paradas programadas, previstas nos planos de manutenção preventiva, o que possibilita atender demandas não previstas do mercado.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Os diferenciais e as vantagens competitivas da Tractebel garantem o bom desempenho da Companhia e sustentam sua estratégia.

Potencial de crescimento

A Tractebel vem apresentando crescimento contínuo, com expansão de 66% de sua capacidade instalada na primeira década de atuação. Com forte capacidade financeira e com o suporte do seu acionista controlador, a GDF SUEZ (que pretende continuar investindo no Brasil), a Tractebel reafirma seu compromisso de expansão para os próximos anos.

Perfil de contratação de energia adequado

A Companhia busca um nível adequado de contratação, por meio da alocação da energia entre distribuidoras e clientes livres. Os contratos com as distribuidoras, nos quais os prazos de contratação são mais longos, proporcionam a estabilidade na geração de caixa. A flexibilidade das condições contratuais, principalmente em prazo e volume, otimiza o uso dos recursos energéticos da Companhia, aumentando a rentabilidade da carteira como um todo.

A disponibilidade de energia da Companhia é composta pela capacidade comercial das usinas hidrelétricas, termelétricas, as classificadas como complementares – isto é, eólicas, a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – e pelas compras realizadas para revenda. Praticamente toda essa disponibilidade está integralmente contratada até 2010, a preços competitivos. Para o longo prazo, a Companhia efetua análises permanentes de cenários e condições de mercado.

Pioneirismo no fornecimento em larga escala a clientes livres

Primeira companhia brasileira do setor a focar na venda de energia a clientes livres e no desenvolvimento de políticas de fidelização para esse segmento, a Tractebel desenvolveu o know-how necessário para o gerenciamento de contratos, o que proporciona maior eficiência na gestão de clientes.

Administração experiente e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa

Além de integrar o Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Tractebel possui um quadro gerencial experiente, capaz de inovar e antecipar soluções frente à evolução e às contínuas transformações no ambiente regulatório do setor elétrico.

Equilibrada distribuição de dividendos

A Tractebel adota uma política de distribuição de proventos não inferior a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais – taxa superior aos 30% previstos no Estatuto Social. Em 2009, o pagamento de proventos foi de 55% do lucro líquido do exercício.

Acionista controlador com vasta experiência no Brasil e no setor elétrico

Com mais de 50 anos de atuação no Brasil, a GDF SUEZ é um dos maiores grupos mundiais no setor de energia elétrica, água e gestão de resíduos. A capacidade instalada da Tractebel corresponde a cerca de 10% da capacidade de geração mundial da GDF SUEZ.

Equilíbrio no atendimento dos diversos interesses

Em sua atividade e em todas as ações, a Companhia considera os legítimos interesses dos públicos com os quais interage, buscando o equilíbrio entre as diferentes demandas, com objetivo de criar condições de sustentabilidade a longo prazo.



04 Ativos intangíveis

Pôr do sol na região das usinas Salto Santiago e Salto Osório

A condução dos negócios da Tractebel está inter-relacionada com o gerenciamento de seus ativos intangíveis, características únicas que geram valor aos seus públicos e diferenciam a Companhia, levando ao desenvolvimento constante de suas atividades e à evolução de seu desempenho.

Nesse sentido, a Companhia identifica, avalia, desenvolve e alinha os ativos intangíveis aos seus princípios norteadores. Três principais ativos, descritos a seguir, são geridos e acompanhados, visando à sua manutenção como diferenciais competitivos.





Usina Hidrelétrica Itá

IMAGEM

A Tractebel busca manter uma imagem forte e respeitada, compatível com o conjunto de conceitos de sua filosofia e cultura, bem como da condução dos seus negócios.

Para manter a percepção da marca pelo público alinhada à essência da Companhia, é realizado periodicamente o acompanhamento da imagem institucional por meio de pesquisas de clima organizacional com os empregados (com periodicidade bienal), pesquisas de satisfação com os clientes e consultas de opinião nas comunidades onde atua.

A associação com a mensagem "Energia para a vida" reforça a noção de desenvolvimento sustentável como base norteadora da atuação da Companhia em todas as suas dimensões e, por consequência, de seu relacionamento com todos os públicos com os quais interage.

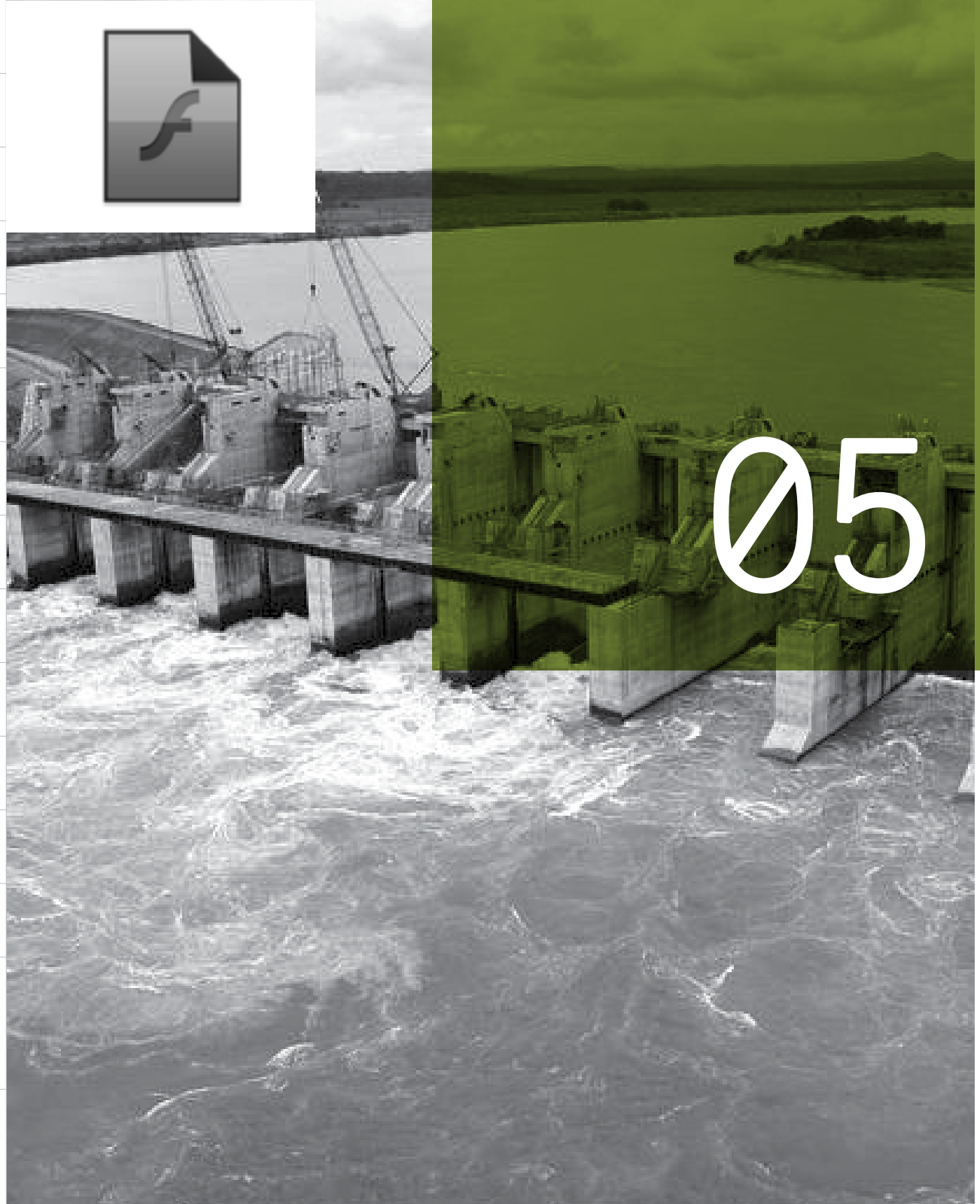
INOVAÇÃO

Alinhada à forte cultura de inovação da GDF SUEZ, a Tractebel busca satisfazer as necessidades dos clientes e atender a suas expectativas desenvolvendo constantemente produtos e serviços personalizados, confiáveis e com menor impacto possível ao meio ambiente.

O Comitê de Inovação, por meio do Programa Inove!, recebe, avalia, seleciona e premia ideias inovadoras apresentadas pelos empregados. Desde seu lançamento, em 2007, os 70 projetos recebidos, dos quais 11 foram selecionados, impulsionaram o contínuo desenvolvimento de melhorias e soluções que gerem redução de custos, diferenciais de mercado e novos produtos com maior valor agregado.

CAPITAL HUMANO

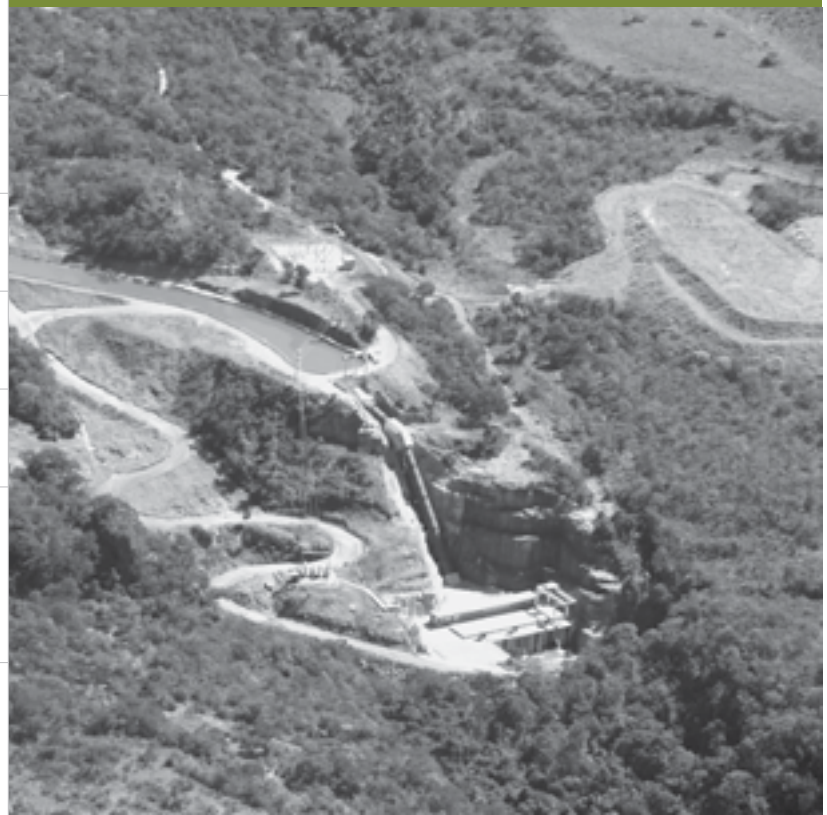
A qualidade do capital humano e o patrimônio intelectual da Companhia são mantidos e desenvolvidos por meio da atração de novos talentos, além de políticas e iniciativas que garantam estabilidade, retenção e motivação das equipes em longo prazo. Complementando essas ações, a Tractebel desenvolve um programa de sucessão para identificar e desenvolver as competências voltadas à ocupação de posições-chave da Companhia.



05 Gestão de riscos empresariais

Usina Hidrelétrica Estreito

Pequena Central Hidrelétrica Rondonópolis



A Tractebel administra os riscos do negócio por meio de um processo que inclui a avaliação periódica, a conscientização junto aos gerentes das áreas envolvidas quanto ao tratamento do risco, a definição de metas e diretrizes para o seu gerenciamento, a promoção e sugestão de melhorias nos processos de avaliação e a classificação e a definição dos procedimentos de controle.

O Comitê de Gerenciamento de Riscos, coordenado pelo Diretor de Planejamento e Controle e composto por representantes das áreas de Planejamento e Controle Financeiro, Assuntos Regulatórios e de Mercado, Planejamento e Controle da Oferta de Energia, Finanças, Tractebel Comercialização de Energia, Auditoria Interna, Planejamento e Logística de Projetos e Geração Hidráulica, participa do processo de avaliação de risco.

Seguindo o princípio da precaução, cada risco identificado é classificado quanto à sua probabilidade de ocorrência, significância (ou severidade) e grau de controle. A partir da análise, desenvolve-se um plano de ação para cada risco, em conjunto com as eventuais oportunidades associadas.

A matriz de riscos e oportunidades empresariais é aprovada pela Diretoria Executiva e, em seguida, enviada ao Controlador e apresentada ao Conselho de Administração. A matriz compreende, dentre outros aspectos, a descrição do risco, a designação do responsável pelo gerenciamento, as estratégias de mitigação e a evolução do risco.

A seguir, são listados os principais riscos do negócio da Tractebel:

• Risco de mercado: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto em termos de volume e preço.

• Risco regulatório: evolução adversa da regulação do setor elétrico.

• Risco tributário: evolução adversa da legislação tributária.

• Risco de fatores econômicos: alteração nas variáveis econômicas como juros, câmbio, preço das commodities, crescimento econômico e inflação.

• Risco de quebra de contrato: descumprimento de disposições constantes dos contratos de venda de energia.

• Risco socioambiental das usinas em operação: evolução adversa da regulação ambiental e da atuação de movimentos sociais organizados em relação às usinas em operação.

• Risco no desenvolvimento e implantação de novos projetos: ocorrência de eventos no desenvolvimento e na implantação de projetos que tragam atraso ao cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou na operação da usina.

• Risco de indisponibilidade de energia: indisponibilidade da energia assegurada, garantia física e energia de referência e da energia comprada para revenda.

• Risco de sinistro de grandes proporções: acidentes e desastres de grandes proporções por causas naturais, humanas e do trabalho.



06 Gestão econômica

Usina Eólica Beberibe

CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia brasileira encerrou o ano de 2009 com queda de 0,2%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consequência da retração enfrentada no primeiro semestre, com o agravamento da crise econômica internacional. Apesar do resultado negativo apresentado, houve retomada do crescimento no início do segundo semestre, mesmo diante da continuidade da crise no cenário internacional.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se manteve dentro da meta estabelecida pelo governo, fechando o ano em 4,3%, resultado 1,6 p.p. menor do que os 5,9% registrados em 2008.

Durante o ano, o Banco Central reduziu a taxa de juros Selic, que fechou 2009 em seu piso, a 8,75% ao ano. Isso representou uma queda de 5 p.p. em relação a 2008, voltando ao patamar abaixo dos 10%, interrompido em 2007.

Em relação ao câmbio, o dólar apresentou forte desvalorização frente ao real, devido à depreciação internacional da moeda e à grande entrada de dólares com o retorno dos investimentos estrangeiros no País. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R$ 1,74, o que representou uma desvalorização de 25,3% perante a moeda brasileira, maior recuo desde que o real foi implantado como moeda oficial do Brasil.

Apesar da redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns setores, a produção industrial registrou queda de 7,4% no ano, reflexo da crise econômica que acarretou a diminuição da produção em 23 dos 27 setores. Todas as categorias de uso registraram queda, sendo baixa de 17,4% em bens de capital, de 8,8% em bens intermediários, de 6,4% em bens de consumo duráveis e de 1,6% nos bens de consumo semi e não duráveis.

Acompanhando a produção industrial, o nível de emprego na indústria ao longo de 2009 registrou retração de 5,3%, bem como a folha de pagamento na indústria, que apresentou queda de 2,8% em relação a 2008, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado global do balanço de pagamentos brasileiro em 2009 foi superavitário em US$ 46,6 bilhões, expressivo aumento em relação aos US$ 2,97 bilhões registrados em 2008. Esse resultado é composto pela conta de transações correntes – deficitária em US$ 24,3 bilhões no período –, pela conta de capital e financeira – positiva em US$ 70,5 bilhões – e pela conta de erros e omissões, que somou US$ 0,4 bilhão.

A balança comercial brasileira teve superávit de US$ 24,62 bilhões ao final de 2009, menor saldo desde 2002. O valor é 1,4% inferior ao registrado em 2008, que totalizou US$ 24,96 bilhões. Esse resultado é reflexo da desaceleração global, que reduziu o volume de exportações e importações. As exportações caíram 22,2% em 2009 na comparação pela média diária, totalizando US$ 152,25 bilhões, enquanto as importações caíram 25,3%, somando US$ 127,64 bilhões.

O fluxo cambial no País, que considera a soma dos resultados financeiro e comercial, fechou o ano com resultado positivo, com a entrada de US$ 28,7 bilhões, melhor índice desde 2007. Em 2008, o saldo foi negativo em US$ 983 milhões. A recuperação é explicada, principalmente, pelo aquecimento do mercado financeiro nacional com a retomada do crescimento da economia brasileira.

SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

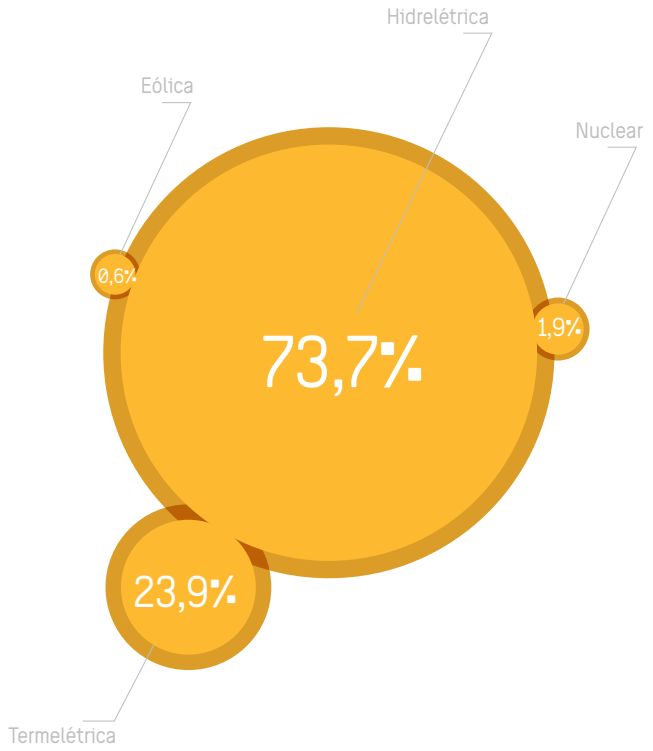
Capacidade de geração

Em 2009, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), operaram no Brasil 2.181 empreendimentos de geração de energia elétrica, responsáveis por aproximadamente 107 mil MW de potência instalada.

Da capacidade instalada total, 73,7% são provenientes de hidrelétricas, sendo 165 Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs), 356 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 307 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Do restante, as 1.314 usinas termelétricas representam 23,9%, duas Usinas Termonucleares (UTNs) respondem por 1,9% e 36 usinas eólicas por 0,6%.

As usinas em operação, em sua maior parte – com exceção de sistemas isolados da Região Norte –, são ligadas entre si e com os pontos de demanda de energia por meio de linhas de transmissão de alta capacidade, formando o Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa rede de transmissão permite que as usinas termelétricas sejam utilizadas somente quando o uso de tal energia se torne mais barato que o valor da água armazenada nos reservatórios.

Capacidade Instalada no Brasil
(base 107 mil MW)



Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca



Consumo de energia elétrica

Afetado pela crise econômica e consequente retração da demanda por energia por parte das indústrias, o consumo de energia elétrica no Brasil em 2009 totalizou 388.204 GWh, indicando queda de 1,1% em relação ao do ano anterior, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O primeiro semestre acumulou retração de 2,7% no consumo total, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre do ano, a recuperação lenta e gradual da economia resultou em um pequeno crescimento de 0,3% no consumo de energia em comparação ao mesmo período de 2008.

No ano, o consumo na indústria caiu 8,0% em relação a 2008, enquanto que os consumos residencial e comercial subiram 6,2% e 6,1%, respectivamente.

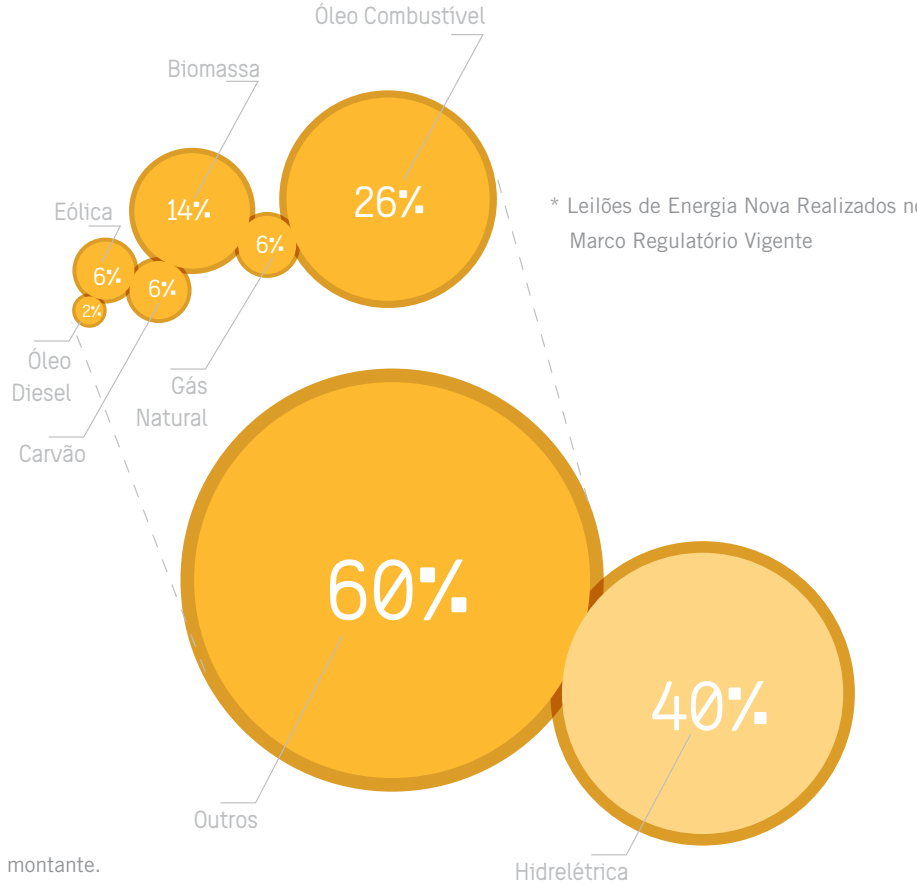
Leilões de energia

Considerando-se todos os leilões de energia existente[6] realizados no marco regulatório vigente, implementado em 2004, foram contratados 19.889 MW médios de energia ao preço médio[7] de R$ 83,54/MWh. Nos leilões de energia nova foram contratados 16.625 MW médios de energia ao preço médio de R$ 136,46/MWh. Já nos leilões realizados para contratação de energia de reserva (2008 e 2009), foi contratado um total de 1.301 MW médios de energia ao preço médio de R$ 156,37/MWh.

Em 2009, ocorreu o 2º Leilão de Reserva, exclusivo para usinas eólicas, no qual foi contratado um total de 753 MW médios ao preço médio de R$ 148,39/MWh. A capacidade instalada das usinas contratadas nesse leilão totaliza 1.806 MW. Durante o ano, também ocorreu o 8º Leilão de Energia Nova, em que foram contratados 11 MW médios ao preço médio de R$ 144,50/MWh. Já o Leilão A-5, previsto para ocorrer no final de 2009, foi cancelado por conta das dificuldades para obtenção das licenças ambientais das usinas que seriam concedidas.

Dentro do marco regulatório vigente, a capacidade instalada a ser adicionada ao SIN nos próximos anos totaliza 29.776 MW, sendo 40% de hidrelétricas e 60% de usinas termelétricas e eólicas, entre as quais predominam aquelas movidas a óleo combustível, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Capacidade Instalada a Ser Adicionada ao SIN*



[6] Os leilões de ajuste não estão considerados neste montante.

[7] Os preços apresentados são referentes a janeiro de 2010.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Desempenho operacional

Produção de energia

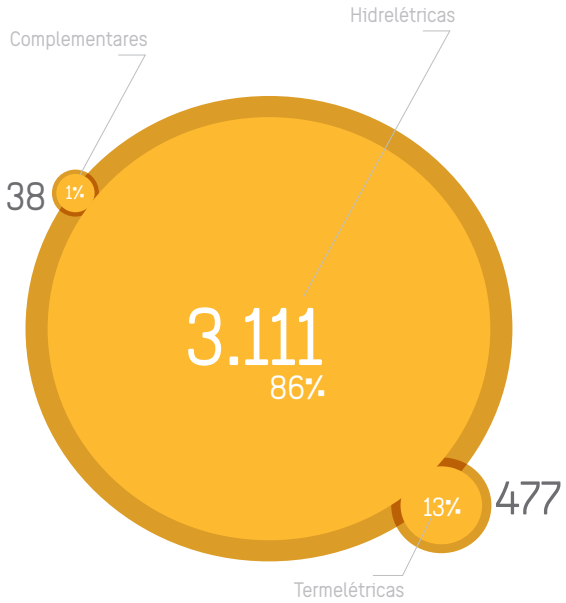
A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel em 2009 foi de 31.763 GWh (3.626 MW médios), redução de 5,7% em relação ao ano anterior. Essa retração pode ser atribuída à forte estiagem que afetou a Região Sul do País no primeiro semestre do ano, já que a capacidade instalada de origem hidrelétrica da Tractebel representa aproximadamente 80% do total e as maiores hidrelétricas estão localizadas nessa região.

Do total de energia produzida, 27.251 GWh (3.111 MW médios) foram provenientes das hidrelétricas, valor 3,4% menor que em 2008. As termelétricas geraram 4.178 GWh (477 MW médios), uma redução de 22,8%. Outros 334 GWh (38 MW médios) foram provenientes das usinas complementares, um aumento de mais de 500%, sendo que, nesse caso, a comparação fica comprometida devido à inclusão de quatro usinas desse tipo durante e após 2008.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Esta característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas todas as outras variáveis.

Produção de Energia Elétrica em 2009
(MW médios e % da geração total)



Usina Termelétrica Charqueadas



Unidade de Cogeração Lages



Disponibilidade

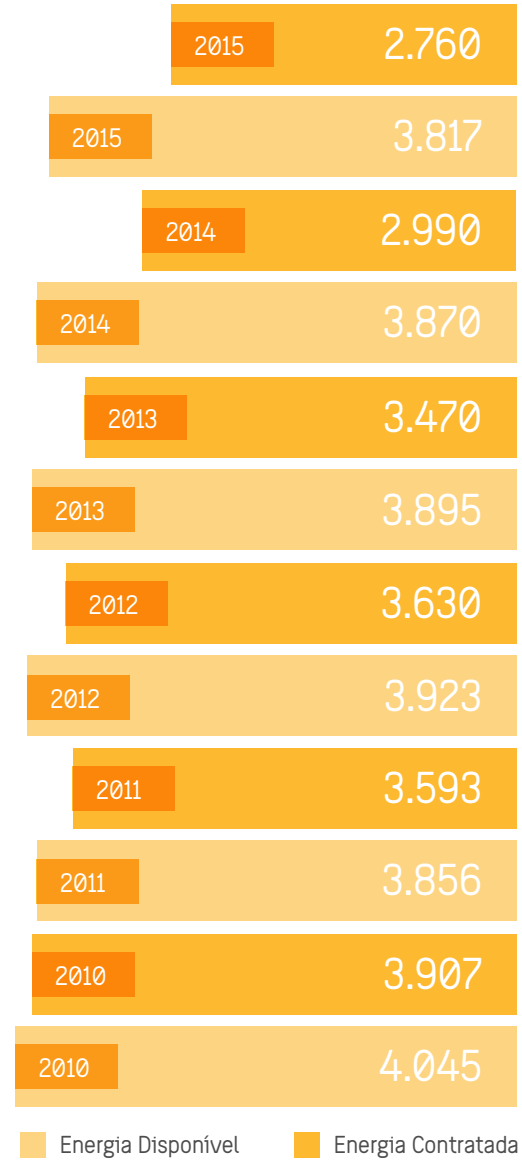
Em 2009, o índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel alcançou o patamar de 98,9%, desconsiderando-se as paradas programadas, um aumento de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior. Esse valor representa um recorde histórico para a Companhia e é composto pelos índices de 99,5% nas usinas hidrelétricas, 96,8% nas usinas termelétricas e 92,7% nas usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e a movida a biomassa.

Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 95,1%, sendo 96,5% para as hidrelétricas, 88,6% para as termelétricas e 89,1% para as complementares.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor em 31 de dezembro de 2009, o balanço de energia da Tractebel mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada em 2010.
Com base em previsões do setor, que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

O índice de disponibilidade das usinas operadas pela Tractebel representou um recorde histórico em 2009, alcançando o patamar de 98,9%, desconsiderando-se as paradas programadas

Balanço de Energia
(MW médios)



Desempenho econômico-financeiro

A Tractebel obteve em 2009 um excelente desempenho econômico-financeiro, apesar do cenário macroeconômico adverso descrito anteriormente.

A mudança de tratamento contábil aplicada em 2009 aos contratos de swap de submercados de energia, que passaram a ser apresentados líquidos no item "receita operacional bruta", e aos encargos de uso de rede elétrica e conexão, que passaram a ser apresentados no item "custos de energia elétrica e serviços" – e não mais no item "despesas com vendas" –, determinou a reclassificação de valores de algumas rubricas. De modo a permitir a análise entre os períodos comparados, os valores de 2008 apresentados a seguir já contemplam tais reclassificações.

Receita operacional bruta

No exercício de 2009, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.886,3 milhões, 2,5% superior aos R$ 3.793,3 milhões auferidos em 2008. Essa evolução ocorreu em função substancialmente dos seguintes fatores: (i) redução de R$ 230,9 milhões na receita de transações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) conforme descrito a seguir em item específico; (ii) incremento de R$ 26,3 milhões na receita de exportação de energia para a Argentina e o Uruguai; (iii) ganho de R$ 35,0 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a indenização de perdas e danos resultantes do atraso na conclusão das obras da usina São Salvador; e (iv) aumento de R$ 264,7 milhões derivado do aumento do preço médio de venda em 7,7% – desconsiderando-se as exportações, cujos preços são voláteis e distorcem a análise de preços médios –, de R$ 112,46/MWh para R$ 121,11/MWh. Esse efeito já embute a mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia, resultando na diminuição dos volumes vendidos por meio de contratos bilaterais para distribuidoras, comercializadoras e clientes livres e no correspondente aumento dos volumes vendidos para o *pool* de distribuidoras nos leilões com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2009.

Cabe considerar que o crescimento da receita decorrente das vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação comercial durante ou após 2008 foi de R$ 131,1 milhões, considerando nesse montante a indenização citada no item (iii) acima.

No acumulado de 2009, a quantidade de energia elétrica vendida atingiu 30.911 GWh (3.529 MW médios), valor 0,8% maior que os 30.661 GWh (3.491 MW médios) do ano de 2008.

Vendas Contratadas de Energia
(MW médios)



Usina Termelétrica Destilaria Andrade



Suprimento de energia elétrica

No acumulado de 2009, a receita de suprimento de energia, originada da venda a agentes que não consumidores livres, alcançou R$ 2.828,3 milhões, superior em 18,7% à apresentada no ano anterior, que foi de R$ 2.383,1 milhões.
A diferença decorre do seguinte: (i) acréscimo de venda de R$ 68,3 milhões pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante ou após 2008; (ii) incremento no fornecimento para distribuidoras no valor de R$ 428,1 milhões (equivalentes a 3.251 GWh – 371 MW médios), em virtude da conjunção da venda ao *pool* de distribuidoras com o encerramento de contratos bilaterais que não foram renovados com algumas delas; (iii) queda na venda para comercializadoras no valor de R$ 93,6 milhões (correspondentes a 974 GWh – 112 MW médios), motivada pela necessidade de atendimento à já citada mudança na composição do portfólio de vendas; e (iv) aumento no preço médio de venda para as distribuidoras e comercializadoras em 5,0%, resultando em crescimento na receita de R$ 42,8 milhões.

Fornecimento de energia elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 878,8 milhões, decréscimo de 17,1% quando comparado aos R$ 1.059,5 milhões de 2008. Essa redução decorre da queda de R$ 298,7 milhões (correspondentes a 2.639 GWh – 301 MW médios) no volume de vendas, devido ao término de contratos e à redução de quantidades contratadas causada pela crise mundial, e da elevação do preço médio de venda em 11,1%, proporcionando o crescimento da receita em R$ 118,1 milhões.

Cabe considerar que essa redução da venda a consumidores livres foi compensada pelo incremento da venda ao *pool* de distribuidoras, conforme mencionado anteriormente.

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2009, a receita foi de R$ 65,1 milhões, valor substancialmente inferior ao de 2008 (R$ 296,0 milhões). Maiores explicações sobre essas operações podem ser encontradas no item "detalhamento das operações na CCEE".

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2009, a receita obtida com a exportação para a Argentina e o Uruguai atingiu R$ 60,7 milhões, 76,5% superior aos R$ 34,4 milhões obtidos no exercício de 2008.

Deduções da receita operacional

No ano de 2009, as deduções alcançaram R$ 389,6 milhões, valor pouco inferior aos R$ 393,1 milhões de 2008, correspondendo a, respectivamente 10,2% e 10,5% da receita bruta, excluída a exportação, sobre a qual não incide PIS, Cofins e ICMS. A variação dos saldos justifica-se, basicamente, (i) pela elevação do PIS e Cofins no montante de R$ 32,6 milhões devido à mudança do sistema cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas transações) sobre os contratos com preços pré-determinados encerrados ao longo de 2008 e 2009; e (ii) pela queda do ICMS no valor de R$ 37,0 milhões, motivada pela redução do volume de vendas para consumidores industriais, transações em que há incidência de ICMS.

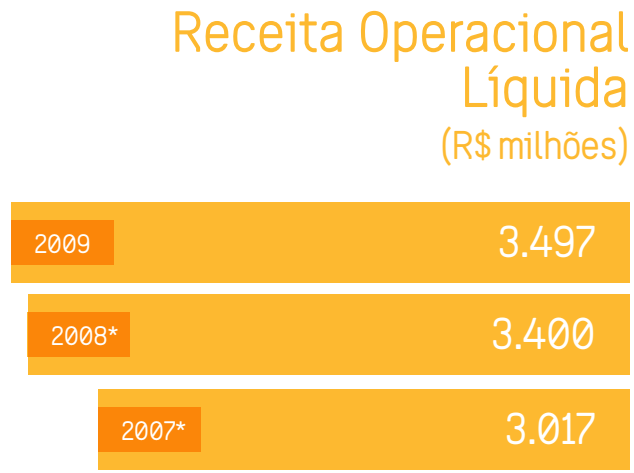
Usina Hidrelétrica Passo Fundo



Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia em 2009 alcançou o valor de R$ 3.496,7 milhões, 2,8% acima do registrado em 2008, que foi de R$ 3.400,3 milhões. O aumento apresentado está diretamente relacionado ao comportamento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionado.

No acumulado do ano, o preço médio de venda, líquido das exportações e deduções sobre a receita operacional, passou de R$ 100,65/MWh em 2008 para R$ 108,81/MWh em 2009, crescimento de 8,1%. Esses aumentos refletem, portanto, o reajuste dos preços dos contratos existentes e os preços dos novos contratos, principalmente aqueles com os consumidores livres e com o pool de distribuidoras.



*Os valores referentes a 2007 e 2008 passaram por reclassificação contábil.

Custos de energia elétrica e serviços

No exercício de 2009, os custos cresceram 5,4%, atingindo R$ 1.463,3 milhões, comparados aos R$ 1.388,3 registrados em 2008. Essas variações decorreram principalmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

• **Energia elétrica comprada para revenda:** redução de R$ 53,7 milhões, originada conforme mencionado no item "fornecimento de energia elétrica", e do menor volume de venda para comercializadoras, em decorrência da perda de atratividade derivada do menor Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio registrado durante 2009, R$ 38,74/MWh vis-à-vis R$ 135,29/MWh em 2008, sendo que a queda do volume comprado foi de 1.325 GWh (151 MW médios) e o acréscimo no preço da energia comprada foi de 19,1%. Uma considerável parte desse volume comprado foi contratada em anos anteriores, portanto, não guardando relação com o PLD médio mais baixo de 2009, de modo a possibilitar a Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" com início de entrega em 2009.

• **Transações no âmbito da CCEE:** aumento de R$ 79,0 milhões no acumulado de 2009, conforme comentado a seguir em item específico.

• **Combustíveis para produção de energia elétrica:** queda de R$ 66,4 milhões refletindo principalmente a combinação dos seguintes fatores: (i) redução do consumo de óleo diesel nas usinas William Arjona e Alegrete, que representou R$ 92,4 milhões em 2008 e teve valor inexpressivo em 2009, em virtude (i.i) do despacho dessas usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos de 2008 (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, conforme descrito em item específico), e (i.ii) da exportação de energia para a Argentina e o Uruguai através da Usina Termelétrica Alegrete; (ii) consumo de carvão no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda para geração de energia para exportação no montante de R$ 31,9 milhões no ano de 2009 e inexpressivo em 2008; e (iii) redução de R$ 5,6 milhões pelo ajuste no custo da biomassa utilizada para a geração de energia da Unidade de Cogeração Lages.

• **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R$ 27,5 milhões no ano de 2009, em razão, principalmente, dos referidos encargos devidos pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

• **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** redução de R$ 1,6 milhão em decorrência principalmente da combinação do menor volume de geração hidrelétrica, ocasionado pela estiagem que atingiu a Região Sul do País no segundo trimestre do ano, com o reajuste tarifário anual.

• **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 75,3 milhões em 2009, em razão, substancialmente, da depreciação dos ativos das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

• **Pessoal:** aumento de R$ 4,1 milhões justificado pelo reajuste salarial e de benefícios.

• **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 8,6 milhões no ano de 2009, em razão principalmente das despesas com materiais e serviços incorridas pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

Detalhamento das operações na CCEE

Nas operações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da Câmara são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou na rubrica de despesa. Em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, verificou-se nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas, o que dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos (2008 e 2009), sendo essa a razão para a criação deste tópico. Assim, torna-se possível analisar as oscilações dos principais elementos a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do MRE; (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2009, o resultado líquido foi uma despesa de R$ 58,9 milhões contra uma receita líquida de R$ 251,1 milhões no ano anterior, ou seja, uma variação negativa no resultado de R$ 310,0 milhões entre os anos analisados. Essa variação decorreu, principalmente, pelo seguinte:

I. Deterioração de R$ 26,5 milhões no resultado com o MRE, que de uma receita líquida de R$ 12,3 milhões em 2008 se transformou em uma despesa líquida de R$ 14,2 milhões em 2009, em razão da redução de 3,4% na geração hidrelétrica de 2009 causada pela diminuição dos índices pluviométricos em relação a 2008. Parte desse aumento foi compensada pela menor despesa com royalties, conforme descrito no item "compensação financeira pela utilização de recursos hídricos". Com isso, restam o saldo positivo de R$ 238,8 milhões para o resultado da CCEE em 2008 e o saldo negativo de R$ 44,7 milhões em 2009, explicados, respectivamente, nos itens II e III a seguir;

II. Ao longo do ano de 2008, ocorreram grandes oscilações no PLD. Consequência da oportuna estratégia de alocação de energia assegurada anual das hidrelétricas, de uma maneira geral as posições vendedoras foram liquidadas em meses em que o PLD ficou elevado, enquanto que as posições compradoras recaíram sobre meses com PLD baixo. Os efeitos decorrentes dessa combinação de resultados mensais foram os principais responsáveis pelos R$ 238,8 milhões mencionados no item I; e

III. Em 2009, com a combinação do baixo PLD médio e da menor necessidade de geração fora da ordem de mérito, verificou-se a redução de 22,8% na geração termelétrica da Companhia, conforme comentado no item "produção de energia". Tal redução contribuiu para uma maior posição compradora ou menor posição vendedora na CCEE, dependendo do mês. Além de mais baixo, o PLD apresentou desvio-padrão bem inferior ao longo de 2009, reduzindo o potencial de ganho (e perda) decorrente da citada estratégia de alocação. Adicionalmente, as posições compradoras foram mais significativas nos meses em que o PLD foi um pouco mais elevado. Esses efeitos foram os principais responsáveis pelos R$ 44,7 milhões mencionados no item I.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2009, as despesas gerais e administrativas apresentaram ligeiro aumento, passando de R$ 162,3 milhões para R$ 162,9 milhões, em decorrência principalmente da combinação do seguinte: (i) crescimento das despesas com pessoal de R$ 5,1 milhões devido ao reajuste de salários e benefícios anuais; (ii) redução de R$ 2,8 milhões das despesas com contribuições e doações; e (iii) queda de R$ 1,8 milhão da despesa com depreciação e amortização.

Constituição de provisões operacionais

Em 2009, essas despesas foram de R$ 30,9 milhões, ou seja, R$ 26,9 milhões superiores às de 2008, que somaram R$ 4,0 milhões. A variação decorre principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) provisão para contingências cíveis de R$ 30,4 milhões, relativa substancialmente a pleito de revisão de benefícios de aposentadoria pelas fundações de previdência privada patrocinadas pela Companhia; (ii) complemento da provisão anual para benefício pós-emprego de R$ 20,4 milhões; e (iii) reversão de provisão para contingências trabalhistas e fiscais de R$ 23,3 milhões, devido a trânsito em julgado favorável e acordos realizados em ações judiciais.

Recuperação de PIS e Cofins e ganhos em ações judiciais

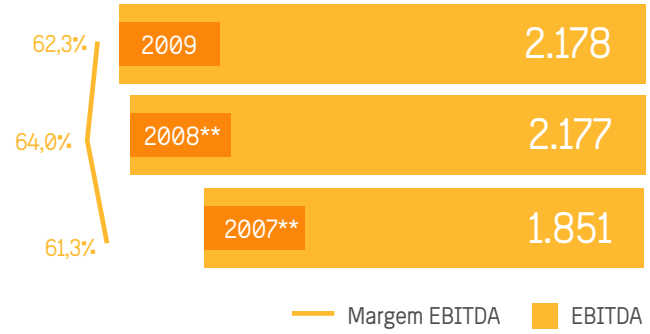
No exercício de 2008, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76,4 milhões relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Esse montante refere-se substancialmente aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica.

No exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8,4 milhões, resultante de acordo judicial relativo à rescisão do contrato de construção da usina São João, movida a biomassa.

EBITDA e margem EBITDA

Em 2009, o EBITDA alcançou R$ 2.177,7 milhões, resultado ligeiramente superior ao registrado no ano de 2008, que foi de R$ 2.176,6 milhões. A margem EBITDA, em 2009, alcançou 62,3%, enquanto a de 2008 foi de 64,0%.

EBITDA* e Margem EBITDA
(R$ milhões e %)



* EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

**Os valores referentes a 2007 e 2008 passaram por reclassificação contábil.

Reconciliação do resultado operacional com o EBITDA

(R$ mil)	2007	2008	2009	Variação 2009/2008
Receita operacional	1.485.338	1.589.520	1.598.011	0,5%
(+/-) Resultado financeiro	129.482	320.676	239.789	-25,2%
(+) Depreciação e amortização	235.866	266.381	339.912	27,6%
EBITDA	**1.850.686**	**2.176.577**	**2.177.712**	**0,1%**

Resultado financeiro

Receitas financeiras

No acumulado de 2009, as receitas financeiras foram de R$ 86,9 milhões, R$ 36,3 milhões inferiores aos R$ 123,1 milhões de 2008, em função substancialmente dos seguintes fatores: (i) queda de R$ 23,2 milhões na renda de aplicações financeiras devido à menor taxa de juros do mercado em 2009, um estímulo ao aumento de consumo para mitigar os reflexos da crise mundial; (ii) decréscimo da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 4,3 milhões, em razão basicamente da menor taxa Selic entre os períodos comparados; e (iii) redução de R$ 8,8 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo, em virtude da suspensão da atualização dos valores a receber.

Despesas financeiras

No exercício de 2009, as despesas financeiras caíram R$ 117,1 milhões, passando de R$ 443,8 milhões em 2008 para R$ 326,7 milhões em 2009 em razão principalmente da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) ganho cambial não realizado de R$ 157,9 milhões sobre os empréstimos e financiamentos, resultante da desvalorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 92,6 milhões nos encargos de dívida, em decorrência essencialmente dos encargos sobre as dívidas das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008, no valor de R$ 54,4 milhões, dos encargos sobre a terceira e quarta emissão de debêntures, no montante de R$ 50,1 milhões, e da redução de R$ 8,7 milhões dos encargos das notas promissórias quitadas em 2009; (iii) queda de R$ 76,8 milhões na variação monetária de dívidas, devido principalmente à menor variação do IGP-M e do IPCA em 2009 em relação a 2008; e (iv) perda de R$ 18,6 milhões na remuneração do Bônus do Tesouro dos Estados Unidos, garantidores do empréstimo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social recuou de R$ 474,4 milhões em 2008 para R$ 463,7 milhões em 2009, valores correspondentes a, respectivamente, 29,8% e 29,0% do lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Lucro líquido

No exercício de 2009, o lucro líquido atingiu R$ 1.134,4 milhões, representando R$ 1,737895 por ação, valor recorde pelo sexto ano consecutivo e 1,7% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.115,2 milhões.

Excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, da indenização não recorrente reconhecida em 2009 em decorrência da rescisão do contrato de construção da usina São João, de R$ 5,5 milhões, e da receita também não recorrente de R$ 50,4 milhões reconhecida em 2008 relativa à recuperação do PIS e Cofins recolhidos indevidamente em anos anteriores, o lucro líquido do ano em análise seria superior em 6,0% em relação ao do exercício anterior.

O lucro líquido atingiu R$ 1.134,4 milhões em 2009, valor recorde pelo sexto ano consecutivo e 1,7% superior ao do ano anterior



Usina Eólica Pedra do Sal





Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra

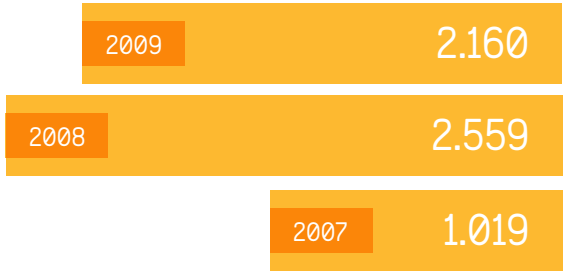
Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 2.160,0 milhões, 15,6% inferior aos R$ 2.558,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2008, devido ao maior volume de recursos aplicados ao final de 2009 oriundos do saque de R$ 400,0 milhões da quarta emissão de debêntures comentadas a seguir.

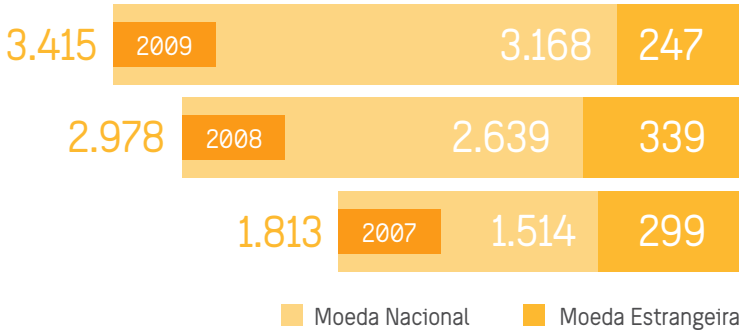
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 3.414,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, um incremento de 14,6% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2008. Do total da dívida no final do período, 7,2% eram em moeda estrangeira (11,4% ao final de 2008), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge.

O acréscimo do endividamento da Tractebel está relacionado, principalmente, à combinação dos seguintes fatores: (i) saque junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 96,3 milhões entre os períodos, para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador, PCH Areia Branca e Usina Eólica Pedra do Sal (Pedra do Sal quitou o empréstimo ponte com o ABN Amro Real com aporte do BNDES), (ii) terceira emissão de debêntures, de R$ 600,0 milhões, realizada no segundo trimestre de 2009, cujo valor foi utilizado para quitar as notas promissórias da quarta emissão no valor de R$ 300,0 milhões, realizada em fevereiro de 2009, e parte dos R$ 400,0 milhões referentes às notas promissórias da terceira emissão, realizada em 20 de maio de 2008 e com vencimento em 15 de maio de 2009; (iii) quarta emissão de R$ 400,0 milhões em debêntures, realizada no quarto trimestre de 2009, cujo valor destinou-se à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia; (iv) variação cambial positiva de R$ 77,7 milhões; e (v) combinação de geração de encargos com amortizações de empréstimos e financiamentos em 2009, resultando em um valor líquido de R$ 182,9 milhões em amortizações no período.

Evolução da Dívida Líquida
(R$ milhões)



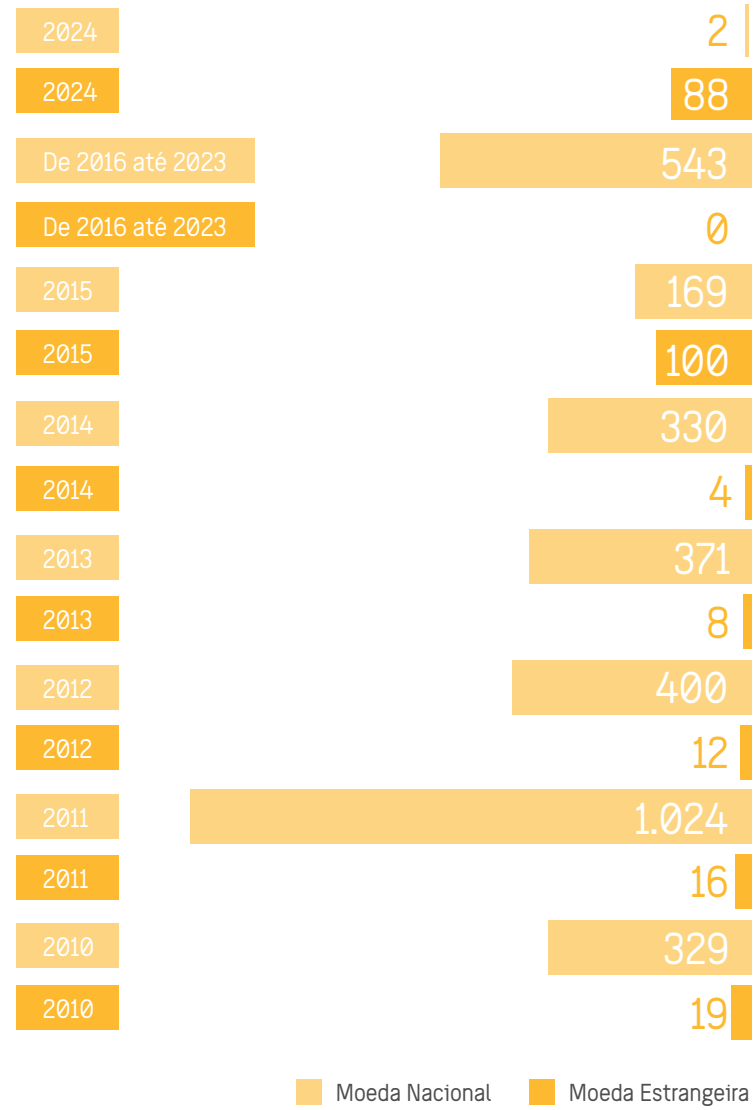
Composição da Dívida Bruta
(R$ milhões)



Pequena Central Hidrelétrica José Gelazio da Rocha



Cronograma de Vencimento da Dívida
(R$ milhões)



Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador

Para fazer frente ao seu plano de crescimento, a Tractebel realizou em 2009 investimentos de R$ 198,2 milhões, aplicados nas construções da Usina Hidrelétrica São Salvador, da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, da Usina Eólica Pedra do Sal e da Usina Termelétrica Destilaria Andrade. Além disso, foram investidos R$ 3,5 milhões no projeto da Usina Termelétrica Seival e R$ 3,0 milhões na aquisição de projetos de geração de energia eólica.

Outros R$ 118,9 milhões foram direcionados em 2009 aos projetos de manutenção e revitalização de suas usinas, para conservar seu alto grau de disponibilidade. Esses investimentos totalizaram R$ 323,6 milhões aplicados pela Companhia no ano de 2009, valor 78,3% inferior aos R$ 1.488,9 milhões referentes ao ano anterior, devido à grande soma de recursos investidos em 2008 na aquisição de seis usinas.

Pesquisa e desenvolvimento

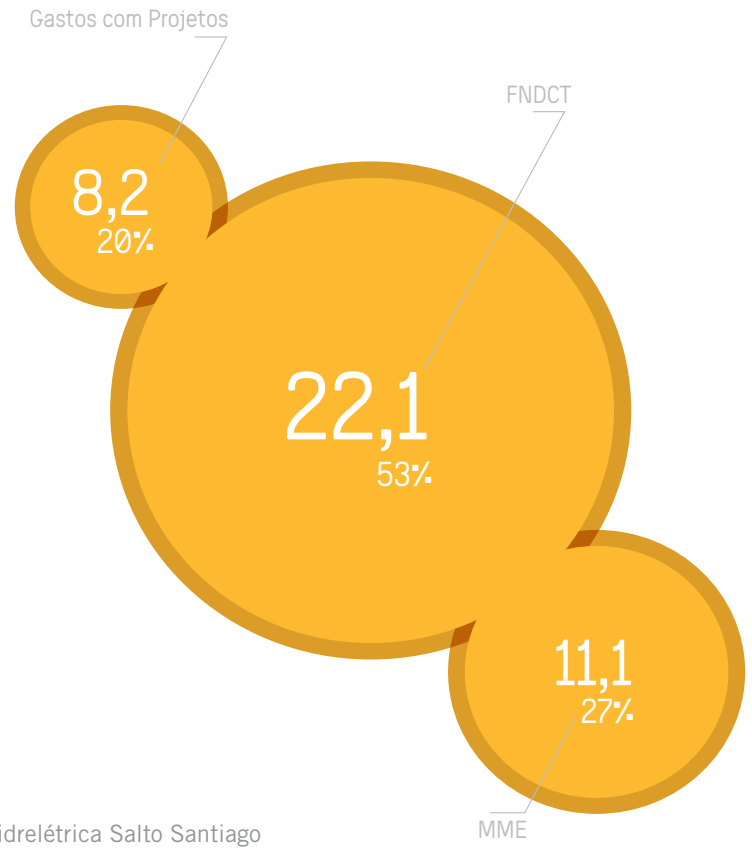
Alinhada às disposições da Aneel e como forma de buscar soluções sustentáveis para suas operações e interagir com as instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, a Tractebel desenvolve anualmente, desde 1999, seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Esse Programa é regulamentado pela Lei Federal nº 9991/2000, que estabelece um investimento mínimo de 1% da receita operacional líquida anual.

Em 2009, a Tractebel investiu R$ 41,4 milhões entre diversos projetos e recolhimentos ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).



Usina Termelétrica William Arjona

Investimento em P&D 2009
(R$ milhões e %)

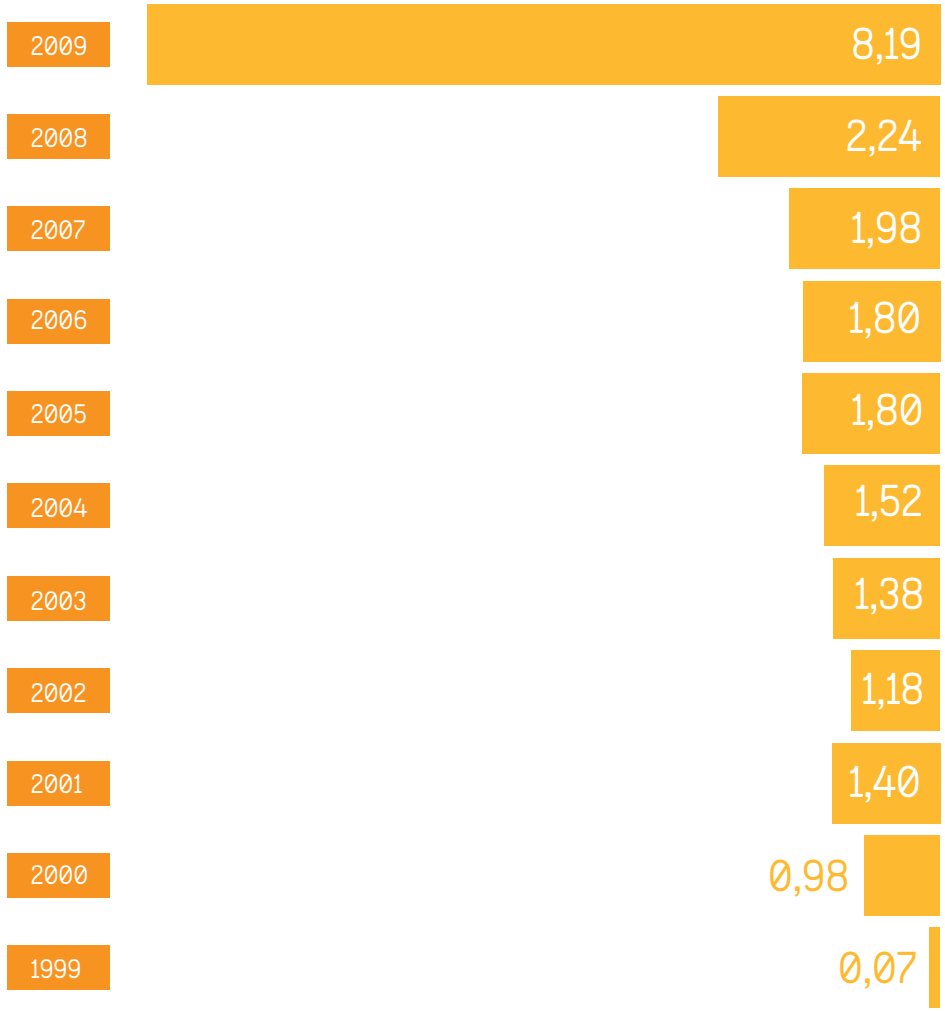




Usina Hidrelétrica Salto Santiago

Evolução dos Investimentos em Projetos de P&D

(R$ milhões)



A Tractebel possui ainda o saldo de R$ 41,8 milhões já provisionados para aplicação em projetos de P&D, dos quais R$ 27,0 milhões encontram-se comprometidos com pesquisas tecnológicas em andamento. Cerca de 30 projetos estão sendo analisados para aplicação do saldo restante.

Dentro do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, destacam-se projetos realizados em 2009 nas seguintes áreas do conhecimento:

- Fontes alternativas de geração de energia elétrica.
- Geração termelétrica.
- Gestão de bacias e reservatórios.
- Meio ambiente.
- Eficiência energética.
- Operação de sistemas de energia elétrica.
- Supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica.

Além disso, a Companhia investe continuamente em melhorias tecnológicas, com ênfase em seu parque gerador, e sistemas informatizados, ciente de que o desenvolvimento científico e tecnológico é essencial à manutenção do alto padrão de qualidade dos seus serviços.

Um dos critérios adotados na seleção e execução dos projetos de P&D da Tractebel é a priorização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa localizadas nas áreas onde a Companhia está presente, contribuindo para a formação e capacitação de profissionais nas diversas regiões do País e o desenvolvimento de tecnologias nacionais inovadoras. Entre as instituições parceiras estão a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Usina Hidrelétrica Itá

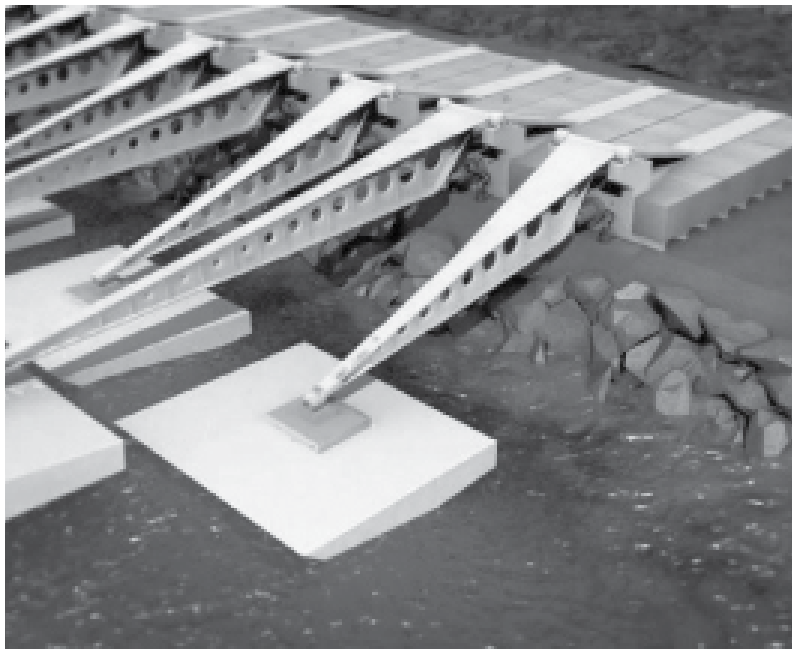


Em 2009, além dos projetos em andamento de anos anteriores, foram iniciadas as seguintes pesquisas:

Projeto	Objetivo
Sistema de Gestão em Tempo Real para Controle, Avaliação da Performance e Otimização da Produção de Energia na Usina Hidrelétrica Itá	Desenvolver e implantar um sistema de gestão em tempo real para controle, avaliação da performance e otimização da produção da Usina Hidrelétrica Itá incluindo uma base de dados com informações relativas a rendimento, perdas hidráulicas, médias ponderadas, dentre outras. Prazo de execução: 30 meses Entidades envolvidas: UFSC e M&D Monitoração e Diagnose LTDA.
Implantação de Protótipo de Conversor de Ondas *Onshore* nas Condições de Mar do Nordeste do Brasil	Implantar o primeiro protótipo da América do Sul capaz de converter a energia das ondas em energia elétrica. Prazo de execução: 36 meses Entidades envolvidas: COPPE/UFRJ
Sistema Robótico de Quatro Graus de Liberdade para o Revestimento e Fabricação por Soldagem de Tubos de Caldeiras e Tecnologias de Soldagem Associadas – Cabeça-de-Série	Aperfeiçoar os protótipos desenvolvidos no projeto de P&D anterior sobre o assunto: manipulador robótico com quatro eixos de deslocamento automatizados, fonte de soldagem compacta e tecnologias de soldagem associadas para uso em caldeiras de usinas termelétricas. Prazo de execução: 24 meses Entidades envolvidas: UFSC e SPS - Soluções para Soldagem LTDA.
Utilização da Palha de Arroz em Processo de Co-firing com Carvão Pulverizado	Utilizar a palha de arroz como combustível complementar ao carvão nas usinas termelétricas da Tractebel, identificando as condições operacionais para utilização da tecnologia de *co-firing* (duplo combustível), além da logística para a coleta e transporte da biomassa. Prazo de execução: 18 meses Entidades envolvidas: UFSC
Utilização de Cinzas Volante e Pesada na Produção de Concreto Auto-adensável de Elevado Desempenho para Uso na Construção e Manutenção de Obras Civis	Obter um material de alto desempenho a partir da utilização de cinzas pesada e leve residuais produzidas em usinas termelétricas para utilização na construção e manutenção de obras civis. Prazo de execução: 24 meses Entidades envolvidas: UFSC

Informações sobre como participar do Programa, legislação envolvida, projetos realizados e em andamento, prêmios recebidos, entre outras, podem ser obtidas no website da Companhia, www.tractebelenergia.com.br, no link Pesquisa e Desenvolvimento.

Protótipo de conversor de ondas *onshore*



Palha de arroz utilizada em processo de *co-firing* com carvão



Mercado de capitais

A Tractebel possui ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob o código TBLE3. Suas ações integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2005 – e, portanto, pelo quinto ano consecutivo –, suas ações foram selecionadas a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

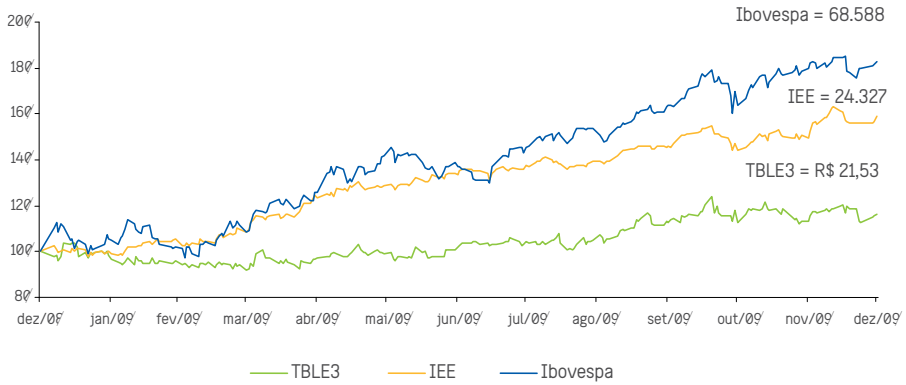
A Companhia negocia ainda *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob o código TBLEY, com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

A partir do reaquecimento da economia brasileira, o Ibovespa se recuperou e encerrou 2009 com alta de 82,7%, superando o declínio de 41,2% do ano anterior, acompanhado da valorização de 59,1% do IEE, que em 2008 havia apresentado queda de 11,6%.

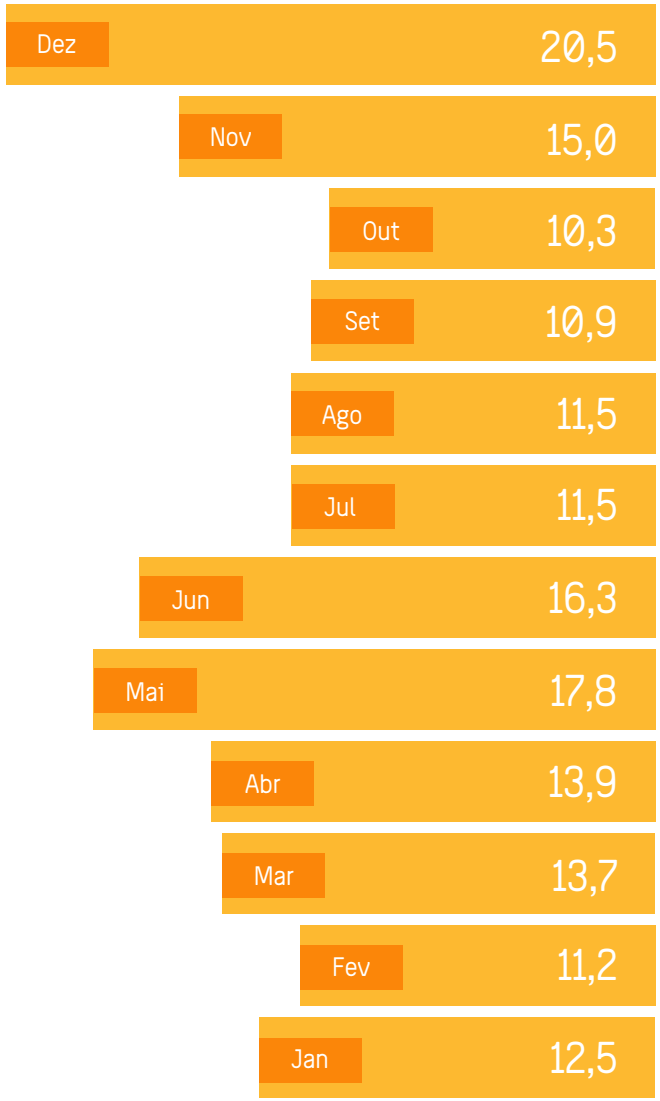
Em 31 de dezembro de 2009, os papéis da Tractebel estavam cotados a R$ 21,53/ação, valorização de 16,1% em relação a 31 de dezembro de 2008, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 14,1 bilhões.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBOVESPA em 2009, com volume médio diário de negociação de R$ 13,6 milhões.

TBLE3 vs. IBOVESPA vs. IEE
(Base 100 - 31/12/2008)



Volume Médio Diário das Negociações com TBLE3 em 2009
(R$ milhões)



Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Em 2009, as ações da Tractebel foram selecionadas para compor a carteira do ISE da BM&FBOVESPA pelo quinto ano consecutivo, desde a criação do índice, em 2005.

A carteira agrupa ações de empresas comprometidas com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliadas em relação à sua eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa. Com isso, o ISE tornou-se uma referência para o investimento socialmente responsável, servindo como um indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

As 34 empresas que compõem a carteira foram selecionadas dentre as 51 companhias que responderam o questionário enviado às 137 emissoras das 150 ações mais líquidas da BM&FBOVESPA.

Remuneração aos acionistas

No exercício de 2009, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 623,9 milhões em proventos, sendo R$ 348,0 milhões na forma de dividendos, R$ 194,0 milhões como juros sobre o capital próprio e R$ 81,9 milhões em dividendos complementares. Esses valores representam 55% do lucro líquido do exercício, equivalente a R$ 0,9558426155 por ação.

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia aprovou uma política de pagamento de dividendos que contempla distribuições em períodos semestrais e a intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei. O valor dessas contribuições varia de acordo com a condição financeira da Companhia, suas perspectivas e estratégias, além das condições macroeconômicas.

Direitos dos acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem o direito de votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, de receber dividendos, de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição), de fiscalizar a administração da Tractebel conforme o Estatuto Social e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Composição da Carteira do ISE (dezembro de 2009 – novembro de 2010)
- 43 ações de 34 companhias.
- 15 setores.
- R$ 730 bilhões em valor de mercado (32,21% da capitalização total das empresas negociadas na Bolsa), em 24 de novembro de 2009.



Usina Hidrelétrica Salto Santiago

As classificações atribuídas à terceira emissão de debêntures da Tractebel, em 2009, atestam a solidez e a transparência da Companhia

Emissão de debêntures

O Conselho de Administração da Tractebel autorizou, em 2007, a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, no valor de R$ 350 milhões, correspondente a 35 mil debêntures.

O prazo de vigência é de sete anos, com vencimento final em 15 de maio de 2014. As debêntures são atualizadas pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes ao máximo de 7% ao ano.

Em março de 2009, a Companhia solicitou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, a segunda no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures da Companhia.

A emissão foi composta de 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10 mil, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600 milhões. A taxa de remuneração estabelecida no processo de bookbuilding, em 17 de abril de 2009, foi de 117% do CDI. Os juros vencem semestralmente e o principal será amortizado em parcela única, em 1º de abril de 2011.

Em dezembro de 2009, a Companhia protocolou junto à CVM o registro da quarta emissão de debêntures simples da Companhia, objeto de oferta restrita, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

A emissão foi composta de 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1 milhão, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400 milhões. A taxa de remuneração é de 110% do CDI. Os juros vencem semestralmente, nas datas de 5 de maio e 5 de novembro dos anos de 2010 a 2015. A amortização das debêntures ocorrerá a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de 1/5 do valor nominal unitário, sendo a primeira amortização em 5 de novembro de 2011 e a última na data de vencimento, ou seja, em 5 de novembro de 2015.

Ratings

A Tractebel é avaliada periodicamente por duas agências de classificação de risco – Standard & Poor's e FitchRatings. A Standard & Poor's manteve em 2009 o rating atribuído no ano anterior de brAA estável na Escala Nacional Brasil e brAA às primeira e segunda emissões de debêntures da Companhia e atribuiu ainda rating brAA à terceira emissão de debêntures da Tractebel, todos na mesma escala.

A FitchRatings, por sua vez, atribuiu em 2007 à Companhia e às primeira e segunda emissões de debêntures rating Nacional de Longo Prazo AA(bra) estável, mantido em 2009, e atribuiu, no mesmo ano, rating Nacional de Longo Prazo AA(bra) estável à terceira emissão de debêntures da Tractebel. A classificação atribuída por essas agências atesta a solidez e a transparência da Companhia.



07 Gestão ambiental

Projeto “Restituição Ciliar da Usina Hidrelétrica Itá”, vencedor do Prêmio Fritz Müller 2009

POLÍTICA AMBIENTAL

A Política de Meio Ambiente da Tractebel Energia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento das atividades da Companhia. O documento, disponível no website da Tractebel, orienta a gestão ambiental e estabelece diretrizes e práticas a serem observadas nas operações da Companhia, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

Além de seu Código de Meio Ambiente, a Tractebel é signatária do Código de Ética Socioambiental do Instituto Acende Brasil, documento que a Companhia ajudou a elaborar. O Código apresenta um conjunto de princípios para construção e operação de usinas, respeitando as dimensões social, ambiental e econômica, com o objetivo de promover a transparência e sustentabilidade do setor elétrico.

Compromissos da Política de Meio Ambiente

Comprometimento	O respeito ao meio ambiente é componente fundamental da identidade e dos valores da Companhia.
Compreensão	São elaborados estudos dos impactos das atividades da Tractebel no meio ambiente com a finalidade de garantir a preservação dos recursos naturais e o controle dos riscos ambientais, atuando primordialmente de forma preventiva.
Capacitação técnica	São realizados programas de pesquisa e desenvolvimento para a melhoria contínua dos métodos e processos da Companhia, cumprindo as exigências de seus clientes, da sociedade e da evolução da legislação ambiental.
Compartilhamento	Todos os objetivos e resultados ambientais são divulgados a empregados, clientes, acionistas, associados e órgãos de meio ambiente, mantendo um diálogo aberto com a opinião pública.

Princípios do Código de Ética Socioambiental

I – Redução e controle dos impactos sobre o meio ambiente.
II – Conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.
III – Respeito às comunidades.
IV – Educação e saúde como elementos de transformação social.
V – Transparência e diálogo.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Todas as usinas da Tractebel possuem as autorizações e licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes, desde a fase de estudo de viabilidade até a implantação e operação dos empreendimentos. A gestão ambiental da Companhia preza pela qualidade do meio físico e da biodiversidade de dez reservatórios e seus entornos, de seis termelétricas, de uma usina a biomassa e duas usinas eólicas.

Para a adequada gestão ambiental, a Tractebel tem um sistema integrado que contempla a qualidade e o meio ambiente. Em 2009, teve início a expansão desse sistema, que passará a compreender também a gestão da responsabilidade social e da saúde e segurança do trabalho.

O sistema abrange procedimentos, ferramentas e programas ambientais para controle de riscos e identificação de oportunidades de melhorias operacionais de processos e serviços. Além disso, garante que a produção de energia elétrica seja conduzida com os devidos cuidados ambientais e em conformidade com os requisitos legais comuns a todas as usinas e as especificidades de cada empreendimento, que podem variar conforme a localização geográfica, os termos da concessão e o insumo utilizado.

As comunicações referentes à qualidade e ao meio ambiente procedentes de partes interessadas também são inseridas e gerenciadas pelo sistema para que possam ser devidamente acompanhadas e respondidas.

Esse sistema, denominado pela sigla SIG, é certificado conforme os requisitos da NBR ISO 9001-2000 e da NBR ISO 14001-2004 nas usinas da Companhia em fase de operação, com exceção das cinco adquiridas ou implantadas a partir de 2008: Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, PCH Rondonópolis, PCH José Gelazio da Rocha, Usina Eólica Beberibe e Usina Eólica Pedra do Sal.

Diretrizes do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente

Operacional	Maximizar a geração de energia, observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos.
Ambiental	Gerar energia, em observância às normas de segurança, ao uso racional e à preservação dos recursos naturais, prevenir a poluição e controlar os riscos ambientais, atuando primordialmente de forma preventiva.
Patrimonial	Utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular.
Relacionamento com a sociedade	Participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

Legislação e requisitos ambientais

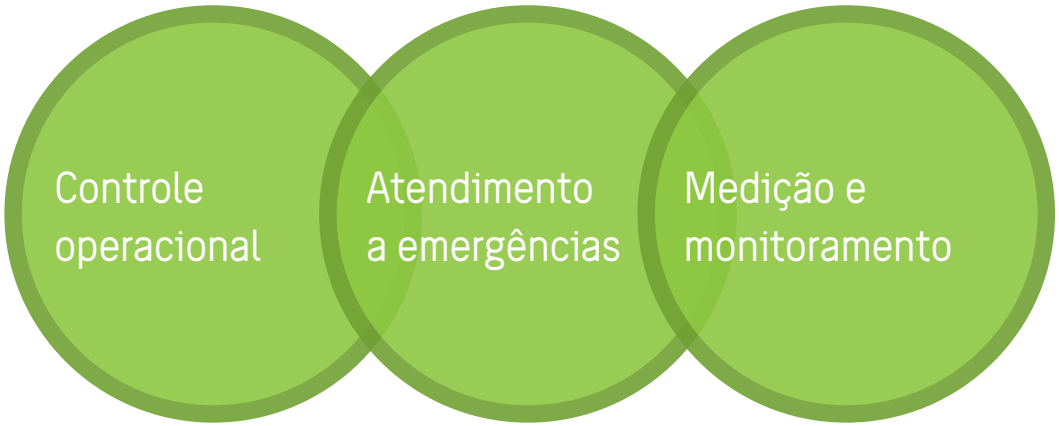
Um dos focos da gestão ambiental da Tractebel é garantir o atendimento de todos os requisitos ambientais legais aplicáveis às suas atividades. Para isso, os identifica, atualiza e avalia periodicamente com o objetivo de determinar ações para manter ou alcançar os padrões legais e compromissos voluntários assumidos pela Companhia.

Com isso, a Tractebel busca cumprir as condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais aplicáveis nas três fases do empreendimento: Licença Ambiental Prévia (avaliação de viabilidade do projeto), Licença Ambiental de Instalação e Licença Ambiental de Operação.

Aspectos e impactos ambientais

O SIG estabelece procedimentos para identificação dos aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços, a fim de determinar aqueles que possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente.

Gestão dos aspectos e impactos ambientais



Para as atividades que têm impactos identificados, são estabelecidos controles operacionais de prevenção ou mitigação, por meio da definição de critérios e procedimentos para sua execução, conforme a Política de Meio Ambiente e os objetivos e metas da Companhia na área.

Os controles operacionais também podem ser estabelecidos por meio de estruturas físicas, que impeçam danos ao meio ambiente, tais como bacias de contenção nos reservatórios de combustíveis para evitar vazamentos. As estruturas físicas passam por manutenções preventivas periódicas, garantindo seu funcionamento efetivo em possíveis emergências. O controle é complementado com inspeções e testes durante os turnos de trabalho, a fim de evitar situações que resultem em impactos ambientais significativos.

As potenciais situações de emergência em relação a aspectos ambientais são identificadas pelos Planos de Atendimento a Emergências Ambientais, que definem a intervenção necessária para impedir impactos no meio ambiente. Sempre que preciso, os planos são revisados, analisados e testados, para garantir sua eficácia durante as situações reais de emergência, caso venham a ocorrer.

Os Planos de Monitoramento Ambiental da Tractebel preveem o acompanhamento das atividades com características passíveis de alteração no decorrer de sua execução e que estejam relacionadas diretamente com aspectos e impactos ambientais significativos.

Mudas produzidas no viveiro da Usina Hidrelétrica Cana Brava



OBJETIVOS, METAS E PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

A fim de minimizar os impactos de suas atividades ao meio ambiente, a Tractebel define periodicamente seus objetivos ambientais, de acordo com a Política de Meio Ambiente da Companhia, para os quais são estabelecidos Programas de Gestão Ambiental que detalham ações, responsáveis e prazos para cumprimento.

Meta alcançada
Meta não alcançada
Meta em andamento

Metas ambientais – hidrelétricas

Situação		2009	2010
Resíduos			
	Machadinho Cana Brava	Redução, em 2009, de 5% da geração de resíduos, com base na geração média dos anos de 2006, 2007 e 2008.	Meta permanece com base no inventário de 2009.
	Salto Osório Salto Santiago	Substituir os equipamentos contendo mercúrio nas usinas até dezembro de 2009.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para dezembro de 2010 (Salto Santiago).
Água e efluentes			
	Machadinho Cana Brava	Redução da concentração de óleos e graxas do efluente drenado para o poço de drenagem da usina para 50% do máximo permitido pela legislação até janeiro de 2010.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para janeiro de 2011 (Cana Brava).
	Itá	Construir sala para lavagem de peças da oficina mecânica até julho de 2009.	-
	Cana Brava	Redução, em 2009, de 3% do consumo de água tratada, com base na média do consumo de água tratada nos anos de 2006, 2007 e 2008.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para 2010. Está em avaliação a adoção do consumo per capita como parâmetro para acompanhamento e cumprimento da meta.
		Em 2009, houve um aumento do número de empregados na usina, com novos contratados, o que impossibilitou o cumprimento da meta, já que esse aspecto não havia sido previsto em sua formulação.	
	Salto Osório	Implantar, até dezembro de 2009, sistema de aproveitamento da água de percolação das galerias de inspeção.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para abril de 2010.
		Em decorrência de atraso na fase de entrega do projeto executivo para implantação do sistema, sua conclusão está prevista para abril de 2010.	
Reflorestamento e recuperação ambiental			
	Cana Brava	Recuperar as áreas da concessão com o plantio de 100.000 mudas de espécies nativas do cerrado até abril de 2012.	Meta permanece até 2012. Até fevereiro de 2010, haviam sido plantadas 14.515 mudas.
	Passo Fundo	Revegetação das ilhas do reservatório por meio do plantio de 60.000 mudas de espécies nativas.	-
	Salto Santiago	Recuperar as áreas degradadas do antigo canteiro de obras até dezembro de 2009.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para dezembro de 2010.
		A meta foi prorrogada para 2010 para recuperação total do solo do antigo canteiro de obras com o aproveitamento de material lenhoso do reservatório como substrato para vegetação.	
Visitas às usinas			
	Cana Brava	Obter em 2009 (com base nos resultados de 2008) um aumento de 5% do número total de visitantes à usina e participantes das palestras de conscientização ambiental desenvolvidas pela Companhia nos municípios atingidos pelo reservatório.	Meta permanece com base nos resultados de 2009.
		Em 2009, o número total de visitantes e participantes das palestras aumentou mais de 180% em relação aos 531 registrados em 2008. No total, foram 1.508 pessoas, sendo 1.218 visitantes e 290 participantes das palestras de conscientização.	
	Machadinho	Atender anualmente um público de 6.000 pessoas com o Programa de Educação Ambiental nos municípios lindeiros.	Meta sendo revisada para aumentar a abrangência do Programa em 2010.
		A meta de 6.000 pessoas foi atingida com o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental ao longo de 2009 pelo Centro de Divulgação Ambiental (CDA) – contratado do Consórcio Machadinho.	
	Salto Osório Salto Santiago	Receber anualmente pelo menos 1.800 visitantes em cada usina, envolvendo escolas, associações e universidades.	Meta permanece.
		Em 2009, a Usina Hidrelétrica Salto Santiago recebeu 3.942 visitantes de 144 entidades e a Usina Hidrelétrica Salto Osório recebeu 3.281 visitantes de 132 entidades.	

(continuação)

Metas ambientais – hidrelétricas			
Situação		**2009**	**2010**
Desenvolvimento socioambiental nas áreas de atuação			
	Itá Machadinho Passo Fundo Salto Santiago Salto Osório Cana Brava	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas nas áreas de abrangência das usinas.	Meta permanece.
	Passo Fundo	Implantar dez ações voltadas às necessidades socioambientais da população lindeira ao reservatório até dezembro de 2009.	

Metas ambientais – termelétricas			
Situação		**2009**	**2010**
Ruídos			
	Charqueadas	Reduzir os níveis de emissão de ruído para menos de 56 dB a 120 metros dos silenciadores e 72 dB a 10 metros dos silenciadores até setembro de 2009.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para setembro de 2010.
	Jorge Lacerda	Redução da emissão de ruídos do vibrador de vagões no recebimento de carvão, sob responsabilidade da Central de Utilidades, até dezembro de 2009.	
		O programa foi concluído em 2009 com o enclausuramento do vibrador de vagões.	
	Lages	Manter os níveis de ruído nos equipamentos críticos abaixo de 80 dB.	
		Quadrimestralmente são medidas as emissões de ruídos das principais fontes da usina - ventilador primário, secundário, picador e bombas de circulação. Na medição realizada em outubro de 2009, o único equipamento que apresentou ruído acima da meta foi a bomba de circulação, com 82,6 dB. Estão sendo implantadas ações para corrigir esse desvio.	
Visitas às usinas			
	Jorge Lacerda	Receber mais de 8.500 visitantes durante o ano de 2009.	
		Em 2009, foram recebidos 10.436 visitantes no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.	
	Lages	Receber 1.500 visitantes em dois anos – 2009 a 2010.	Meta permanece. Em 2009, foram atendidos 693 visitantes (46% da meta).
	Charqueadas	Receber 400 visitantes até dezembro de 2009.	Meta para 2010 em elaboração.
		Em 2009, foram atendidos 420 visitantes	
Água e efluentes			
	Lages	Implantação do Sistema de Tratamento de Efluentes da Estação de Tratamento de Fuligem – manter a emissão de DBO5 em valores abaixo de 55 mg/l.	
		O Projeto da Estação de Tratamento de Efluentes foi entregue e está em fase de endosso pela Fatma para instalação.	
	Jorge Lacerda	Impermeabilização dos pátios de carvão até dezembro de 2009.	Meta permanece.
		O processo foi concluído no pátio de carvão da Jorge Lacerda A e deve ser concluído nos pátios da Jorge Lacerda B e C em 2010, com anuência do órgão ambiental (Fatma).	
	Jorge Lacerda	Readequar o sistema de cinzas com implantação do sistema em ciclo fechado até dezembro de 2010.	-

(continuação)

Metas ambientais – termelétricas			
Situação		**2009**	**2010**
Consumo de materiais			
	Lages	Reduzir o consumo específico anual de NaOH para 0,75 Kg/m³ e de HCl para 0,80 Kg/m³ até dezembro de 2009.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para dezembro de 2010.
	Alegrete	Reduzir em 20% o consumo de ácido e soda, em Kg/m³, até dezembro de 2009.	Como a Usina Termelétrica Alegrete não operou em 2009, a meta foi estendida para o próximo período de operação da usina.
	Charqueadas	Manter os índices de consumo específico de carvão abaixo de 1,50 ton/MWh.	Meta permanece.
Reflorestamento e recuperação ambiental			
	Lages	Implantação de cortina vegetal em torno do pátio de biomassa até dezembro de 2009.	
		O preparo do solo, plantio de mudas e manutenção já foram concluídos. Para finalização do projeto resta apenas a mensuração dos resultados das ações realizadas.	
	Charqueadas	Implantação de um programa de arborização urbana na região de influência da usina até dezembro de 2009.	
		A meta foi alterada para plantio de, no mínimo, 5.000 mudas na área de influência da usina, alcançada com o plantio e distribuição de 11.735 mudas na região.	
	Jorge Lacerda	Participar dos processos de recuperação ambiental de áreas degradadas, em parceria com o órgão estadual de meio ambiente - Fatma.	
		A Tractebel está participando, em parceria com a Fatma, da recuperação ambiental do pátio da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) e da bacia de finos da CSN.	
Emissões			
	Jorge Lacerda	Atingir, até o final de 2009, índices de emissão de material particulado inferior a 0,6 Kg/MWh.	Em 2010 será mantido o acompanhamento para assegurar a manutenção do índice de emissão de material particulado inferior a 0,6 kg/MWh.
	Lages	Manter as emissões de material particulado abaixo de 100 mg/Nm³ na caldeira principal e 260 mg/Nm³ na caldeira reserva.	Meta permanece.
		A meta foi superada em 2009, com emissão de 53,79mg/Nm³ na caldeira principal. A caldeira reserva não operou em 2009.	
	Charqueadas	Atingir, até o final de 2009, índice de emissão de material particulado inferior a 80 mg/Nm³.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para março de 2010.
	Charqueadas	Atingir, até o final de 2009, índice de emissão de SO_2 inferior a 400 mg/Nm³ a 6% de oxigênio.	Meta permanece com prazo para conclusão revisto para abril de 2010.
Desenvolvimento socioambiental nas áreas de atuação			
	Lages Charqueadas Alegrete	Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas nas áreas de abrangência das usinas.	Meta permanece.

IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

Previamente à implantação de uma usina, são desenvolvidos extensivos estudos socioambientais, submetidos à consulta pública e à análise dos órgãos competentes. Na dimensão ambiental, no caso das hidrelétricas, além da flora e fauna terrestre e aquática, os estudos contemplam a análise da qualidade da água, de impactos no lençol freático e de efeito erosivo, entre outros.

Em 2009, a Tractebel manteve em fase de implantação três novos empreendimentos: Usina Hidrelétrica São Salvador, PCH Areia Branca e Usina Termelétrica Destilaria Andrade.

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDOS NAS USINAS

- **Semana de Meio Ambiente Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, UHE Cana Brava, UHE Itá, UHE Machadinho e UHE Passo Fundo**

A Tractebel realiza, anualmente, a Semana do Meio Ambiente, com o objetivo de alcançar uma maior integração com a comunidade, além de promover a educação ambiental e divulgar os programas e resultados ambientais da companhia. Em 2009, destacam-se os seguintes eventos:

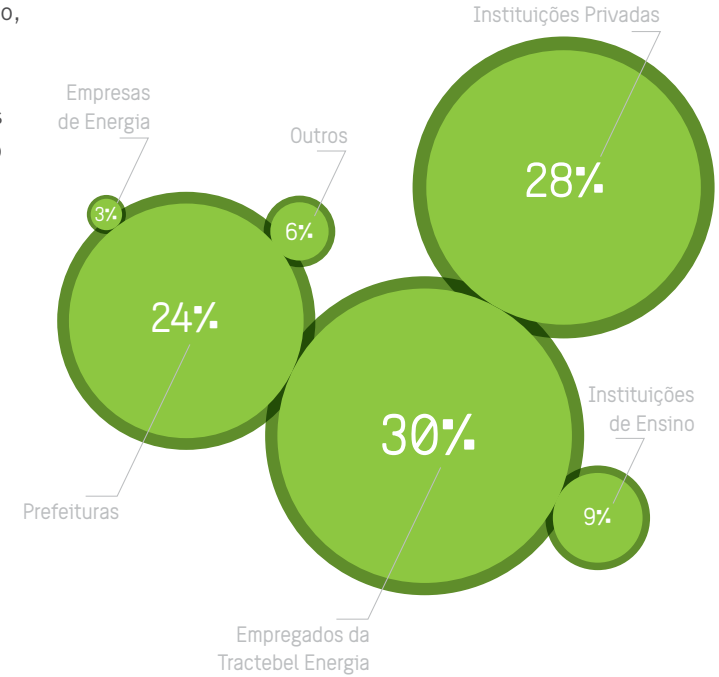
SEMA – Semana de Meio Ambiente do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda: a Semana foi realizada entre os dias 9 e 13 de novembro de 2009, no município de Capivari de Baixo (SC) e contou com concurso, palestras e apresentações:

- Palestra do Comitê de Sustentabilidade da Tractebel.
- Apresentação da peça de teatro "O Sonho de Natanael".
- Projeto de Educação Ambiental Horta Modelo, com exposição de orquídeas, bromélias, plantas ornamentais e distribuição de mudas.
- Concurso de projetos ambientais, voltado às escolas de Capivari de Baixo e de Tubarão (SC), com premiação dos melhores projetos apresentados.

Semana Interna de Segurança e Meio Ambiente da Usina Hidrelétrica Cana Brava: no evento, realizado entre os dias 24 e 28 de agosto de 2009, a Usina Hidrelétrica Cana Brava integrou dois temas relevantes à sua operação e promoveu uma programação que envolveu atividades culturais e de preservação ambiental, promoção da saúde e conscientização sobre segurança e meio ambiente.

Semas 2009 – Semana de Meio Ambiente e Sustentabilidade – A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Local: o evento, que acontece anualmente, foi desenvolvido com foco nos públicos de interesse das hidrelétricas Itá, Machadinho e Passo Fundo e contou com a participação de 192 pessoas. Em sua terceira edição, realizada em 2009, foram apresentadas palestras e apresentações culturais regionais que abordaram a sustentabilidade de maneira consistente e prática, com o objetivo de conscientizar os públicos de interesse da Companhia, buscando um caminho conjunto para a construção e aplicação de conceitos focados na sustentabilidade regional.

Origem dos Participantes da Semas 2009



• **Programa de Formação de Educadores Ambientais (PFEA)**
UHE Machadinho

O Programa, desenvolvido pela Tractebel, é voltado a educadores que buscam aprimorar seus conhecimentos de educação ambiental e adquirir experiência por meio de atividades práticas, além da teoria.

Desenvolvido em quatro módulos, apresenta os subsídios necessários ao conhecimento de temas ambientais, fundamentos de educação ambiental, noções de cidadania e aplicação à vida cotidiana e o desenvolvimento de uma proposta pedagógica como trabalho de conclusão de curso. Em 2009, aproximadamente 30 participantes concluíram o curso.

• **Parque Ambiental Jorge Lacerda**
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

A Tractebel iniciou em novembro de 2009 as obras para construção do Parque Ambiental Jorge Lacerda, a partir de um projeto elaborado pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

O Parque, com inauguração prevista para 2011, é uma iniciativa voluntária da Tractebel com o intuito de oferecer à comunidade um espaço de educação, cultura e lazer, que contará com pistas para caminhadas, ciclovias, lago, anfiteatro, horto florestal, concha acústica, entre outras opções, em uma área total de 500.000 m² (50 hectares) recuperada ambientalmente pela Tractebel, localizada junto ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em de Capivari de Baixo (SC).

Um Centro de Cultura e Sustentabilidade, com auditório de aproximadamente 350 lugares, também funcionará no Parque e abrigará manifestações artísticas e culturais, oficinas de música, teatro, dança e inclusão digital, galpão de exposições e registro da memória do município e do Complexo.

O funcionamento do Parque contará com mecanismos sustentáveis, como a captação da água da chuva, aquecimento com garrafas plásticas recicladas e tratamento de esgoto por um sistema no qual uma vegetação específica utiliza o material orgânico como nutriente e torna a água reutilizável. As edificações, pistas de caminhada e ciclovias serão construídas utilizando-se das cinzas descartadas pelo Complexo misturadas com cimento, substituindo parte do cimento convencional ou a areia fina para blocos de concreto. Sua gestão ficará a cargo de uma associação autônoma, composta por representações regionais.

• **Centro de Divulgação Ambiental (CDA)**
UHE Itá

No Centro, são desenvolvidos projetos educativos voltados à comunidade, que incluem exposições temáticas, biblioteca, videoteca e arquivos fotográficos que apresentam informações socioambientais sobre a região e os programas desenvolvidos pela usina. Desde o início das atividades do CDA, já foram atendidas 204.896 pessoas.

• **Programa de Reflorestamento**
UHE Salto Osório, UHE Salto Santiago

O Programa de reflorestamento prevê o plantio de 577 mil mudas na área dessas usinas até maio de 2010. Ao final de 2009, 400.970 mudas já haviam sido plantadas.

• **Projeto Coletor Solar**
UHE Salto Osório, UHE Salto Santiago e UHE Itá

O Projeto Coletor Solar conta com a participação de nove entidades dos municípios do entorno da UHE Salto Osório e da UHE Salto Santiago e consiste na realização de oficinas na UHE Itá, nas quais são apresentadas instruções de como montar um aquecedor, abastecido pela energia solar, com o uso de materiais reciclados, como embalagens longa-vida e garrafas PET. Em 2009, o projeto teve continuidade com a distribuição do material necessário para a fabricação e instalação do aquecedor nas entidades.



Maquete do Parque Ambiental Jorge Lacerda

Reservatórios[8]

UHE Itá
Localização: entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS)
Área do reservatório: 142 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 22,56 km²
Biodiversidade regional: 27 espécies de mamíferos, 94 de aves, 31 de répteis, 11 de anfíbios, 40 de peixes e 60 de flora (arbóreas)
Unidades de Conservação: Parque Estadual Fritz Plaumann (SC), de 7,41 km²; Parque Municipal Teixeira Soares (RS), de 4,61 km², e Parque Municipal de Preservação Ambiental de Severiano de Almeida (RS), de 0,15 km²

UHE Machadinho
Localização: entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS)
Área do reservatório: 79 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 44,05 km²
Biodiversidade regional: 52 espécies de mamíferos, 192 de aves, 63 de peixes, pelo menos duas espécies relevantes de répteis e 522 de flora
Unidades de Conservação: Parque Florestal Estadual Espigão Alto (RS), com 13,33 km²

UHE Cana Brava
Localização: município de Cavalcante (GO)
Área do reservatório: 139 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 3,2 km²
Biodiversidade regional: 92 espécies de mamíferos, 304 de aves, 98 de peixes, 41 espécies de anfíbios, 77 de répteis (Fonte: Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda.)
Unidades de Conservação: não mensuradas

UHE Passo Fundo
Localização: município de Entre Rios do Sul (RS)
Área do reservatório: 151 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 4,11 km²
Biodiversidade regional: 18 espécies de mamíferos, 122 de aves, 14 de répteis, 10 de anfíbios, 44 de peixes e 20 de flora (Fonte: PLUS – Plano de Uso e Ocupação das Águas e Entorno do Reservatório da UHE Passo Fundo)
Unidades de Conservação: Parque Estadual Rondinha, com 10 km², e Reserva Municipal da Sagrisa, com 4 km²

UHE Salto Santiago
Localização: entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Saudade do Iguaçu (PR)
Área do reservatório: 208 km²
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP
Biodiversidade regional e Unidades de Conservação: o levantamento da biodiversidade da área de influência direta da Usina está em andamento

UHE Salto Osório
Localização: entre os municípios de São Jorge d'Oeste e Quedas do Iguaçu (PR)
Área do reservatório: 55 km²
Área de Preservação Permanente (APP): a legislação da época da implantação da Usina não estabelecia a obrigatoriedade de se adquirir áreas para a formação de APP
Biodiversidade regional e Unidades de Conservação: o levantamento da biodiversidade da área de influência direta da Usina está em andamento

Usina Hidrelétrica Machadinho



[8] O item "biodiversidade regional", descrito em cada usina, apresenta quantitativamente a diversidade de espécies em determinada área. Exceto quando especificada a fonte, os dados sobre biodiversidade foram levantados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) de cada usina.

UHE Ponte de Pedra
Localização: entre os municípios de Itiquira (MT) e Sonora (MS)
Área do reservatório: 14,5 km²
Área de Preservação Permanente (APP): 7,8 km²
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados
Unidades de Conservação: o reservatório da usina é adjacente ao Parque Estadual da Serra de Sonora, com aproximadamente 79 km²

PCH José Gelazio da Rocha
Localização: Rondonópolis (MT)
Área do reservatório: 0,27 km²
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina
Biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados
Unidades de Conservação: não mensuradas

PCH Rondonópolis
Localização: Rondonópolis (MT)
Área do reservatório: 0,024 km²
Área de Preservação Permanente (APP): não foi estabelecida pela legislação no entorno do reservatório da Usina
Índice de biodiversidade regional: 80 espécies de mamíferos, 249 de aves, 58 de répteis, 17 de anfíbios e nove de invertebrados
Unidades de Conservação: não mensuradas

As áreas dos reservatórios e seu entorno são protegidas por equipes de vigilância ambiental e sócio-patrimonial da Tractebel, que mantém acordos de cooperação com a Polícia Ambiental local para os trabalhos de fiscalização ambiental.

Uso múltiplo do reservatório

Por meio da concessão para operação das usinas hidrelétricas, a Tractebel tem responsabilidade jurídica sobre seus reservatórios.

A Companhia incentiva o uso múltiplo dessa área pelas comunidades. Para isso, são estabelecidas parcerias com municípios para criação de praias artificiais, áreas reservadas à pesca, motonáutica e outras formas de lazer, bem como o recurso de irrigação para agropecuária.

A comunicação entre a Tractebel e as comunidades fomenta um relacionamento harmônico e as tornam parceiras no uso das águas e na vigilância necessária à obtenção e manutenção da melhor qualidade ambiental possível.

Parques ambientais

A Tractebel Energia financia e apoia a implantação e manutenção de parques de preservação ambiental em áreas do entorno de seus reservatórios, como parte da compensação ambiental pela implantação dos empreendimentos. Um exemplo é o Parque Estadual Fritz Plaumann, implantado em parceria com empresas privadas, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e a sociedade civil, que viabiliza a proteção e o uso público da mais importante área remanescente da Floresta Estacional Decidual (Floresta do Rio Uruguai). Para sua gestão, foi constituída uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), responsável pela equipe e manutenção das áreas do Parque. A Tractebel também participa da OSCIP.

Parque Estadual Fritz Plaumann, na região da Usina Hidrelétrica Itá



INDICADORES AMBIENTAIS CONSOLIDADOS

Emissões

As principais emissões atmosféricas originadas pelas usinas da Tractebel são o dióxido de carbono (CO_2), dióxido de enxofre (SO_2), óxido de nitrogênio (NOx) e material particulado (MP), resultantes do processo de geração nas termelétricas. A Companhia conta com práticas e processos que permitem controlar e reduzir essas emissões, como:

• Precipitadores eletrostáticos: retêm mais de 98,5% das emissões do material particulado nas unidades do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.

• Instalação de filtros de mangas e dessulfurizador na Usina Termelétrica Charqueadas, que reduzem as emissões de material particulado e de dióxido de enxofre (SO_2) – entram em operação em 2010.

• Controle de enxofre no carvão e óleos combustíveis: permite reduzir a formação de dióxido de enxofre e sua emissão para a atmosfera.

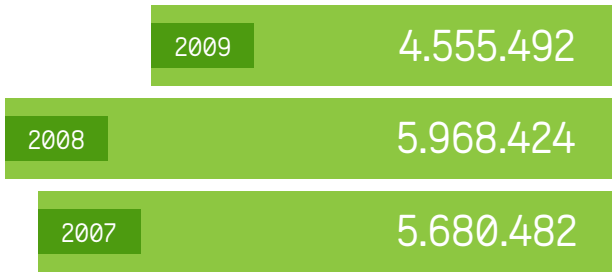
• Reaproveitamento de resíduos: utilização de 100% das cinzas leves produzidas como matéria-prima na produção de cimento.

Os gráficos a seguir mostram o total de emissões das usinas termelétricas Charqueadas, Alegrete, William Arjona, do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e da Unidade de Cogeração Lages.

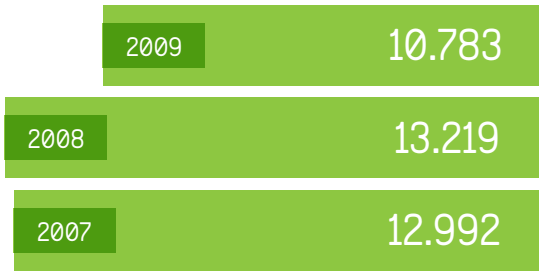


Complexo Termelétrico Jorge Lacerda

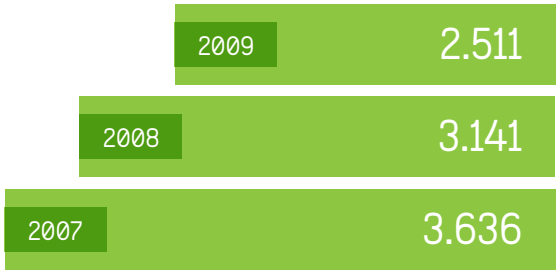
Emissão de CO_2 (t)



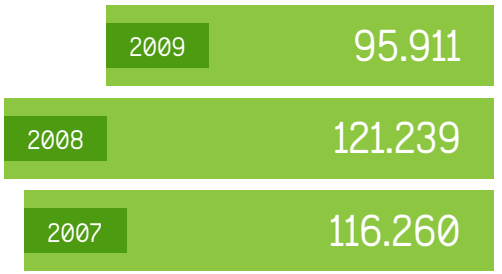
Emissão de NOx (t)



Emissão de Material Particulado (t)



Emissão de SO_2 (t)

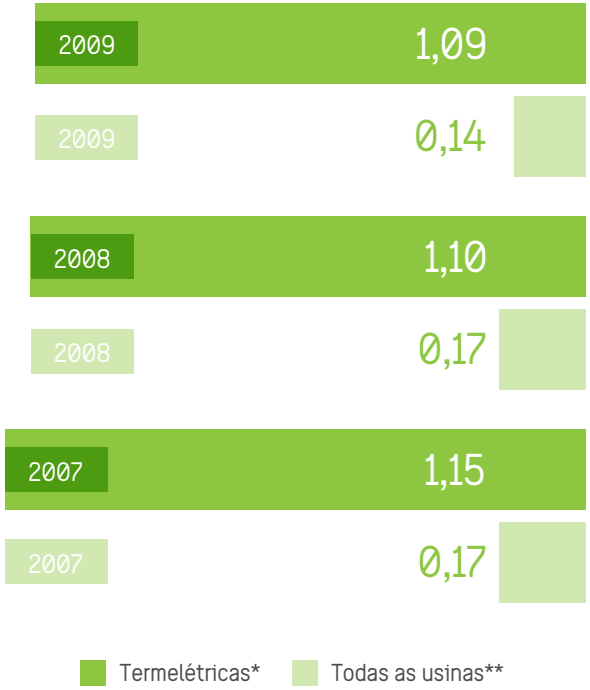


As emissões atmosféricas da Companhia em 2009 totalizaram 4.664.697 toneladas, uma redução de 23,6% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo da diminuição de 22,8% da produção de energia por parte das termelétricas e das iniciativas de melhorias operacionais de tecnologia em suas operações para minimizar as emissões.

A evolução das emissões da Companhia por MWh é apresentada nos gráficos a seguir:

Emissão de CO_2 por MWh Gerado

(t de CO_2/MWh)



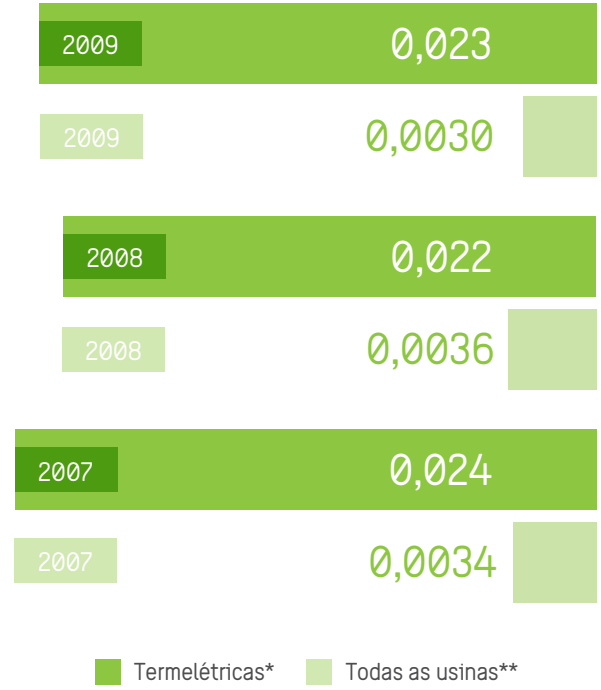
Emissão de NOx por MWh Gerado

(t de CO_2/MWh)



Emissão de SO_2 por MWh Gerado

(t de CO_2/MWh)



(*) Termelétricas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis nas termelétricas e a energia gerada nessas usinas

(**) Todas as usinas - relação entre as emissões oriundas da combustão de fósseis nas termelétricas e a energia gerada em todas as usinas da Tractebel

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Unidade de Cogeração Lages (SC) utiliza resíduos de madeira oriundos de diversas indústrias madeireiras para a produção de eletricidade e de vapor. Ao utilizar esses resíduos, que seriam descartados na natureza, a usina contribui para evitar as emissões de metano – um gás com Potencial de Aquecimento Global (PAG) 21 vezes maior que o do dióxido de carbono – provenientes da sua decomposição.

O projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Unidade de Cogeração Lages prevê a geração de 150 mil a 220 mil RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) por ano, no período de uma década, entre novembro de 2004 e outubro de 2014.

Até 31 de dezembro de 2009, 1,4 milhão de RCEs já haviam sido vendidas. Em 2006, foram vendidas 190 mil RCEs no mercado de créditos de carbono junto a empresas e entidades de países do Anexo 1 do Protocolo de Kyoto (conjunto de nações que assumiu metas de redução), processo que se repetiu em 2008 e 2009 com a venda de 264 mil e 155 mil RCEs, respectivamente. No ano de 2007, 750 mil RCEs foram vendidas ao Prototype Carbon Fund (PCF) antecipadamente. Essa venda deve ser entregue em parcelas anuais de 88 mil toneladas até 2013, com a última parcela, de 134 mil toneladas, a ser repassada em 2014. O PCF é o fundo para compra de créditos de carbono administrado pelo Banco Mundial e o volume da compra representa 60% do total de RCEs a serem emitidas futuramente.

A Unidade de Cogeração Lages é oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, para comercialização pela Lages Bioenergética.

Até 31 de dezembro de 2009, 1,4 milhão de RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) já haviam sido vendidas pela Tractebel no mercado de créditos de carbono

Unidade de Cogeração Lages



Consumo de energia direta

O processo produtivo da Tractebel consome a energia elétrica gerada por suas próprias usinas. Para gerar 31.763 GWh (equivalente a 114 milhões de GJ) de energia elétrica, a Companhia consumiu 454,8 GWh (equivalente a 1,6 milhão de GJ) na operação das plantas em 2009.

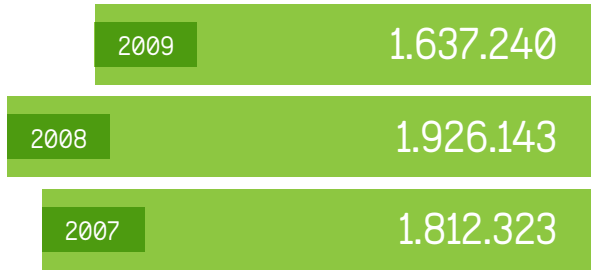
A redução do consumo está diretamente relacionada à diminuição na geração total de energia pelas usinas da Tractebel de um ano para o outro.

Em relação ao consumo de energia indireto, a Companhia estuda e adota medidas de redução do consumo de combustível fóssil. Entre essas medidas, estão a maior utilização de carros bicombustíveis, priorizando o álcool em sua frota de veículos, e a realização de teleconferências, a fim de evitar o deslocamento de seus empregados, reduzindo a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE).

O consumo de combustíveis como energia direta está descrito no item “combustíveis”.

Consumo de Energia Elétrica

(GJ)



Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra



Água

Os reservatórios das hidrelétricas e os rios do entorno das termelétricas têm a qualidade da água constantemente monitorada. Com isso, a Tractebel toma conhecimento da constituição físico-química dos seus efluentes e, dessa forma, pode avaliar e atender prontamente a necessidade de ações corretivas ou preventivas.

Em suas operações, são adotadas uma série de ações de controle a fim de evitar a contaminação dos efluentes.

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda



Consumo de Água de Superfície

(m³)

2009	10.432.478
2008	15.168.261
2007	14.979.413

Consumo de Água Subterrânea*

(m³)

2009	11.511
2008	1.601
2007	1.595

Descarte de Água Tratada

(m³/ano)

2009	9.852.980
2008	14.517.720
2007	14.336.680

*O aumento no consumo de água subterrânea decorre da incorporação dos dados referentes à operação da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, que utiliza água subterrânea para aplicações em irrigação e abastecimento do edifício de controle, enquanto nas outras usinas o uso geralmente limita-se a serviços de limpeza.

O aumento no consumo de água subterrânea deve-se à incorporação dos dados de consumo referentes à operação da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra e das PCHs José Gelazio da Rocha e Rondonópolis, a partir de 2009. Somente a usina Ponte de Pedra consumiu 10.950 m³ de água subterrânea em 2009, ou seja, volume 95% do total. Esse valor elevado decorre do fato de a usina utilizar água subterrânea para aplicações em irrigação e abastecimento de todo o edifício de controle e outras instalações, enquanto que nas outras usinas a aplicação normalmente se limita a serviços de limpeza.

Mais de 99% do consumo de água e dos efluentes líquidos gerados pela Companhia é procedente das usinas termelétricas, que, na maioria das unidades, contam com sistemas de efluentes líquidos operantes em regime fechado. Os sistemas evitam o lançamento de poluentes nos rios da região e possibilitam a reutilização da água em diversos processos, gerando uma redução média estimada de 50% do consumo.

Em 2009, foi concluída a interligação do sistema de extração de cinzas no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, o que reduzirá o consumo de água industrial da Tractebel em cerca de 95% a partir de 2010.

Nas unidades onde o sistema ainda não é fechado, os efluentes passam por tratamento físico-químico (sedimentação e neutralização) antes de serem lançados ao corpo receptor. Adicionalmente, bacias de contenção nos reservatórios de combustíveis evitam a poluição das águas decorrente de vazamentos.

Nas hidrelétricas, está em fase de substituição o sistema de lubrificação a óleo das bombas e tanques de drenagem mineral por lubrificação a água, evitando os riscos de derramamentos ou vazamentos de óleo. O processo já foi concluído na UHE Machadinho.

Adicionalmente, as UHEs Passo Fundo, Machadinho, Cana Brava e Itá contam com um controle dos efluentes dos poços de drenagem, por meio de um sistema que separa a água do óleo destes efluentes gerados na casa de máquinas. Com isso, a Companhia busca atingir a meta de redução da concentração de óleos e graxas nos efluentes em 50% do padrão permitido pela legislação, que é de 20 mg/l. Em 2009, com exceção de Cana Brava, a concentração de óleos e graxas nos efluentes das demais usinas ficou abaixo do estabelecido na meta.

Gestão de resíduos

A gestão de resíduos da Companhia contempla o acondicionamento, o armazenamento interno temporário, o transporte e a destinação final.

Os resíduos sólidos gerados nas usinas são segregados e encaminhados à reciclagem ou outra destinação final adequada. Os resíduos combustíveis (borras de tanque e tintas, entre outros), classificados como perigosos, são destinados ao coprocessamento pela indústria de cimento. O óleo lubrificante usado vai para o rerefino e é transformado em óleo básico, principal matéria-prima da fabricação do lubrificante acabado.

Resíduos perigosos

A gestão de resíduos perigosos obedece às regulamentações do licenciamento ambiental e às normas da Organização das Nações Unidas (ONU). São adotadas medidas preventivas contra vazamentos, como a utilização de fichas de segurança de produtos químicos, a implantação de barreiras de contenção e a sinalização adequada dos veículos. As empresas contratadas para esse tipo de transporte são devidamente habilitadas e licenciadas dentro do território nacional. Não são importados ou exportados resíduos perigosos.

Destinação dos resíduos perigosos em 2009

Método de disposição	Principais tipos de resíduos	Quantidade (t)
Aterro industrial classe I	Resíduos ou materiais contaminados com óleo, graxa ou produtos químicos, graxa residual, materiais com amianto ou lã-de-vidro, pilhas e baterias e produtos químicos	101,65
Coprocessamento	Resíduos, água ou materiais contaminados com óleo, graxa e produtos químicos	85,23
Incineração (ou utilização como combustível)	Resíduos de saúde	0,019
Reciclagem	Água contaminada com óleo, óleos lubrificantes usados, borra de óleo e lâmpadas	55,88
Reutilização	Embalagens de produtos químicos e toalhas industriais retornáveis	11,88
Subtotal (resíduos perigosos transportados)[1]		**254,66**
Resíduos com armazenamento local	Resíduos em geral	68,71
Total de resíduos perigosos		**323,37**

[1]Todos os resíduos perigosos são transportados até o local da destinação final exclusivamente em território nacional.

Em 2006, a Companhia criou um Programa de Gestão Ambiental para a Usina Termelétrica Charqueadas com o objetivo de eliminar os equipamentos remanescentes que continham a substância química tóxica bifenil policlorinado (PCB), em especial, o ascarel. Em 2007, foram eliminados seis capacitores e, no ano seguinte, a Tractebel concluiu o Programa, destinando à incineração, feita por uma empresa especializada, o último capacitor contendo esse tipo de produto.

Programa similar foi desenvolvido em 2005 para avaliar e recuperar uma área específica da Usina Hidrelétrica Salto Osório contaminada com óleo ascarel. A Companhia concluiu a recuperação em 2007, encaminhando resíduos contaminados com ascarel para incineração em empresa especializada e monitorando o local para garantir a extinção dos riscos ambientais e à saúde das pessoas.

Resíduos não perigosos

Os principais resíduos não perigosos gerados pela Tractebel são as cinzas, originadas no processo de combustão das usinas a carvão, além de papéis, plásticos, vidro e sucata metálica ferrosa e não ferrosa.

As cinzas dividem-se em dois tipos: o tipo leve, arrastadas com os gases de combustão e retidas nos precipitadores eletrostáticos, e o tipo pesado, que permanece no fundo da caldeira. O primeiro, que corresponde a cerca de 80% do volume total de resíduos, é vendido à indústria cimenteira como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário em sua composição. As cinzas pesadas têm o pH alto e são usadas como neutralizadoras da acidez do solo, na recuperação de depósitos de rejeitos de carvão.

As cinzas pesadas provenientes de Charqueadas e Jorge Lacerda são destinadas para a recuperação de áreas degradadas por carvão mineral. Em Charqueadas, parte volta à cava da mina e é aplicada na recuperação ambiental da área onde o carvão mineral utilizado na termelétrica foi minerado. Além disso, as cinzas pesadas são aproveitadas como base para a pavimentação asfáltica de rodovias.

Em 2009, 95,8% do volume de resíduos não perigosos foram reciclados, reutilizados, ou ainda reaproveitados em processos de pavimentação de estradas e recuperação de áreas degradadas (cava da mineração). O consumo total de papel na Tractebel aumentou em cerca de 50%. Entretanto, 91,8% do papel utilizado em toda a Companhia foi proveniente de reciclagem, totalizando 16 toneladas. Essa parcela representa um avanço de 11,7 p.p. em relação ao total de papel proveniente de reciclagem utilizado em 2008.

Destinação dos resíduos não perigosos em 2009

Método de disposição	Principais tipos de resíduos	Quantidade (t)
Aterro industrial classe II	Cinzas pesadas, entulhos de construção, escória de jateamento, lã-de-rocha, resíduos de solda, sucata de borracha e eletrônica e lodo de Estação de Tratamento de Água (ETA)	42.289,74
Aterro sanitário	Entulho de construção, resíduos comuns, orgânicos e podas de jardim	370,31
Bota-fora	Podas de jardim, madeiras e entulho de construção	41,53
Compostagem	Resíduos orgânicos	6,76
Coprocessamento	Madeira, sucata de borracha e isopor	110,41
Pavimentação de estradas	Entulho de construção	0,02
Reciclagem	Cinzas leves, tijolos refratários, madeira e plásticos	891.806,17
Recuperação de área degradada – cava da mineração	Cinzas pesadas e podas de jardim	76.655,00
Reutilização	Entulho de construção e madeira	0,05
Tratamento / descontaminação	Lodo de esgoto	127,66
Armazenamento local	Resíduos em geral	39,03
Total		**1.011.446,68**

Em 2009, 95,8% do volume de resíduos não perigosos gerados pela Companhia foram reciclados, reutilizados, ou ainda reaproveitados

Combustíveis

Os combustíveis consumidos pela Tractebel são derivados do petróleo (óleo diesel e combustível) e do carvão mineral, sendo utilizados nas usinas termelétricas para geração de energia. A Unidade de Cogeração Lages utiliza como combustível resíduos de madeira (biomassa) fornecidos por madeireiras e outras indústrias da região.

Consumo de combustíveis

Materiais	2007	2008	2009
Carvão mineral (t)	3.341.888	3.532.719	2.780.281
Óleo combustível (m^3)	2.748	29.776	2.943
Óleo diesel (m^3)	2.944	37.267	2.480
Gás natural (m^3)	23.563.014	0	0

Biodiversidade

A Tractebel desenvolve programas de manejo e monitoramento de flora, fauna e ictiofauna para garantir a biodiversidade e as condições ambientais dos habitats necessárias à preservação e ao desenvolvimento das espécies antes, durante e após a construção dos reservatórios.

Em 2009, as usinas Salto Santiago e Salto Osório colaboraram com o Programa de Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná. O investimento da Tractebel visa apoiar o programa na atualização do mapeamento da cobertura florestal paranaense e na criação de uma Unidade de Conservação na Serra da Esperança.

Lago da Usina Hidrelétrica Passo Fundo



Fauna

• **Corredores ecológicos:** são desenvolvidos estudos e projetos nas usinas para criação e preservação de corredores ecológicos formados por espécies da flora local, com o objetivo de ligar formações vegetais nativas que ficaram isoladas devido à ocupação humana, criando um caminho para que os animais possam circular e se reproduzir numa biodiversidade semelhante à do seu habitat original.

• **Faixa de preservação:** nas bordas dos reservatórios são mantidas faixas de preservação para o desenvolvimento da fauna e da flora da região.

• **Salvamento e conservação da fauna:** é realizado o estudo e o salvamento dos animais da região durante o desmatamento e formação do reservatório.

• **Controle da proliferação de possíveis focos de problemas de saúde da população:** são realizados estudos periódicos sobre insetos e caramujos transmissores de doenças e levantamento de animais peçonhentos, acompanhados do desenvolvimento de programas de prevenção de acidentes.

Flora

• **Monitoramento e conservação da flora:** são coletadas sementes e flores para estudo, catalogação e posterior produção de mudas, garantindo a continuidade da espécie na região.

• **Produção de mudas de espécies nativas:** são feitos o reflorestamento e a recuperação da vegetação e da faixa ciliar das áreas do entorno das usinas e comunidades locais. Em 2009, 273,9 mil mudas foram plantadas e outras 154,7 mil doadas a órgãos públicos, comunidades e organizações não governamentais. Desde 2006, ano de início da produção, cerca de 1,4 milhões de mudas já foram plantadas ou doadas pela Tractebel.

Em 2009, nos levantamentos florísticos e fitossociológicos realizados durante a implantação da Usina Hidrelétrica São Salvador, foram confirmadas duas novas espécies de plantas, até então desconhecidas na região.

Ictiofauna

• **Equilíbrio da ictiofauna:** são desenvolvidos projetos de pesquisa voltados à ictiofauna, a fim de compreender o equilíbrio dinâmico que se estabelece ao longo da formação e maturidade dos lagos e adotar em cada usina o melhor manejo para minimizar os impactos sobre as espécies.

• **Monitoramento de peixes migratórios:** no programa de ictiofauna, a Tractebel desenvolve ações específicas para as espécies de peixes migratórios, que incluem o monitoramento, por meio de chips, em algumas espécies dos reservatórios para o acompanhamento de seus hábitos e condições de vida, a fim de conhecer e preservar espécies nativas.

• **Pesquisa e monitoramento do mexilhão dourado:** as águas das bacias onde a Tractebel atua são constantemente analisadas para detectar a presença da espécie invasora do mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*). Não há registros da espécie em nenhum reservatório da Companhia.

• **Repovoamento dos rios:** é estimulada a reprodução de alevinos de espécies nativas para o repovoamento dos reservatórios das hidrelétricas. A Tractebel mantém um convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para repovoamento da bacia do Rio Uruguai e, em pesquisa conjunta com o Laboratório de Peixes de Água Doce (Lapad), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reproduz em laboratório alevinos de espécies ameaçadas de extinção na região, como piracanjuba, dourado, curimbatá e piava, entre outros.

Custos e investimentos em gestão ambiental

Em 2009, a Tractebel investiu R$ 76,5 milhões em melhorias para proteção ambiental, instalação de tecnologias mais limpas, controle das emissões atmosféricas, educação e treinamento ambiental, certificação externa, serviços externos de gestão ambiental, pessoal alocado em atividades gerais de gestão ambiental e projetos de pesquisa e desenvolvimento referentes a questões ligadas ao meio ambiente.

Adicionalmente, outros R$ 360 mil foram gastos com seguro de responsabilidade civil sobre qualquer evento relacionado ao meio ambiente em decorrência de poluição súbita, como derramamentos.

Esses valores consideram também as ações de treinamento e conscientização ambiental de seus empregados e da comunidade, de modo a replicar as práticas de proteção e recuperação do meio ambiente.

Folha de árvore do gênero Acer, encontrada na região da Usina Hidrelétrica Machadinho





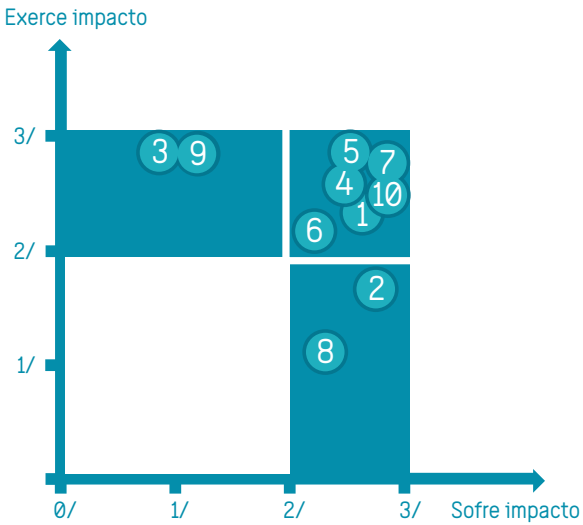
08 Gestão social

Usina Hidrelétrica Cana Brava

A gestão da Tractebel é estruturada para garantir uma integração de sucesso e duradoura nas três esferas da sustentabilidade. Para isso, a Companhia constrói relacionamentos de longo prazo com todos os públicos que impactam ou são impactados por sua operação.

Esses públicos são denominados “partes interessadas” pela NBR 16001, Norma Brasileira de Responsabilidade Social, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e neste Relatório são identificados como “públicos de interesse”.

Públicos de interesse



1/ Empregados e seus representantes

2/ Comunidade

3/ Imprensa

4/ Clientes

5/ Fornecedores

6/ Governo

7/ Acionistas

8/ Entidades sociais, ambientais e do setor

9/ Instituições financeiras

10/ Empresas do setor

Em 2008, a Tractebel realizou um workshop multidisciplinar que contou com a participação de diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os públicos de interesse que impactam ou são impactados pelo seu negócio e avaliar o grau desse impacto. A pontuação atribuída a cada público pelos representantes das áreas da Tractebel varia em uma escala de 0 a 3 nos eixos “exerce impacto” e “sofre impacto”.

Priorizando a abordagem de temas de interesse de seus principais públicos, a Tractebel realizou uma consulta com aqueles que obtiveram pontuação acima de 2 em pelo menos um dos eixos de impacto, conforme matriz ao lado. Assim, as principais demandas desses públicos no tocante à gestão e ao relacionamento da Companhia são apresentadas em seções específicas dentro do presente capítulo (públicos de 1 a 7) ou em citações dispersas ao longo deste Relatório (públicos de 8 a 10).

Usina Hidrelétrica Passo Fundo



A Tractebel desenvolve diversas iniciativas de gestão social voltadas à minimização de riscos e impactos e à criação de valor e oportunidades para esses públicos. Além disso, a tomada de decisões e planejamento de oferta de energia e infraestrutura da Tractebel envolvem esses públicos com base nos seguintes preceitos e diretrizes:

• Demandas e oportunidades de mercado são identificadas e tratadas, de forma transparente, com Governo, clientes e acionistas.

• Comunidades são envolvidas nos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à instalação e operação de uma usina de energia na sua cidade ou região, participando de consultas e audiências públicas, fóruns de desenvolvimento regional e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sociocultural e melhoria ambiental da cidade ou região.

• Os empregados da Companhia são permanentemente convidados a conhecer e participar do negócio da Tractebel – sua estrutura, modo de operação de cada unidade organizacional, novas perspectivas em análise e novos empreendimentos –, incluindo convites expressos para que tragam novas oportunidades ou potenciais clientes.

• A sociedade como um todo é permanentemente informada por meio da mídia das iniciativas da Tractebel, para contribuir de modo sustentável no atendimento às suas necessidades atuais e futuras de suprimento de energia.

A seguir são destacadas a gestão e iniciativas da Tractebel no relacionamento com os seus públicos.

EMPREGADOS E SEUS REPRESENTANTES

A premissa básica da gestão de recursos humanos da Companhia é implantar ações e iniciativas que promovam o desenvolvimento e o bem-estar de seus empregados.

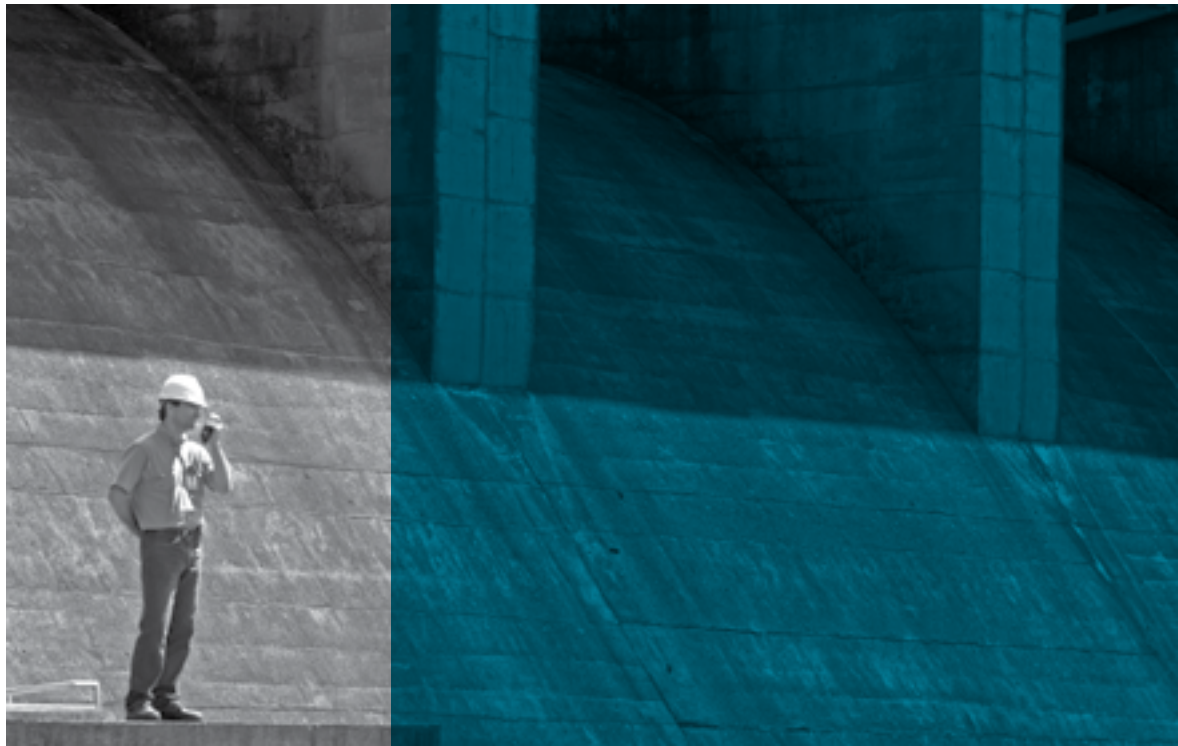
Em 2009, 1.119 profissionais integravam o quadro funcional da Companhia, sendo 990 empregados próprios, contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e 71 estagiários, além de 58 aprendizes (estudantes do Ensino Técnico). Além disso, ao longo do ano, 729 profissionais de empresas especializadas contratadas trabalharam a serviço da Companhia.

Atuando em todas as regiões do Brasil, a Tractebel mantém parcerias com entidades especializadas para recrutamento e seleção local, de modo a incentivar a geração de emprego nas comunidades do entorno de suas usinas.

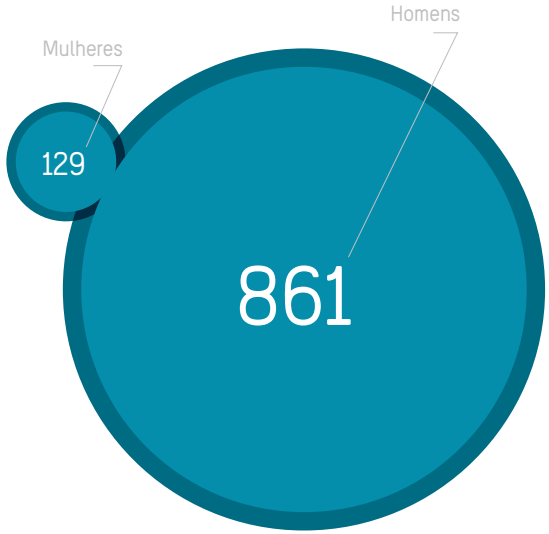
Quadro funcional

Estado	2007	2008	2009
Santa Catarina	626	640	649
Rio Grande do Sul	153	158	162
Paraná	94	96	99
São Paulo	4	4	4
Mato Grosso do Sul	9	9	8
Goiás	31	34	52
Mato Grosso	-	-	5
Tocantins	-	-	11
Total	**917**	**941**	**990**
Desligamentos	**34**	**36**	**33**
Admissões	**46**	**61**	**82**

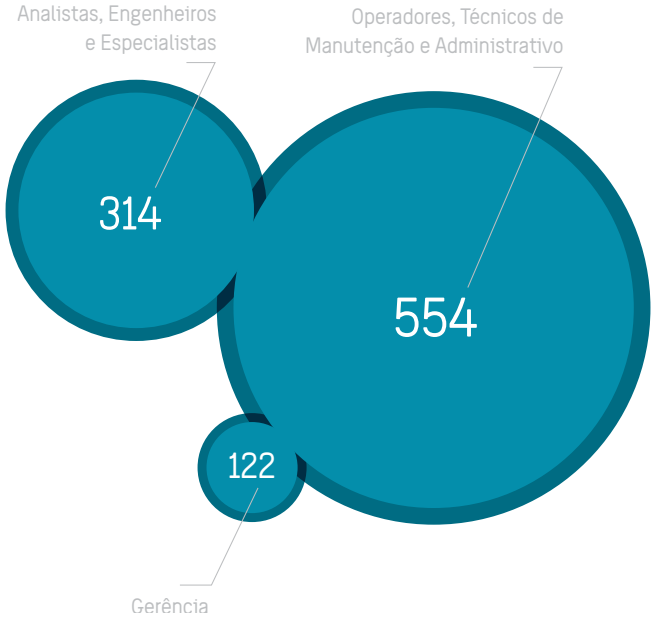
Usina Hidrelétrica Passo Fundo



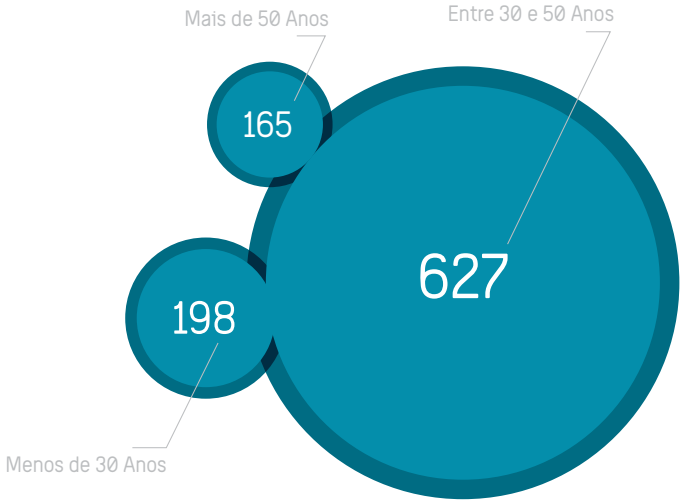
Empregados por Gênero



Empregados por Categoria Funcional



Empregados por Idade



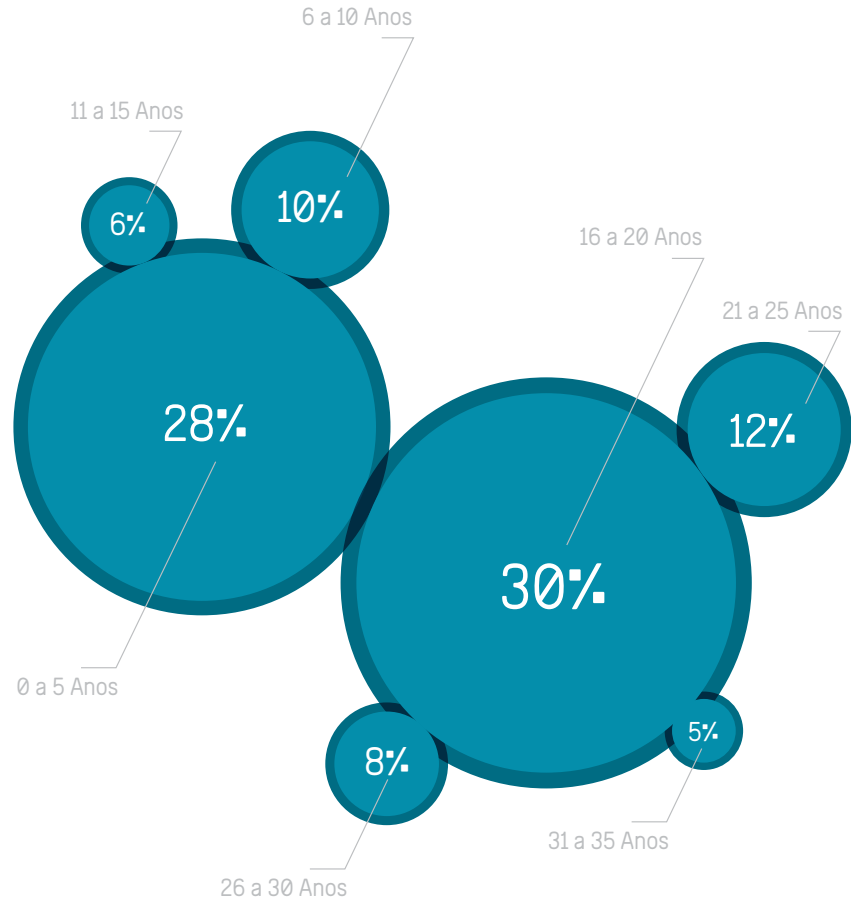
Usina Hidrelétrica Machadinho



Usina Hidrelétrica Cana Brava

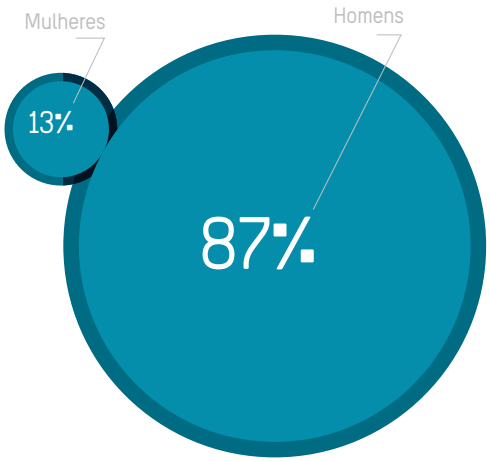


Empregados por Tempo de Serviço*



*Considerado o tempo de serviço prestado pelos empregados à Eletrosul.

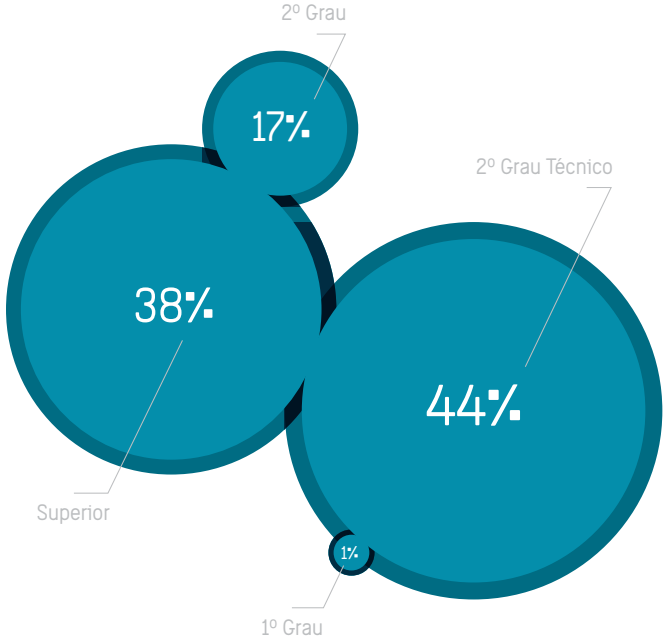
Empregados por Gênero nos Conselhos e Comitês



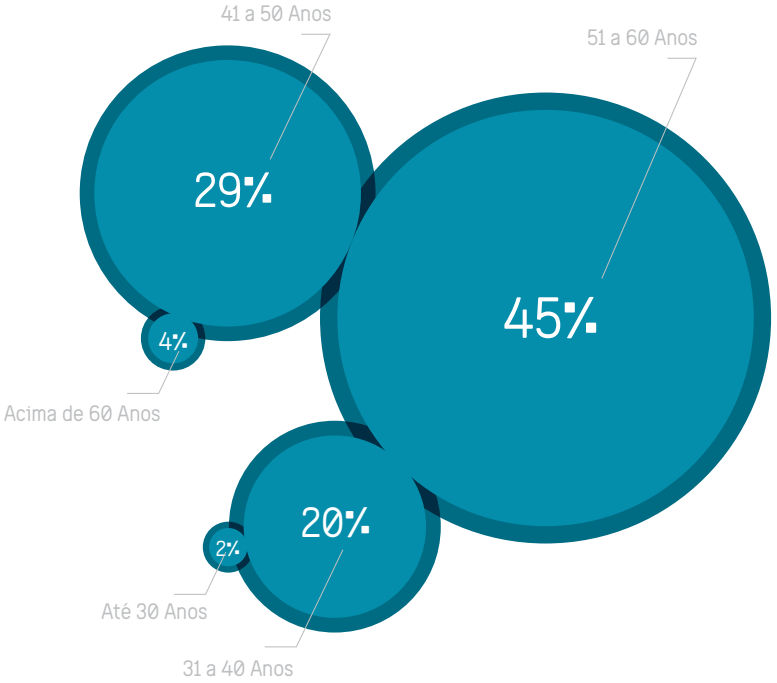


Usina Hidrelétrica Machadinho

Empregados por Grau de Escolaridade e Formação



Empregados por Idade nos Conselhos e Comitês



As políticas e diretrizes de gestão fundamentam a identificação, a contratação e a retenção de talentos, bem como a garantia da manutenção de um bom clima organizacional, oportunidades de desenvolvimento, promoção da saúde e segurança no trabalho e remuneração e benefícios alinhados às melhores práticas do mercado.

Políticas e diretrizes da gestão de recursos humanos



Remuneração e benefícios

A Tractebel adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. Alinhada às práticas de mercado, a remuneração fixa dos empregados da Companhia é monitorada por meio de pesquisas salariais periódicas. Em 2009, o menor salário pago ao corpo funcional foi 2,6 vezes maior que o salário mínimo nacional vigente. A remuneração variável, por sua vez, é composta pelos resultados da avaliação de desempenho individual do empregado e pela participação da sua área nos lucros da Companhia.

Entre os benefícios concedidos aos empregados, destaca-se a participação no Fundo de Aposentadoria Previg – Sociedade de Previdência Complementar, que conta com a contribuição de 99% dos empregados da Tractebel e é constituído por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia. Em 2009, foram repassados R$ 24,6 milhões para a Previg. A Tractebel também patrocina um plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), que em 2009 contava com 2.173 participantes, e repassou R$ 24,1 milhões ao fundo.

Em 2009, o menor salário pago pela Companhia ao corpo funcional foi 2,6 vezes maior que o salário mínimo nacional vigente

Benefícios complementares

Auxílio à recuperação da saúde (assistência médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional) aos empregados e dependentes
Auxílio creche
Auxílio alimentação
Auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais
Seguro de vida em grupo com cobertura para incapacidade e invalidez

Pesquisa de clima organizacional

A cada dois anos, a Tractebel avalia o desempenho da gestão de recursos humanos com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre os empregados e a Companhia. Em 2009, ano em que foi realizada a última sondagem, os resultados da pesquisa de clima revelaram um índice de satisfação com o ambiente de trabalho de 70%, aumento de 4 p.p. em relação à última pesquisa. Esse índice está acima da média do mercado geral, que registra 60% de satisfação.

Treinamento e desenvolvimento

A Tractebel estrutura e oferece aos empregados uma série de ações de desenvolvimento profissional, de modo a manter seu corpo funcional atualizado e qualificado, garantindo também a concretização das estratégias empresariais de médio e longo prazo. Entre as ações desenvolvidas em 2009, destacam-se:

• Oferecimento de cursos, treinamentos e palestras para 95% dos empregados, visando apoiar seu desenvolvimento profissional.

• Aproximadamente R$ 2,4 milhões investidos em uma média de 87 horas de treinamento e desenvolvimento por empregado oferecidas em 2009 (um total de 13.680 horas em cursos de graduação e pós-graduação, 15.168 horas em segurança do trabalho e 3.842 horas em comportamento – ética, direitos humanos, liderança e comunicação).

• Participação nos custos da mensalidade, com bolsas entre 40% e 80%, de 13 cursos de graduação e 11 cursos de pós-graduação de 61 empregados.

• Palestras sobre o Código de Ética da Tractebel aos novos empregados, no Programa Bem-Vindo, e ao quadro de pessoal de segurança da Companhia, abordando temas como diversidade, não discriminação e direitos humanos.

Horas de treinamento por empregado em 2009

Categoria funcional	Média
Gerencial	80,1
Administrativo	47,9
Técnico-operacional	133,5
Geral	**87,1**

Gestão de carreira

A Tractebel oferece ferramentas de autogestão de carreira, por meio de avaliações e feedbacks, que proporcionam o desenvolvimento de melhorias nos relacionamentos e processos da Companhia. Entre essas ferramentas, destacam-se:

• Avaliação de desempenho anual para todos os empregados, que considera as metas e o comprometimento com os valores da Companhia.

• Mapeamento de competências para todos os empregados a cada três anos, por meio de um processo de avaliação completo – conforme o Modelo 360º – que resulta em um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com base nas competências organizacionais.

• Desenvolvimento de programas de apoio à transição para empregados em processo de aposentadoria ou desligamento, como planejamento pré-aposentadoria, Programas de Demissão Voluntária (PDV), com indenização baseada na idade e tempo de serviço e aconselhamento profissional. Em 2009, 22% dos empregados da Tractebel estavam aptos à aposentadoria nos próximos cinco anos e 42% nos próximos dez anos.

Usina Hidrelétrica Cana Brava





Saúde e segurança no trabalho

A Tractebel desenvolve sua gestão de saúde e segurança no trabalho com base em uma cultura prevencionista, com o objetivo de garantir a segurança e promover a melhoria nas condições de saúde e qualidade de vida de todo o corpo funcional. As práticas de saúde e segurança no trabalho envolvem todos os empregados e buscam o índice zero em acidentes de trabalho. Em 2009, foram investidos R$ 1,7 milhão na área e 98% dos empregados e prestadores de serviços estavam treinados em saúde e segurança.

Assim, é mantida uma rotina de inspeções, treinamentos e reuniões, desenvolvida por parte dos comitês formais de saúde e segurança, voltada à conscientização dos empregados e prestadores de serviço. São nove Comissões Internas de Prevenção de Acidente (CIPAs), compostas por 74 empregados, e sete grupos de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SEMST), formados por 13 empregados próprios, que contam com membros indicados pela gestão e pelos funcionários que representam mais de 75% do total de empregados.

Todos os anos é realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) em todas as unidades de produção e na sede da Tractebel, que visa melhorar as condições de segurança nos diferentes processos e ambientes de trabalho, por meio da educação e conscientização.

Em 2009, a Companhia deu início ao processo de implantação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança, para obtenção, até o final de 2010, da certificação OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), ferramenta de gestão que permite controlar e melhorar a saúde e segurança do trabalho.

Indicadores de saúde e segurança no trabalho

Empregados próprios	2007	2008	2009
Número de acidentes de trabalho e de trajeto com e sem afastamento	3	4	12
Número de dias perdidos – acidentes do trabalho com afastamento	0	14	483
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	0	0	0
Taxa de freqüência (TF)[1]	0,00	0,00	1,1
Taxa de gravidade (TG)[2]	0,00	0,00	0,08
Acidente fatal	0	0	0
Taxa de absenteísmo[3]	2.488	3.314	3.936

Empregados de empresas contratadas	2007	2008	2009
Número de horas de exposição ao risco	3.222.363	3.309.534	3.352.827
Número de acidentes de trabalho com afastamento	9	15	15
Número de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	54	32	41
Número de dias perdidos – acidentes do trabalho com afastamento	419	388	333
Taxa de freqüência (TF)[3]	2,8	4,8	4,5
Taxa de gravidade (TG)[4]	0,11	0,12	0,08
Acidente fatal	0	1	0
Absenteísmo[5]	(6)	(6)	(6)

[1] O aumento é decorrente de um acidente de trajeto sem afastamento e sete acidentes de trabalho sem afastamento, sendo que, desses últimos, quatro resultaram de um acidente com veículo no qual empregados viajavam a serviço da Companhia.
[2] O aumento é decorrente de dois acidentes de trabalho com afastamento de 117 dias e de outros dois acidentes de trajeto que resultaram em 366 dias perdidos.
[3] Número de acidentes de trabalho com afastamento por milhão de homem-horas de exposição ao risco.
[4] Número de dias perdidos em decorrência de acidente de trabalho com afastamento por mil homem-horas de exposição ao risco.
[5] Número de dias com afastamento por doenças comuns não relacionadas ao trabalho.
[6] O controle é feito pelas empresas contratadas.

A Companhia também investe em ações e iniciativas para promoção da saúde e da qualidade de vida de seus empregados. Em 2009, foram investidos R$ 1,8 milhão, em programas de:

• Avaliação médica anual e questionário sobre hábitos e atitudes dos empregados, com estabelecimento de metas de melhoria da saúde e divulgação na intranet dos indicadores levantados para acompanhamento da evolução de sua saúde ao longo do tempo.

• Conscientização e incentivo a um estilo de vida saudável, práticas de atividades físicas, ginástica laboral, hábitos alimentares saudáveis e combate à dependência química, entre outros.

Relações trabalhistas e sindicais

A Tractebel mantém diálogo e negociação permanentes com todas as entidades sindicais de classe que representam seus empregados. Anualmente são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Todos os empregados têm liberdade de associação coletiva e são abrangidos pelos acordos coletivos de trabalho.

Os acordos incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às CIPAs.

A Companhia não possui diretriz específica, prevista em seu Código de Ética ou Manual de Pessoal, relativa ao prazo mínimo de antecedência para efetuar a notificação de mudanças operacionais.



Usina Hidrelétrica Passo Fundo

Em 2009, a Companhia investiu R$ 1,8 milhão em ações e iniciativas para promoção da saúde e da qualidade de vida de seus empregados.

COMUNIDADE

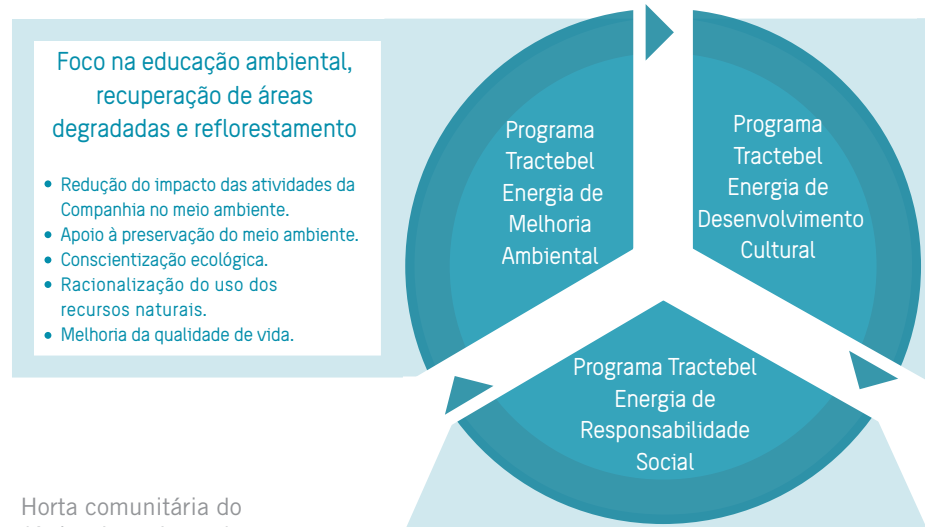
A Tractebel mantém um relacionamento e envolvimento constante com as comunidades das regiões onde atua, realizando e apoiando projetos de sustentabilidade voltados à promoção do desenvolvimento local.

Os projetos seguem os Programas Tractebel Energia de Sustentabilidade, focados em melhoria ambiental, desenvolvimento cultural e responsabilidade social.

Programas Tractebel Energia de Sustentabilidade

Foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento

- Redução do impacto das atividades da Companhia no meio ambiente.
- Apoio à preservação do meio ambiente.
- Conscientização ecológica.
- Racionalização do uso dos recursos naturais.
- Melhoria da qualidade de vida.



Foco no desenvolvimento cultural das comunidades

- Preservação e valorização dos traços culturais característicos da região.
- Desenvolvimento da cultura local.
- Promoção do uso dos incentivos fiscais em benefício das comunidades.
- Atendimento prioritário ao público infanto-juvenil, principalmente de comunidades carentes.

Foco na melhoria da qualidade de vida de crianças de comunidades carentes

- Educação de crianças.
- Parcerias em assistência social e em promoção da saúde e da justiça (defesa dos direitos da criança e do adolescente).
- Apoio à geração de emprego e renda.
- Qualificação profissional de jovens.
- Sensibilização das comunidades para superação da miséria e para inclusão social de crianças em situação de risco.

Nas esferas desses três programas, a Tractebel, além de desenvolver iniciativas em parceria com agentes locais, patrocina e realiza doações a entidades e instituições representativas das comunidades em que está inserida.

Horta comunitária do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda





Em 2009, a Companhia deu início ao processo de implantação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, para obtenção da certificação na norma de responsabilidade social ABNT NBR 16001 até o final de 2010.

A norma guia a formulação e implementação de políticas e objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades.

Em 2009, foram apoiados mais de 200 projetos, dentre mais de 750 solicitações feitas à Companhia, totalizando um investimento superior a R$ 5 milhões em recursos com incentivo fiscal e R$ 2 milhões em recursos próprios. Os critérios de seleção de quais solicitações e projetos devam ser apoiados pela Companhia se baseiam na dotação orçamentária e nas linhas de atuação dos três Programas de Sustentabilidade apresentados.

A seguir são descritos alguns dos projetos apoiados e desenvolvidos em 2009:

• **Diagnóstico social na região da Usina Hidrelétrica Estreito:** na etapa de transição da transferência do empreendimento da Controladora para a Tractebel, a Companhia realizou, em conjunto com as empresas sócias do Consórcio Estreito, um diagnóstico para identificar carências e oportunidades de desenvolvimento sustentável nos 12 municípios da região da hidrelétrica em construção, totalmente independente e à parte dos programas socioambientais e de compensação que são próprios da sua implantação.

A partir de 2010, deverá ser iniciada a implantação de programas e projetos sociais sustentáveis com base no diagnóstico realizado, com a participação e o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

• **Fundo de Desenvolvimento Regional na região de Cana Brava:** desde maio de 2005 – quando o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação da usina Cana Brava foi integral e antecipadamente quitado pela Companhia – iniciou-se o planejamento de um Fundo de Desenvolvimento Regional na região das hidrelétricas Cana Brava e Serra da Mesa, essa última de concessão de Furnas e CPFL.

O Fundo tem como objetivo a geração sustentável de renda em comunidades vulneráveis da região e conta com um aporte direto da Tractebel, de Furnas, da CPFL e do BID equivalente a US$ 2,2 milhões – sendo US$ 300 mil da Tractebel – e de US$ 500 mil em ativos não financeiros do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), contratado como gestor do Fundo, que conta ainda com a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME).

Além das empresas que compõem o Fundo, do SEBRAE e do BID, seu Conselho Deliberativo conta com a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em igualdade de condições, demonstrando um exemplo do convívio democrático e construtivo entre empreendedores e movimentos sociais.

Em 2009, os recursos deram origem ao desenvolvimento de projetos de piscicultura, olericultura e agropecuária regionais.

• **Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente:** a Companhia realiza doações diretas para a manutenção de 95 crianças matriculadas no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente do município de Capivari de Baixo (SC), região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. O Centro é mantido por meio de doações de diversas instituições do município.

• **Curso técnico de processos de geração de energia elétrica:** em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Tractebel mantém na região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda um curso técnico de processos de geração de energia elétrica, oferecendo reembolso de 50% da mensalidade aos alunos e 100% aos seus empregados.

• **Convênio Menor Aprendiz:** mantido pela Companhia com a Comissão do Bem-Estar do Menor de Tubarão, o convênio permite o treinamento e a contratação de adolescentes das cidades de Capivari de Baixo (SC) e Tubarão (SC), região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Desde 2003, ano de início do convênio com a Tractebel, o programa já treinou 183 menores, que obtiveram um alto índice de aproveitamento no mercado de trabalho regional.

• **Junior Achievement Santa Catarina:** a Tractebel apoia a organização que desenvolve projetos de empreendedorismo juvenil em escolas da rede pública e particular de ensino em conjunto com funcionários voluntários das empresas mantenedoras.

• **Instituto Voluntários em Ação:** apoio ao website de voluntariado presencial e virtual www.voluntariosonline.org.br, em parceria com o website da Organização das Nações Unidas (ONU).

• **Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-juvenil:** a Companhia endossa essa iniciativa, que tem por objetivo a sensibilização e mobilização de recursos na defesa de crianças e adolescentes vítimas de abuso.

• **Cartilhas ambientais:** a Companhia apoia a Polícia Ambiental Militar de Santa Catarina na criação, produção e distribuição de cartilhas com temas ambientais, de interesse geral da comunidade, como fauna, flora, economia de água e reciclagem de lixo.

• **Balé Bolshoi:** a Companhia é uma das patrocinadoras da escola do Balé Bolshoi no Brasil, com sede em Joinville (SC), que oferece bolsas de estudo para crianças e adolescentes de todo o País, desenvolvendo um trabalho de formação e cultura por meio do ensino da dança.

• **Livro Expedição Natureza – Tocantins:** por meio da Lei Rouanet de incentivos fiscais, a Tractebel patrocinou a publicação da obra que traz imagens e textos explicativos sobre a natureza, fauna e flora da região.

• **Orquestra Sinfônica nas Comunidades:** o projeto promove um trabalho itinerante de educação musical nos municípios de Santa Catarina, junto a mais de 200 crianças e adolescentes, entre 10 e 24 anos, de comunidades carentes. A Tractebel é parceira do projeto e atua como patrocinadora da Orquestra.

• **Mostra de Cinema Infantil:** a Companhia patrocina o festival de curtas-metragens infantis, produzidos nacionalmente e exibidos gratuitamente para as crianças da rede pública de educação de Florianópolis.

• **Festival Internacional de Música Francesa:** a Tractebel apoia as apresentações de grupos de música e dança francesa nos teatros e associações dos municípios da Grande Florianópolis.

Espécie de bromélia cultivada na região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda



Participação comunitária institucional

Além dos projetos descritos, a Tractebel participa de eventos comunitários e do desenvolvimento de ações em parceria com prefeituras e outras instituições locais.

Em paralelo a essas iniciativas, a Companhia atua permeando a articulação social entre diversos setores acerca de temas relevantes para a sociedade, a fim de ampliar sua contribuição com o desenvolvimento e a comunicação com seus *stakeholders*. Seus empregados e/ou diretores participam de diversos fóruns, órgãos e comitês, entre os quais destacam-se:

- Empresa de Pesquisa Energética (EPE).
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage).
- Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).
- Instituto Acende Brasil.
- Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação COGE).
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).
- Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs/Ciergs).

Adicionalmente, como ferramenta impulsionadora desse diálogo e engajamento de seus *stakeholders*, a Companhia desenvolve o programa de visitação às usinas, que tem o objetivo de oferecer informações sobre o processo de geração de energia, demonstrando de forma simples e responsável o respeito pelo meio ambiente e pela sociedade. Nas visitas, técnicos da Companhia guiam estudantes, representantes de entidades públicas e não governamentais e pessoas da comunidade, apresentando como procede a operação no parque gerador e sua integração com o meio ambiente e sociedade.

Visitantes às usinas em 2009

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	10.436
Usina Termelétrica Alegrete	366
Usina Termelétrica Charqueadas	420
Unidade de Cogeração Lages	693
Usina Termelétrica William Arjona	185
Usina Hidrelétrica Passo Fundo	241
Usina Hidrelétrica Itá	9.752
Usina Hidrelétrica Machadinho	6.607
Usina Hidrelétrica Cana Brava	1.218
Usina Hidrelétrica Salto Santiago	3.942
Usina Hidrelétrica Salto Osório	3.281
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	256
Total	**37.708**

A Tractebel atua permeando a articulação social entre diversos setores a cerca de temas relevantes para a sociedade

Implantação de novos empreendimentos

A implantação de novos empreendimentos segue a política socioambiental da Companhia, que prevê a minimização dos impactos socioambientais nas comunidades e a criação de oportunidades de desenvolvimento que considerem a identidade cultural e as características de cada região.

A política prevê o cadastro socioeconômico da área do empreendimento, anterior ao início das obras, por meio de uma avaliação da realidade social dos habitantes da região e das atividades econômicas desenvolvidas no local.

Após esse cadastro, a Tractebel coloca em prática medidas de mitigação de impactos e criação de benefícios à comunidade na fase de implantação. As medidas incluem geração de empregos, receita adicional de impostos, novas oportunidades de exploração econômica e melhoria da infraestrutura local de saúde, educação, lazer, segurança e saneamento da população de forma geral.

Ações desenvolvidas na implantação das usinas[9]

Áreas de atuação	Medidas tomadas
Moradia Reassentamento das famílias que se tornam proprietárias da terra ou da propriedade para onde são transferidas	**Famílias proprietárias**
	Indenização de terras nuas e benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas
	Reassentamento rural ou urbano
	Carta de crédito para auto-reassentamento
	Famílias não proprietárias (com vínculo efetivo com a terra e dependência econômica)
	Indenização de benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas
	Reassentamento coletivo
	Reassentamento em áreas remanescentes
	Carta de crédito para auto-reassentamento
Infraestrutura	Construção de casas
	Saneamento básico
	Energia elétrica (especifica e exclusivamente nos reassentamentos coletivos)
Desenvolvimento da economia	Assistência econômica para o primeiro ciclo produtivo
	Assistência técnica, por três anos, que envolve estudos de sustentabilidade das atividades econômicas, diagnóstico das vocações e potencialidades locais e orientação sobre cursos de capacitação profissional e programas estaduais e federais de desenvolvimento e renda

[9]As ações desenvolvidas variam de acordo com o empreendimento e com as necessidades e estrutura das comunidades locais.

Para a implantação da Usina Hidrelétrica São Salvador, que entrou em operação comercial em 2009, foram realizadas diversas ações de indenização e desenvolvimento das comunidades afetadas pelo empreendimento:

• Indenização total ou parcial de 137 propriedades.

• Reassentamento de 120 famílias, sendo 60 por meio de cartas de crédito e 60 remanejadas para reassentamentos rurais coletivos. A maior parte dessas famílias passou da condição de meeiras ou arrendatárias à proprietárias de terras, além de receber assistência econômica para o primeiro ciclo produtivo e assistência técnica, conforme exposto no quadro apresentado na página 87.

• Por decisão própria, a Companhia concedeu auxílio financeiro a 41 famílias que passaram a ocupar áreas atingidas posteriormente à emissão da Licença de Instalação, e, por isso, não eram elegíveis ao reassentamento – observados os requisitos definidos de comum acordo com Ministério Público Federal e Estadual, Ibama e associação de atingidos – para que pudessem investir em atividades econômicas.

• Investimento de cerca de R$ 7,0 milhões em convênios, visando aprimorar a infraestrutura de serviços (saúde, segurança, infraestrutura viária, saneamento básico e educação) dos municípios diretamente atingidos pelo empreendimento.

IMPRENSA

A Tractebel segue as normas estabelecidas no documento Políticas e Diretrizes de Comunicação na Tractebel Energia, constantemente atualizado e aprovado pela Diretoria Executiva, o qual estabelece que o porta-voz da Companhia é seu Diretor-Presidente, que pode delegar parcialmente essa função a diretores e gerentes. O documento indica que as informações devem ser disponibilizadas à mídia de forma ética, ágil e transparente.

CLIENTES

Com operações em todas as regiões do País, atuação na geração e comercialização e fontes diversificadas para suprir energia à sua base de clientes, a Tractebel mantém um relacionamento estreito com esse público, detectando suas necessidades e expectativas e desenvolvendo produtos e serviços individualizados.

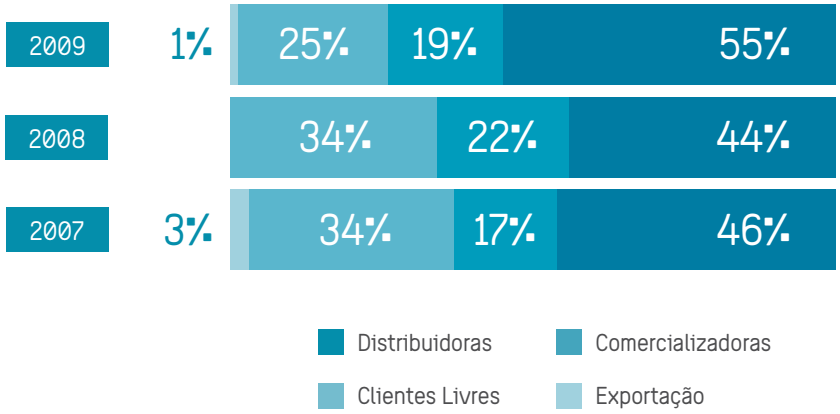
A Companhia conta com uma equipe de profissionais responsáveis pelo atendimento pós-venda e pela pronta solução de eventuais problemas. Também realiza periodicamente, por meio de consultores independentes, uma pesquisa de satisfação com os clientes, que detecta pontos passíveis de aprimoramento e oportunidades de desenvolvimento de novos produtos e serviços. A última pesquisa desse gênero foi realizada em 2008 e uma nova está prevista para 2010.

Seminários técnicos e visitas às plantas de geração também são realizados, para que os clientes possam conhecer melhor as operações da Tractebel. O website da Companhia disponibiliza, ainda, um canal exclusivo para esse público, a fim de aprimorar a comunicação e divulgar informações atualizadas sobre o fornecimento contratado e o mercado de energia, bem como possibilitar o monitoramento da qualidade da energia consumida e da fatura mensal. A política e os procedimentos de segurança da informação da Companhia garantem que todas as informações e dados relativos aos clientes sejam mantidos em ambiente de estrita confidencialidade.

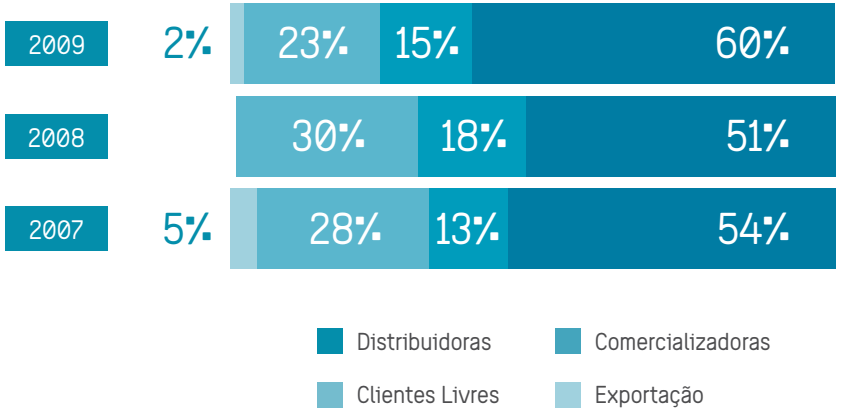
A atual base de clientes da Companhia é composta por distribuidoras, comercializadoras e clientes livres, majoritariamente grandes consumidores industriais de diversos setores, situados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Ao final de 2009, os clientes livres representavam 25,1% do portfólio de vendas físicas da Companhia. Esses clientes atuam, principalmente, nos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício.

Participação de Clientes nas Vendas Físicas



Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que Compõem a Receita Operacional Bruta



Ao final de 2009, a Tractebel contava com mais de 140 clientes, sendo que os clientes livres representaram 25,1% do portfólio nas vendas físicas da Companhia e 23,3% da receita operacional bruta relativa às vendas contratadas, reduções de 8,8 p.p. e 7,1 p.p., respectivamente, em relação ao ano anterior.

A redução de 23,8% do volume vendido para os clientes livres em relação a 2008 reflete, em partes aproximadamente iguais, o término de contratos que tiveram sua energia direcionada para as distribuidoras – em razão do início de fornecimento de 874 MW médios para o pool formado por essas distribuidoras – e os efeitos da crise mundial sobre a produção desses clientes, que resultaram em uma redução do consumo de energia.

Usina Hidrelétrica Machadinho



FORNECEDORES

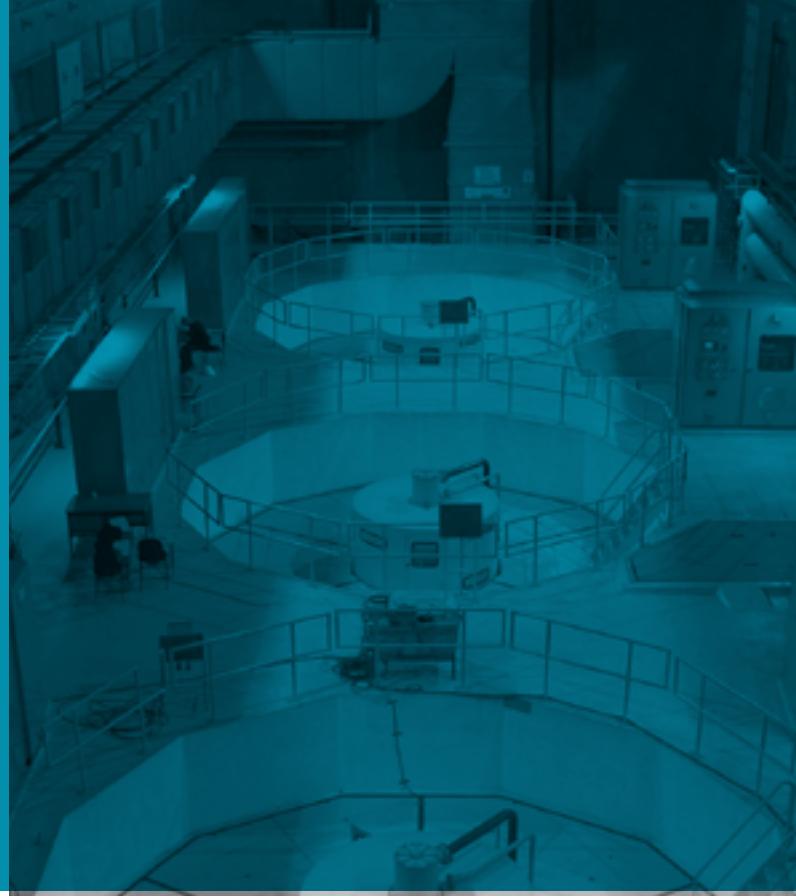
A fim de valorizar e incentivar a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental em toda sua cadeia de valor, a gestão de fornecedores da Tractebel se baseia em uma metodologia de capacitação e avaliação de seu desempenho, focada no comprometimento e engajamento com a responsabilidade social, direitos humanos, saúde e segurança no trabalho e meio ambiente.

Como garantia de cumprimento do critério de responsabilidade social, tanto o Código de Ética quanto todos os contratos de fornecimento da Companhia dispõem de cláusulas específicas que proíbem a utilização de mão de obra infantil e de trabalho forçado por qualquer fornecedor ou prestador de serviços.

O processo de contratação também segue essa linha, norteado por uma política de identificação de parceiros que observem práticas sustentáveis, alinhadas aos princípios estabelecidos nos Códigos de Ética e de Meio Ambiente da Tractebel. Com o propósito de fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades que a acolhem, a Tractebel busca atender suas demandas de contratação com fornecedores locais, sobretudo para serviços de longo prazo (acima de 12 meses).

Em 2009, considerando todas as unidades de produção, a Companhia manteve contratos com 62 empresas que utilizam mão de obra local para os serviços terceirizados de manutenção, meio ambiente, utilidades, vigilância, limpeza, informática e infraestrutura. Esses contratos representam 25% do total, somando cerca R$ 31,7 milhões.

Alinhada ao objetivo de contribuir para a melhoria na qualidade de vida das comunidades do entorno de suas usinas e áreas atuação, a Tractebel implantou em 2009 o programa de benefícios aos empregados e dependentes dos prestadores de serviços terceirizados em caráter permanente, que contempla planos de saúde e odontológico. Alinhado ao Programa de Responsabilidade Social da Companhia, o projeto tem investimento mensal superior a R$ 200 mil e abrange mais de 1.500 pessoas.



Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra



Todos os processos de compra são realizados por dois módulos que registram as propostas de orçamento e os trâmites processuais. Com isso, o comprador pode avaliar, comparar e selecionar a oferta que melhor atende à demanda da Companhia.

Na avaliação do desempenho ambiental dos fornecedores de carvão, utilizado nas usinas termelétricas Jorge Lacerda e Charqueadas, é exigida, como critério imprescindível para manutenção do contrato, a certificação NBR ISO 14001, que estabelece diretrizes sobre a área de gestão ambiental da produção.

GOVERNO

A Tractebel mantém um diálogo construtivo e constante com as diversas esferas do Poder Público, com o objetivo de participar do desenvolvimento de temas ligados ao seu negócio e ser reconhecida como interlocutora relevante no debate de políticas públicas.

Esse relacionamento se dá por meio da participação em comitês e conselhos ligados às esferas estaduais e municipais das áreas em que atua, nos quais são debatidos temas como o uso racional dos recursos hídricos e a importância do saneamento básico.

Usina Hidrelétrica São Salvador



Participação em comitês e conselhos

- Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos – Comitês de Bacias Hidrográficas
  - Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí
  - Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí
  - Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo
  - Bacia Hidrográfica dos Rios Apuaê e Inhandava
  - Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe
  - Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga
  - Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e do Complexo Lagunar

A integração de outros comitês, pertinentes às áreas de suas usinas, é uma meta constante da Companhia, que busca participar ativamente no desenvolvimento das regiões em que atua.

Os empregados da Companhia também participam de diversos comitês e iniciativas vinculados a entidades de classe, órgãos reguladores e normatizadores, além de movimentos da sociedade civil organizada. Constantemente, devido à sua experiência e especialização, participam de fóruns de discussão e concepção de instrumentos normativos. A Tractebel, contudo, não possui política formalizada para atuar na elaboração de políticas públicas e lobbies.

Partidos políticos

O Comitê de Ética da Companhia é responsável por aprovar as contribuições financeiras da Tractebel a partidos políticos ou em nome de candidatos a cargos no Poder Legislativo. Essas contribuições ocorrem em estrita conformidade com a legislação vigente sobre doações às campanhas eleitorais e são devidamente informadas, por meio da internet, no website do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2009, a Tractebel não efetuou nenhuma contribuição financeira a candidatos ou partidos políticos.

ACIONISTAS

A Tractebel se relaciona com seus investidores de maneira constante, transparente e objetiva, disponibilizando diversos canais de comunicação e uma área específica no website da Companhia, em que são disponibilizados dados sobre o desempenho e informações que auxiliem esse público na tomada de decisão.

Por meio do website e de boletins eletrônicos, são divulgados fatos relevantes ou comunicados ao mercado e, anualmente, o desempenho do exercício da Companhia é apresentado em jornais de distribuição nacional e no Relatório de Sustentabilidade.

A fim de prover o acesso necessário do público investidor às informações sobre a Companhia, a área de Relações com Investidores promove teleconferências trimestrais de apresentação dos resultados, fóruns de investidores e analistas de investimentos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). Além disso, promove visitas às usinas da Companhia e participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento.

Em 2009, a Tractebel promoveu uma visita à Usina Eólica Beberibe, em Beberibe (CE), que contou com a participação de aproximadamente 60 analistas e investidores de diversas instituições. A Companhia também participou de 52 reuniões promovidas por agentes do mercado de capitais.

Em 2009, a Tractebel promoveu uma visita à Usina Eólica Beberibe, que contou com a participação de aproximadamente 60 analistas e investidores de diversas instituições



Usina Eólica Beberibe



09 Premiações e reconhecimentos

Espécie de bromélia em extinção (*Dyckia Distachya*) reproduzida por projeto de reflorestamento das usinas Itá e Machadinho

Prêmio Destaque Agência Estado Empresas 2009
A Tractebel foi finalista do Prêmio Destaque Agência Estado Empresas, ranking que seleciona as companhias que apresentaram o melhor desempenho em 2008 do ponto de vista de retorno ao acionista. A Companhia conquistou a 7ª posição dentre as 300 empresas avaliadas.

Prêmio Fritz Müller 2009
Em 2009, a Tractebel recebeu o Prêmio Fritz Müller, promovido pela Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), que reconhece projetos e boas práticas na área ambiental, desenvolvidos por instituições públicas e privadas no estado.

Os projetos "Reintrodução da *Dyckia Distachya* no Vale do Rio Uruguai" e "Restituição Ciliar da Usina Hidrelétrica Itá" foram premiados na categoria "Recuperação de Áreas Degradadas". O primeiro é uma parceria entre o Consórcio Itá, o Consórcio Machadinho, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Tractebel, que promove o reflorestamento dessa espécie de bromélia em extinção e desenvolve programas de educação ambiental destinados à comunidade. O Projeto de Restituição Ciliar da Usina Hidrelétrica Itá, por sua vez, resulta de uma parceria entre o Consórcio Itá, a UFSC e a Tractebel e busca recuperar a biodiversidade ciliar no entorno da usina.

Prêmio Expressão de Ecologia
A Tractebel recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia na categoria "Recuperação de Áreas Degradadas – Setor Elétrico" pelo projeto "Recuperação de Áreas Degradadas por meio da Utilização de Cinzas do Carvão Mineral". O projeto é desenvolvido em conjunto com outras empresas e instituições para a recuperação de cerca de 260 hectares de áreas degradadas pela deposição de rejeitos de carvão mineral, localizadas no município de Capivari de Baixo (SC). Por meio de uma metodologia inovadora, a recuperação dessas áreas vem sendo realizada a partir do reuso de rejeitos e uso das cinzas resultantes da queima do carvão. O projeto, que já recebeu cerca de R$ 40 milhões em investimentos, permite a melhoria da qualidade de vida de cerca de 100 mil pessoas que habitam a região.

Projeto Impar
A Tractebel foi escolhida em 1º lugar na categoria "Melhor Empresa que se Preocupa com o Meio Ambiente" da premiação do Projeto Impar (Índices de Marcas de Preferência e Afinidade Regional) 2009.
O projeto é uma parceira entre a RIC TV Record (Rede Independência de Comunicação) e Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e aponta as marcas mais lembradas, preferidas e respeitadas pelos consumidores de Santa Catarina, levantadas por pesquisa realizada pelo Ibope junto a um universo de 1.800 consumidores.

Em 2009, a Tractebel foi premiada na categoria Recuperação de Áreas Degradadas no Prêmio Fritz Müller, promovido pela Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma)

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1 - BASE DE CÁLCULO	2009 VALOR (MIL REAIS)	2008 VALOR (MIL REAIS)
Receita líquida (RL)	3.496.677	3.400.250
Resultado operacional (RO)	1.598.011	1.589.520
Folha de pagamento bruta (FPB)	97.220	93.011

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	7.960	8,19%	0,23%	7.191	7,73%	0,21%
Encargos sociais compulsórios	31.444	32,34%	0,90%	29.517	31,73%	0,87%
Previdência privada	34.934	35,93%	1,00%	32.745	35,21%	0,96%
Saúde e segurança no trabalho[1]	12.770	13,14%	0,37%	11.058	11,89%	0,33%
Educação[2]	3.037	3,12%	0,09%	3.955	4,25%	0,12%
Cultura	36	0,04%	0,00%	Valores não disponíveis		
Creches ou auxílio-creche	93	0,10%	0,00%	71	0,08%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	17.010	17,50%	0,49%	14.982	16,11%	0,44%
Outros	6.496	6,68%	0,19%	5.377	5,78%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	113.780	117,03%	3,25%	104.896	112,78%	3,08%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Educação	Valores não disponíveis			Valores não disponíveis		
Cultura	2.263	0,14%	0,06%	Valores não disponíveis		
Saúde e saneamento	Valores não disponíveis			Valores não disponíveis		
Esporte	Valores não disponíveis			Valores não disponíveis		
Combate à fome e segurança alimentar	Valores não disponíveis			Valores não disponíveis		
Outros	6.815	0,43%	0,19%	Valores não disponíveis		
Total das contribuições para a sociedade	9.078	0,57%	0,26%	8.429	0,53%	0,25%
Tributos (excluídos encargos sociais)	827.523	51,78%	23,67%	840.816	52,90%	24,73%
Total - Indicadores sociais externos	836.601	52,35%	23,93%	849.245	53,43%	24,98%

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	13.685	0,86%	0,39%	11.281	0,71%	0,33%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	53.462	3,35%	1,53%	38.331	2,41%	1,13%
Total dos investimentos em meio ambiente	67.147	4,12%	1,92%	49.612	3,12%	1,46%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2009	2008
Nº de empregados(as) ao final do período	990	941
Nº de admissões durante o período	82	61
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	729	2.235
Nº de estagiários(as)	71	61
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	362	382
Nº de mulheres que trabalham na empresa	129	122
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,70%	3,70%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	10	10

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2009 VALOR (MIL REAIS)			METAS 2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,44			Meta não estabelecida		
Número total de acidentes de trabalho	12			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências + Comitê de Sustentabilidade (membros)	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências + Comitê de Sustentabilidade (membros)	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as)+ Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidosres(as):	na empresa 1	no Procon 0	na Justiça 0	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2009: 2.617,7 milhões**			**Em 2008: R$ 2.721,5 milhões**		
Distribuição do Valor Adicinado (DVA):	40,41% governo 10,1 % capital de terceiros	6,05 % colaboradores(as) 43,33 % capital próprio		39,98% governo 13,54 % capital de terceiros 5,50% empregados e 40,98% capital próprio		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES
[1] O valor inclui saúde e segurança e saúde no trabalho.
[2] Os valores incluídos em educação referem-se também a capacitação e desenvolvimento profissional.

ÍNDICE GRI

Índice Remissivo

Indicadores GRI		Página	Observações
PERFIL			
1. Estratégia e Análise			
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização	7	
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	26 a 31, 87 e 88	
2. Perfil Organizacional			
2.1	Nome da organização	8	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	12 a 20	
2.3	Estrutura operacional	12 a 20	
2.4	Localização da sede	12	
2.5	Número de países em que a organização opera		As operações da Tractebel estão localizadas no Brasil
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	8, 19 e 20	
2.7	Mercados atendidos	13 a 18, 88 e 89	
2.8	Porte da organização	12 a 20	
2.9	Principais mudanças durante o período coberto	10 e 12	
2.10	Prêmios recebidos no período	94	
PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO			
Perfil do Relatório			
3.1	Período coberto pelo relatório	8	
3.2	Data do relatório anterior mais recente	8	
3.3	Ciclo de emissão dos relatórios	8	
3.4	Dados para contato	109 e 110	
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	8 a 10	
3.6	Limite do relatório	10	
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	10	
3.8	Base para elaboração do relatório no que se refere a *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	20	
3.9	Técnicas de medição de dados	8 a 10	Possíveis alterações nas bases de análise e comparação de dados estão devidamente expressas e indicadas ao longo do texto
3.10	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	8 a 10	
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	8 a 10	

Indicadores GRI		Página	Observações
Sumário de Conteúdo da GRI			
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	97	
3.13	Verificação externa dos dados	111	A Tractebel adota verificação externa de seu Relatório com auditoria dos dados conduzida pela empresa PricewaterhouseCoopers

GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO			
Governança			
4.1	Estrutura de governança	22 a 25	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	23	
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	23	
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deêm orientações ao mais alto órgão de governança	23	
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização	25	
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	25	
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização, para questões relacionadas a temas econômicos, sociais e ambientais	23 e 24	
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como estágio de sua implementação	3, 25 e 53	
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social	23 a 25	
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social		Não há processo de autoavaliação de desempenho relativo às dimensões econômica, ambiental ou social formalizado no Conselho de Administração. Porém, por considerar essa avaliação como boa prática, está em análise a adoção de um modelo que contemple a autoavaliação
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio de precaução	31	
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	83 a 88 e 91	

	Indicadores GRI	Página	Observações
4.13	Participação significativa em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integra projetos ou comitês; contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada	83 a 88 e 91	
Engajamento com *Stakeholders*			
4.14	Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização	9	
4.15	Base para identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar	9 e 74	
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo sua frequência por tipo e grupo de stakeholders	9 e 74	
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos stakeholders e medidas adotadas para tratá-los	9, 52 a 72, 81 e 83 a 88	
ECONÔMICO			
Informações sobre a forma de gestão econômica		**27, 83 a 88 e 92**	
Aspecto: Desempenho Econômico			
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	5	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	31, 46 a 48 e 66	
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	79	
EC4	Ajuda financeira recebida do governo		Em 2009 a Tractebel recebeu incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda referente ao lucro de exploração na Ponte de Pedra Energética S.A. (R$ 6.608.018,61)
Aspecto: Presença no Mercado			
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	79	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	90	
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	75	Não inclui segregação por membros da alta gerência recrutados na comunidade local
Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos			
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono	86 a 88	
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos	83 a 88	

Indicadores GRI		Página	Observações
MEIO AMBIENTE			
Informações sobre a forma de gestão ambiental $_{COM}$		**52 a 72**	
Aspecto: Materiais			
EN1$_{COM}$	Materiais usados por peso ou volume	70	
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	69	
Aspecto: Energia			
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	66	
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária		Não se aplica. O principal consumo da Companhia nas usinas é de energia gerada nas próprias instalações, ou seja, não compreende consumo de energia indireta (comprada de fontes externas)
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência		Não mensurado. A Companhia não mensura a energia economizada com melhorias em conservação e eficiência
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas		Não se aplica
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	66	
Aspecto: Água			
EN8$_{COM}$	Total de água retirada por fonte	67 e 68	
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		Não se aplica. A retirada de água pela Companhia nestes casos não se enquadra nos critérios que definem retiradas significativas
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	68	
Aspecto: Biodiversidade			
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	61, 62, 70 e 71	
EN12$_{COM}$	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	70 e 71	
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	61, 62, 70 e 71	
EN14$_{COM}$	Estratégia, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	61, 62, 70 e 71	
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção		Não mensurado

COM: indicador com comentário específico sobre o setor, conforme o Suplemento Setorial da GRI G3.

Indicadores GRI		Página	Observações
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos			
EN16$_{COM}$	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso	63 e 64	
EN17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa		Não mensurado. As medições não englobam as emissões indiretas do negócio, porém a Companhia pretende monitorá-las a médio prazo
EN18$_{COM}$	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas	63	
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	63 e 64	
EN20$_{COM}$	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	63 e 64	
EN21$_{COM}$	Descarte total de água, por qualidade e destinação	67	
EN22$_{COM}$	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	68 e 69	
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	67 e 68	Em 2010 não foi registrado nenhum derramamento significativo
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	68 e 69	
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	61 e 62	Não se aplica. Os descartes realizados pela Companhia nestes casos não se enquadram nos critérios definidos pelo GRI
Aspecto: Produtos e serviços			
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos		Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto		Não se aplica aos produtos e serviços oferecidos pela Companhia
Aspecto: Conformidade			
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	72	
Aspecto: Transporte			
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores	66	A Companhia possui procedimento de monitoramento dos índices de fumaça preta dos veículos a diesel utilizados pelos fornecedores e consequente notificação em caso de desvio dos padrões normativos/legais. Além disso, a fim de evitar derramamentos de óleos, combustíveis e substâncias químicas, a Tractebel conta com procedimentos operacionais preventivos e de contenção, além de Planos de Atendimento a Emergências (PAE)
Aspecto: Geral			
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	72	

COM: indicador com comentário específico sobre o setor, conforme o Suplemento Setorial da GRI G3.

Indicadores GRI		Página	Observações
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE			
Informações sobre a forma de gestão social		**73 a 92**	
Aspecto: Emprego			
$LA1_{COM}$	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	75	
$LA2_{COM}$	Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	76 a 78	
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	79	Todos os empregados próprios da Tractebel trabalham em regime de tempo integral
Aspecto: Relações entre os Trabalhadores e a Governança			
$LA4_{COM}$	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	82	
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	82	
Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	Percentual de empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	81	
$LA7_{COM}$	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	81	
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	81 e 82	
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	82	
Aspecto: Treinamento e Educação			
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional	80	
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	80	
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	80	
Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade		Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a este indicador
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional		Não se aplica. A Tractebel não trabalha com a distinção entre o salário base de homens e mulheres em nenhuma categoria funcional

COM: indicador com comentário específico sobre o setor, conforme o Suplemento Setorial da GRI G3.

Indicadores GRI		Página	Observações
DIREITOS HUMANOS			
Informações sobre a forma de gestão social		**25, 75 a 82 e 90**	
Aspecto: Práticas de Investimento e de Processos de Compra			
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	90	
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas		Os contratos-padrão da Companhia possuem cláusula de direitos humanos (proibindo mão-de-obra infantil e qualquer tipo de trabalho escravo)
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	80	
Aspecto: Não Discriminação			
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		Não foram registrados casos de discriminação durante o período coberto pelo relatório
Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva			
HR5$_{COM}$	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito		Não foram identificadas operações nesse sentido
Aspecto: Trabalho Infantil			
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil		Não foram identificadas operações nesse sentido
Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo			
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo		Não foram identificadas operações nesse sentido
Aspecto: Práticas de Segurança			
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	80	
Aspecto: Direitos Indígenas			
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas		Não foram registradas ocorrências deste tipo

COM: indicador com comentário específico sobre o setor, conforme o Suplemento Setorial da GRI G3.

Indicadores GRI		Página	Observações
SOCIEDADE			
Informações sobre a forma de gestão social		**25 e 83 a 88**	
Aspecto: Comunidade			
SO1$_{COM}$	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	83 a 88	
Aspecto: Corrupção			
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção		As unidades de negócio contam com sistema de controle dos processos de aquisições, que atua também reduzindo o risco de corrupção. Entretanto, não há avaliação das mesmas quanto aos riscos relacionados a corrupção
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização	25 e 80	
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção		Não foram registradas ocorrências deste tipo
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	91	
Aspecto: Políticas Públicas			
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	91	
Aspecto: Concorrência Desleal			
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monópolio e seus resultados		Não foram registradas ocorrências deste tipo
Aspecto: Conformidade			
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos		Não foram registradas ocorrências deste tipo

COM: indicador com comentário específico sobre o setor, conforme o Suplemento Setorial da GRI G3.

Indicadores GRI		Página	Observações
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
Informações sobre a forma de gestão social		**88 e 89**	
Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente			
PR1$_{COM}$	Fases do ciclo de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não impactam diretamente a saúde e segurança dos clientes
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel
Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços			
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia não estão sujeitos a exigências de procedimentos de rotulagem
PR4	Número total de casos de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado		Não se aplica aos serviços oferecidos pela Tractebel
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	88 e 89	
Aspecto: Comunicações de Marketing			
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio		Não se aplica. A Companhia não aderiu aos programas em questão durante o período coberto pelo Relatório
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado		Não se aplica
Aspecto: Privacidade do Cliente			
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes		Não foram registradas reclamações desse tipo
Aspecto: Conformidade			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		O suprimento de energia elétrica é regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em 2008 a Companhia não registrou nenhuma penalização

COM: indicador com comentário específico sobre o setor, conforme o Suplemento Setorial da GRI G3.

Indicadores GRI		Página	Observações
INDICADORES SETORIAIS - ENERGIA ELÉTRICA			
Perfil Organizacional			
EU1	Capacidade instalada por fonte de energia e regime regulatório	12 a 18	
EU2	Produção líquida de energia conforme fonte primária de energia e regime regulatório	36	
EU3	Número de clientes residenciais, industriais e comerciais		A base de clientes da Tractebel é composta exclusivamente por clientes industriais, representantes de sete setores da economia. Por se tratar de uma informação estratégica, a Companhia não divulga o número de clientes atendidos
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição de superfície e subterrâneas por regime regulatório		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU5	Licenças de comercialização de emissões CO_2	66	
Econômico			
EU6	Planejamento para assegurar a disponibilidade e segurança na oferta de energia	12, 27 e 31	
EU7	Programas de gerenciamento da demanda abrangendo consumidores residenciais, comerciais, institucionais e industriais, entre outros	27	
EU8	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimentos com o objetivo de prover energia confiável e promover o desenvolvimento sustentável	46 a 48	
EU9	Providências para fechamento de plantas de energia nuclear		Não se aplica. A Tractebel não opera usinas nucleares de energia
EU10	Capacidade planejada (MW) em relação à demanda projetada		Por considerá-la estratégica, a Tractebel não divulga essa informação
EU11	Média de eficiência na geração em plantas de termelétricas	37	
EU12	Percentual de perdas (eficiência) em transmissão e distribuição em relação à energia total		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
Meio Ambiente			
EU13	Evolução na biodiversidade de habitats recuperados	61, 62, 70 e 71	
Social			
EU14	Processos para garantir a retenção e renovação da força de trabalho qualificada	47	
EU15	Porcentagem de empregados aptos à aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos por categoria de trabalho e região	80	
EU16	Políticas e critérios relativas à saúde e segurança dos empregados contratados e subcontratados	81 e 90	
EU17	Dias trabalhados por empregados contratados e terceirizados na construção, operação e manutenção das atividades	81	Informação apresentada em número de horas de exposição ao risco de empregados de empresas contratadas
EU18	% de contratados e terceirizados treinados em saúde e segurança	81	
EU19	Processo participativo dos *stakeholders* na elaboração e tomada de decisões e planejamento de oferta de energia e infraestrutura	75	

	Indicadores GRI	Página	Observações
EU20	Gestão dos impactos do deslocamento involuntário	83 a 88	
EU21	Planejamento e medidas de contingência em caso de catástrofes/emergências	55	
EU22	Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão		Informação apresentada por número de famílias reassentadas durante a implantação da Usina Hidrelétrica São Salvador em 2009
EU23	Programas para a melhoria ou manutenção do acesso à eletricidade e serviços		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU24	Práticas para abordar barreiras relacionadas a idioma, cultura e baixa alfabetização para obtenção e uso adequado dos serviços de eletricidade.		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU25	Número de acidentes e óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa		Em 2009, não foi registrado nenhum acidente ou óbito de pessoas da comunidade envolvendo ativos da Companhia. A Tractebel efetua um rígido controle e acompanhamento de acesso a suas instalações, a fim de evitar tais acidentes
EU26	Porcentagem da população não atendida em áreas urbanas e em áreas rurais		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não é responsável pelo atendimento à população
EU27	Número de desligamentos residenciais por não-pagamento, divididos por duração do desligamento		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia. Portanto, não possui clientes residenciais
EU28	Freqüência de interrupção de energia		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU29	Duração média da interrupção de energia		Não se aplica. A atuação da Tractebel se restringe a geração de energia, e não envolve a transmissão e a distribuição de energia
EU30	Disponibilidade média de geração		

Indicadores GRI x Princípios do Pacto Global

Princípios do Pacto Global	Indicadores GRI
DIREITOS HUMANOS	
As empresas devem:	
 apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente	HR1, HR2, HR3, HR8 e HR9
 assegurar-se de sua não participação em violações dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente	
TRABALHO	
As empresas devem:	
 apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva	HR5, LA4 e LA9
 apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório	HR7
 apoiar a abolição efetiva do trabalho infantil	HR6
 eliminar a discriminação no emprego	HR4, LA13 e LA14

Princípios do Pacto Global	Indicadores GRI
MEIO AMBIENTE	
As empresas devem:	
 apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	1.1, 2.10, 4.8, 4.12, EC2, EN11, EN12, EN13, EN14, EN18, EU8 e EU13
 desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental	1.1, 2.10, 4.8, 4.12, EN2, EN14, EU5, EU8 e EU13
 incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis	1.1, 2.10, 4.12, EN7, EN10, EN18, EN30, EU5 e EU8
CONTRA A CORRUPÇÃO	
As empresas devem:	
 apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	SO2, SO3, SO4 e SO5

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Atendimento aos acionistas
Banco Itaú S.A.
Departamento de Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

Banco depositário
No Brasil: Banco Itaú S.A.
Nos Estados Unidos da América (*American Depositary Receipts*):
The Bank of New York Mellon

Auditoria das Demonstrações Financeiras
Deloitte Touche Tohmatsu

Auditoria do Relatório de Sustentabilidade
PricewaterhouseCoopers

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
sattamini@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br

Rafael J. Caron Bósio
Analista de Relações com Investidores
rbosio@tractebelenergia.com.br

Ana Sayuri H. Sylvestre Machado
Analista de Relações com Investidores
ana.sylvestre@tractebelenergia.com.br

Mariana Nicoletti Puricelli
Analista de Relações com Investidores
mariananp@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7221

RELAÇÕES COM A IMPRENSA E COMUNIDADES

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

Luciane Rodrigues Pinheiro Pedro
Assessora de Comunicação
luciane@tractebelenergia.com.br

Patrícia Franco Bahry
Assessora de Comunicação
patriciafb@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7076

ENDEREÇO DA COMPANHIA

Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

WEBSITE

www.tractebelenergia.com.br

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Diário Oficial de Santa Catarina
Diário Catarinense
Valor Econômico

COMITÊ DE ÉTICA

E-mail corporativo: comitedeetica@tractebelenergia.com.br

MEMBROS

Diretor Administrativo (coordenador): (48) 3221-7060
Gerente da Unidade Organizacional Assuntos Jurídicos: (48) 3221-7042
Gerente da Unidade Organizacional Recursos Humanos: (48) 3221-7029
Gerente da Unidade Organizacional Auditoria Interna: (48) 3221-7314

DIRETORIA DE ÉTICA DO GRUPO GDF SUEZ

16, rue la Ville l'Evêque
75383 Paris 08 – France
ethic@suez.com
Tel.: + 33 1 4006-6400
Fax: + 33 1 4006-2969

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009 DA TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Aos Administradores
Tractebel Energia S.A.

Introdução
Fomos contratados com objetivo de assegurarmos o Relatório de Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia S.A., preparado sob a responsabilidade da administração da companhia. Esta responsabilidade inclui o desenho, a implementação e manutenção de controles internos para a adequada elaboração e apresentação do Relatório de Sustentabilidade 2009. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguração limitada das informações não financeiras divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia S.A. do exercício de 2009.

Procedimentos Aplicados
O trabalho de asseguração limitada foi realizado de acordo com as Normas e Procedimentos de Asseguração - NPO-01, emitida pelo IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e compreendeu: (i) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no Relatório Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia S.A.; (ii) a obtenção do entendimento dos controles internos, (iii) a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os dados quantitativos e qualitativos do Relatório de Sustentabilidade; e (iv) entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações. Dessa forma, os procedimentos aplicados foram considerados suficientes para permitir um nível de segurança limitada e, por conseguinte, não contemplam aqueles requeridos para emissão de um relatório de asseguração mais ampla, como conceituado na Norma e Procedimentos de Asseguração NPO-01.

Escopo e Limitações
Nosso trabalho teve como objetivo verificar e avaliar se os indicadores de desempenho social e ambiental incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia S.A., no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas, se apresentam em conformidade com os seguintes critérios: (i) a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental; e (ii) as diretrizes para relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI G3). As opiniões, informações históricas, informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas não estão no escopo dos trabalhos desenvolvidos.

As demonstrações contábeis da Tractebel Energia S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer de auditoria em 22 de fevereiro de 2010, sem ressalvas. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis, e apresentados no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia S.A., foram extraídos dessas demonstrações contábeis, as quais não foram objeto de asseguração para fins desta revisão.

Conclusão

Com base em nosso serviço de asseguração limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nas informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Tractebel Energia S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, para que essas informações estejam apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios utilizados conforme descrito acima (Escopo e Limitações).

São Paulo, 31 de março de 2010.

PricewaterhouseCoopers
Contadores Públicos Ltda.
CRC 2SP023173/O-4

Eliane Kihara
Contador CRC 1SP212496/O-5

EXPEDIENTE

Coordenação Geral
Tractebel Energia S.A.

Consultoria GRI, Redação e Edição
MZ Comunicação Corporativa Integrada

Tradução
MZ Translations

Revisão
Assessoria de Comunicação
Departamento de Relações com Investidores
Relata Editorial
Mario Benevides

Design, Diagramação e Produção Gráfica
MZ Design

Imagens
Acervo Tractebel Energia
Arquivo próprio da Equipe Co-Gestora do
Parque Estadual Fritz Plaumann (ECOPEF)



Tractebel Energia
GDF SUEZ

2009 Demonstrações Contábeis



Índice

Usina Hidrelétrica Itá

03 Balanços Patrimoniais

05 Demonstrações dos Resultados

06 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

07 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

08 Demonstrações do Valor Adicionado

10 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

86 Parecer dos Auditores Independentes

87 Parecer do Conselho Fiscal

Foto da capa: Usina Hidrelétrica Machadinho

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	354.676	371.041	435.292	387.579
Dividendos a receber de controladas		12.347	9.000	-	-
Alienação de bens e direitos	11	-	17.448	-	17.448
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	15.255	17.069	72.920	27.035
Estoques	7	39.419	57.749	44.652	58.788
Cauções e depósitos vinculados	8	31.491	-	33.511	1.414
Ativo fiscal diferido	9	15.310	13.642	15.896	14.488
Outros		34.477	34.463	31.870	31.480
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.596.814**	**839.032**	**1.888.781**	**958.237**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	27.861	22.613	74.482	106.682
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	63.738	25.162
Depósitos judiciais	22	167.649	159.906	168.427	161.005
Alienação de bens e direitos	11	86.886	68.469	86.886	68.469
Ativo fiscal diferido	9	211.059	201.673	223.265	208.431
Partes relacionadas	33	35.654	6.300	-	-
Outros		4.888	1.613	21.685	18.040
		533.997	**460.574**	**638.483**	**587.789**
Investimentos	12	**2.012.093**	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**
Imobilizado	13	**3.310.823**	**3.414.337**	**6.978.033**	**6.638.263**
Intangível	14	**18.238**	**19.840**	**115.062**	**126.715**
		5.341.154	**5.038.806**	**7.126.878**	**6.795.790**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.875.151**	**5.499.380**	**7.765.361**	**7.383.579**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2009	2008	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16	171.019	149.029	246.117	212.367
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	251.422	154.497	251.422	154.497
Empréstimos e financiamentos	17	67.954	512.519	221.346	671.913
Debêntures	18	117.340	50.111	126.407	60.591
Tributos e contribuições sociais	19	381.416	370.548	411.616	404.108
Obrigações trabalhistas	20	40.708	36.559	41.233	37.759
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	21	43.061	55.037	48.112	60.270
Provisão para contingências	22	12.580	10.140	12.677	10.262
Concessões a pagar	23	1.857	1.873	37.419	2.343
Benefícios pós-emprego	24	25.478	21.642	25.478	21.642
Partes relacionadas	33	-	-	-	221.306
Outros		41.846	42.748	66.514	55.376
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.154.681**	**1.404.703**	**1.488.341**	**1.912.434**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	276.776	403.363	1.465.106	1.580.325
Debêntures	18	1.577.213	632.984	1.601.783	665.744
Obrigações trabalhistas	20	4.547	5.648	4.547	5.648
Provisões para contingências	22	71.017	71.512	78.536	75.750
Concessões a pagar	23	307.432	285.782	920.055	556.683
Benefícios pós-emprego	24	358.952	321.800	358.952	321.800
Passivo fiscal diferido	25	36.535	36.535	47.146	38.135
Outros		3.545	5.297	8.409	14.509
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**2.636.017**	**1.762.921**	**4.484.534**	**3.258.594**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	26	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	26	1.143.806	633.327	1.143.806	633.327
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.681.267**	**3.170.788**	**3.681.267**	**3.170.788**
TOTAL		**7.471.965**	**6.338.412**	**9.654.142**	**8.341.816**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Suprimento de energia elétrica		2.746.652	2.361.026	2.828.342	2.383.081
Fornecimento de energia elétrica		232.785	383.042	878.846	1.059.455
Transações no âmbito da CCEE		58.696	285.520	65.075	295.971
Exportação de energia elétrica		60.661	34.395	60.661	34.395
Outras receitas		21.147	23.931	53.395	20.421
		3.119.941	**3.087.914**	**3.886.319**	**3.793.323**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e Cofins		(230.570)	(194.057)	(294.039)	(261.355)
ICMS		(39.870)	(68.308)	(66.491)	(103.515)
ISS		(395)	(357)	(464)	(373)
Pesquisa e desenvolvimento		(25.812)	(25.350)	(28.648)	(27.830)
		(296.647)	**(288.072)**	**(389.642)**	**(393.073)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.823.294**	**2.799.842**	**3.496.677**	**3.400.250**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Custo de produção de energia elétrica	28	(512.471)	(558.923)	(674.146)	(650.948)
Custo dos serviços prestados	28	(10.114)	(11.077)	(10.114)	(11.077)
		(1.061.407)	**(982.767)**	**(1.463.333)**	**(1.388.263)**
LUCRO BRUTO		**1.761.887**	**1.817.075**	**2.033.344**	**2.011.987**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	28	(12.565)	(11.467)	(14.831)	(14.527)
Despesas gerais e administrativas	28	(150.001)	(145.517)	(162.896)	(162.319)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	29	(22.196)	813	(30.894)	(3.094)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Ganhos em ações judiciais		8.392	2.595	8.392	2.595
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.858	(937)	4.685	(877)
		(171.512)	**(78.082)**	**(195.544)**	**(101.791)**
Resultado do serviço		**1.590.375**	**1.738.993**	**1.837.800**	**1.910.196**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	104.553	54.698	-	-
Amortização de ágio	12	(2.710)	(3.031)	-	-
		101.843	**51.667**	**-**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Despesas financeiras	31	(205.598)	(345.453)	(326.672)	(443.812)
		(135.830)	**(235.358)**	**(239.789)**	**(320.676)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.556.388**	**1.555.302**	**1.598.011**	**1.589.520**
Imposto de renda	10	(307.567)	(320.542)	(336.668)	(346.923)
Contribuição social	10	(114.423)	(119.607)	(126.945)	(127.444)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.134.398**	**1.115.153**	**1.134.398**	**1.115.153**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,74**	**1,71**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

controladora dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros – Reserva legal	Reservas de Lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31.12.2007		**2.445.766**	**91.695**	**249.496**	**29.896**	**-**	**2.816.853**
Efeito dos ajustes da Lei 11.638/07	2	-	-	-	(4.919)	-	**(4.919)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.115.153	**1.115.153**
Destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	55.758	-	(55.758)	**-**
- dividendos e juros sobre o capital próprio – R$ 1,1586484519 por ação	27	-	-	-	-	(756.299)	**(756.299)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	303.096	(303.096)	-
SALDOS EM 31.12.2008		**2.445.766**	**91.695**	**305.254**	**328.073**	**-**	**3.170.788**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.134.398	**1.134.398**
Proposta da Administração de destinação do lucro:							
- reserva legal	26	-	-	56.720	-	(56.720)	-
- dividendos e juros sobre o capital próprio – R$ 0,9558426155 por ação	27	-	-	-	-	(623.919)	**(623.919)**
- reserva de retenção de lucros	26	-	-	-	453.759	(453.759)	-
SALDOS EM 31.12.2009		**2.445.766**	**91.695**	**361.974**	**781.832**	**-**	**3.681.267**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.134.398	1.115.153	1.134.398	1.115.153
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	28	217.166	208.375	339.912	266.383
Resultado de participação societária	12	(101.843)	(51.667)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida		(82.542)	127.142	(82.364)	154.662
Juros líquidos		62.339	80.672	146.311	147.461
Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida		35.970	(21.940)	46.098	(18.112)
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	(76.431)	-	(76.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(11.053)	(213)	(5.637)	(4.917)
Outros		(2.986)	1.425	(2.794)	1.450
		1.251.449	**1.382.516**	**1.575.924**	**1.585.649**
Redução (aumento) nos ativos					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		16.365	(25.161)	(47.713)	(30.581)
Tributos e contribuições sociais a compensar		1.969	25.363	(5.988)	26.511
Estoques		18.330	(8.273)	14.136	(8.705)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais		(18.124)	34.374	(62.798)	59.219
Alienações de bens e direitos		(6.476)	(7.013)	(6.476)	(7.323)
Créditos da conta consumo de combustível (CCC/CDE)		9.494	(10.757)	9.494	(10.757)
Outros		1.564	213	(9.592)	(7.047)
		23.122	**8.746**	**(108.937)**	**21.317**
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores		21.990	(86.490)	33.749	(63.125)
Tributos e contribuições sociais		(18.149)	140.450	(25.855)	99.452
Obrigações trabalhistas		3.024	6.667	2.345	4.742
Provisão para contingências		(9.524)	(8.767)	(9.519)	(7.235)
Benefícios pós-emprego		(40.250)	(31.390)	(40.250)	(31.390)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento		(11.976)	9.992	(12.158)	11.302
Outros		(7.354)	1.496	937	16.947
		(62.239)	**31.958**	**(50.751)**	**30.693**
Recursos provenientes das atividades operacionais		**1.212.332**	**1.423.220**	**1.416.236**	**1.637.659**
Atividades de investimento					
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	12	(313.040)	(885.312)	(2.971)	(831.451)
Aplicação no imobilizado		(110.238)	(69.923)	(315.563)	(401.700)
Aplicação no intangível	14	(3.603)	(607)	(4.621)	(65.331)
Dividendos recebidos de controladas		4.071	64.402	-	-
Recursos utilizados nas atividades de investimentos		**(422.810)**	**(891.440)**	**(323.155)**	**(1.298.482)**
Atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.299.480	400.000	1.404.796	583.531
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(789.897)	(103.476)	(946.795)	(187.011)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada		-	28.344	-	-
Partes relacionadas		(28.745)	-	(221.306)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio		(495.141)	(1.109.783)	(495.141)	(1.109.783)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos		**(14.303)**	**(784.915)**	**(258.446)**	**(713.263)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes		**775.219**	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**
Caixa e equivalentes					
Saldo inicial		318.620	571.755	420.005	794.091
Saldo final		1.093.839	318.620	1.254.640	420.005
		775.219	**(253.135)**	**834.635**	**(374.086)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Receitas de vendas e serviços		3.119.941	3.087.914	3.886.319	3.793.323
Recuperação de PIS e Cofins	30	-	76.431	-	76.431
Outros		14.078	1.658	13.307	1.718
		3.134.019	**3.166.003**	**3.899.626**	**3.871.472**
(-) Insumos					
Material	28	(21.453)	(21.042)	(23.300)	(22.733)
Serviço de terceiro	28	(97.420)	(98.153)	(119.222)	(111.217)
Combustível para produção de energia	28	(32.547)	(92.456)	(37.582)	(103.968)
Energia elétrica comprada para revenda		(199.914)	(166.619)	(392.099)	(445.773)
Transações no âmbito da CCEE		(121.881)	(40.988)	(123.945)	(44.909)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão		(217.027)	(205.160)	(263.029)	(235.556)
Seguros	28	(8.302)	(7.906)	(9.754)	(9.159)
Outros		(50.272)	(24.235)	(59.988)	(33.372)
		(748.816)	**(656.559)**	**(1.028.919)**	**(1.006.687)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**2.385.203**	**2.509.444**	**2.870.707**	**2.864.785**
Depreciação e amortização	28	(217.166)	(208.375)	(339.912)	(266.383)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		**2.168.037**	**2.301.069**	**2.530.795**	**2.598.402**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	31	69.768	110.095	86.883	123.136
Resultado de participações societárias	12	101.843	51.667	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**2.339.648**	**2.462.831**	**2.617.678**	**2.721.538**

Continua

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

(em milhares de reais)

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Continuação

	Controladora				Consolidado			
	2009	%	2008	%	2009	%	2008	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	96.696	4,13	94.389	3,83	98.761	3,77	97.682	3,59
Benefícios	35.014	1,50	30.731	1,25	35.213	1,35	30.889	1,13
FGTS	7.076	0,30	6.041	0,25	7.286	0,28	6.380	0,23
Participação nos resultados	16.929	0,72	14.905	0,61	17.010	0,65	14.982	0,55
	155.715	**6,65**	**146.066**	**5,94**	**158.270**	**6,05**	**149.933**	**5,50**
Do governo								
Impostos federais	687.701	29,40	663.026	26,92	793.973	30,33	766.468	28,17
Impostos estaduais	40.496	1,73	68.462	2,78	67.522	2,58	103.674	3,81
Impostos municipais	1.014	0,04	820	0,03	1.117	0,04	863	0,03
Encargos setoriais	114.382	4,89	116.088	4,71	134.243	5,13	133.636	4,91
Encargos s/concessão a pagar	23.498	1,00	42.785	1,74	60.990	2,33	83.371	3,06
	867.091	**37,06**	**891.181**	**36,18**	**1.057.845**	**40,41**	**1.088.012**	**39,98**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	162.904	6,96	292.106	11,86	243.760	9,31	343.427	12,62
Aluguéis	10.236	0,44	11.586	0,47	11.686	0,45	11.961	0,44
Outras despesas financeiras	9.304	0,40	6.739	0,27	11.719	0,45	13.052	0,48
	182.444	**7,80**	**310.431**	**12,60**	**267.165**	**10,21**	**368.440**	**13,54**
Do capital próprio								
Reserva legal	56.720	2,42	55.758	2,26	56.720	2,17	55.758	2,05
Juros sobre o capital próprio	194.000	8,29	176.000	7,15	194.000	7,41	176.000	6,47
Dividendos	429.919	18,37	580.299	23,56	429.919	16,42	580.299	21,32
Reserva de retenção de lucros	453.759	19,41	303.096	12,31	453.759	17,33	303.096	11,14
	1.134.398	**48,49**	**1.115.153**	**45,28**	**1.134.398**	**43,33**	**1.115.153**	**40,98**
	2.339.648	**100,00**	**2.462.831**	**100,00**	**2.617.678**	**100,00**	**2.721.538**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
(em milhares de reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC), e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Sua capacidade instalada, incluindo a participação nos consórcios Itá e Machadinho, passou a ser de 6.431 MW, com a entrada em operação da UHE São Salvador, dos quais aproximadamente 80% em usinas hidrelétricas, 18% em termelétricas e 2% em energias alternativas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato de compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. (Itasa), é de 6.468 MW.

Para o ano de 2010 a Companhia possui, através de sua controlada Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., dois novos projetos em construção, que irão agregar 38 MW em seu parque gerador em 2010.

Os principais eventos societários realizados no ano de 2009 estão sumarizados a seguir:

a) Emissão de títulos e valores mobiliários
No mês de março de 2009 a Companhia realizou a 4ª emissão de notas promissórias no montante de R$ 300.000, através de distribuição pública restritas, as quais foram destinados ao pagamento de dívidas e ao financiamento do capital de giro.

Em abril de 2009 foi efetuada a 3ª emissão de debêntures da Companhia, a 2ª no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública da Companhia, no valor de R$ 600.000, cujos recursos foram utilizados para a liquidação integral das notas promissórias acima mencionadas e o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias emitidas em maio de 2008 e vencidas em maio de 2009.

No mês de dezembro de 2009 foi feita a 4ª emissão de debêntures, através de oferta restrita, no montante de R$ 400.000. Esta emissão será destinada à aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), detentora da participação no Consórcio Estreito (vide detalhes a seguir), à redução dos custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

Maiores informações sobre as referidas emissões estão contidas nas Notas 17 e 18.

b) Aquisição de projetos de geração de energia eólica
A Companhia, através de sua controlada integral TBLP, adquiriu em novembro de 2009, empresas que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. Maiores informações estão descritas na Nota 12.b.2.

c) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)
Em 21.12.2009 a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada é de 1.087 MW. O valor a ser pago pela aquisição será de R$ 604.390 e as principais condições da aquisição podem ser observadas na Nota 38.

As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW médio, potência instalada e número de funcionários entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador Aneel. Os valores apresentados, textos e tabelas, estão expressos em milhares (de reais e outras moedas), exceto onde indicado de maneira diferente.

Adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil
A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT. Este regime vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

A data de transição utilizada para a aplicação dos dispositivos da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 foi 01.01.2008, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

Os efeitos no patrimônio líquido de 31.12.2008 resultantes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 decorreram da baixa de gastos diferidos, no valor de R$ 6.689 (R$ 4.919 líquido dos efeitos fiscais), no consolidado, que não tiveram como ser reclassificados para o ativo imobilizado ou intangível.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras aplicáveis a partir de 2010
Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 26 novos pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC), conforme relacionados abaixo, haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010 e com aplicação retrospectiva a 2009 para fins de comparabilidade. A Companhia não aplicou os referidos pronunciamentos antecipadamente em 2009, como facultado pela CVM.

Os pronunciamentos e as interpretações técnicas emitidas em 2009 foram os seguintes:

CPC	Título
15	Combinação de negócios
18	Investimento em coligada
19	Participação em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*)
20	Custos de empréstimos
21	Demonstração intermediária
22	Informação por segmento
23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro
24	Evento subsequente
25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
26	Apresentação das demonstrações contábeis
27	Ativo imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o lucro
33	Benefícios a empregados
36	Demonstrações consolidadas
37	Adoção Inicial das IFRSs
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

ICPC	Título
01	Contratos de concessão
03	Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
07	Distribuição de dividendos in natura
08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo imobilizado e CPC 28 - Propriedade para investimento.

A Companhia analisou os respectivos pronunciamentos técnicos e acredita que, exceto quanto à interpretação técnica ICPC 08, cujos efeitos estão mencionados a seguir, os demais pronunciamentos não resultarão em impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

O ICPC 08 prevê que o valor dos dividendos acima do mínimo estabelecido em Lei não aprovado em assembleia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacado no patrimônio líquido. Caso essa interpretação técnica fosse adotada no exercício findo em 31.12.2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio a maior no montante de R$ 81.913.

Demonstrações contábeis consolidadas
São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da Itasa são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu Capital Social, por se tratar de controle compartilhado.

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Maiores informações sobre as controladas que foram consolidadas podem ser verificadas na Nota 12.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis da Companhia ocorreu no dia 22.02.2010 em reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

Reclassificações
Os contratos de *swap* de submercado de energia, a partir de janeiro de 2009, passaram a ser apresentados líquidos na receita bruta. De modo a facilitar a análise entre os períodos comparados, a rubricas "Receita operacional bruta" e "Energia elétrica comprada para revendas" relativas ao ano de 2008, no resultado consolidado, foram reclassificadas, passando de R$ 3.834.117 para R$ 3.793.323 na "Receita operacional bruta" e de R$ 486.567 para R$ 445.773 na "Energia elétrica comprada para revenda".

Os encargos de transmissão, que até o exercício findo em 31.12.2008 vinham sendo registrados no grupo de contas "Despesas com vendas", passaram a ser apresentados no grupo "Custos de energia elétrica e serviços". De forma a manter a consistência entre os anos apresentados de forma comparativa, os valores relativos ao exercício findo em 31.12.2008 foram reclassificados.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros - são classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

b) Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

c) Consumidores, concessionárias e permissionárias - são ativos financeiros mantidos até o vencimento, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, se aplicável.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido) - são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem. A controlada PPESA possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

f) Estoques - as matéria-primas, os insumos para a produção de energia elétrica e o almoxarifado estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os adiantamentos a fornecedores estão registrados ao custo.

g) Demais ativos - os sujeitos a juros e variação monetária são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento atualizados de acordo com as condições contratadas até a data do balanço, e os demais ativos são registrados ao custo aquisição. Ambos são reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável.

h) Investimentos - os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.

i) Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. A Companhia entende que as referidas taxas refletem as vidas úteis dos seus ativos imobilizados. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 13-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

j) Intangível - os com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os com vida útil indefinida, se aplicável, são contabilizados ao custo e não são amortizados. Ambos são submetidos ao teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.

k) Avaliação do valor de recuperação dos ativos - a Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que as suas unidades geradoras de caixa ou intangíveis não serão recuperados com as suas operações futuras.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures - são instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos (ver Nota 17 e Nota 18).

m) Demais obrigações - são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

n) Provisão para contingências - são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

o) Benefícios pós-emprego - são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 24).

p) Ajuste a valor presente - os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado.

q) Resultado do exercício - as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

r) Reconhecimento dos efeitos inflacionários - estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

s) Uso de estimativas - a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de imparidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e depósitos bancários à vista	7.501	8.761	42.522	25.389
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais [1]				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	1.085.336	258.434	1.188.297	313.385
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	25.473	-	30.890
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	13.201	-	16.008
	1.085.336	297.108	1.188.297	360.283
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	12.751	12.751	15.463
	1.085.336	309.859	1.188.297	375.746
Instituições Financeiras [2]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.002	-	2.084	8.373
Operações compromissadas em Debêntures	-	-	21.737	10.497
	1.002	-	23.821	18.870
	1.093.839	**318.620**	**1.254.640**	**420.005**

[1] São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.
[2] Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A, Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal (CEF).

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. O referido instrumento financeiro está classificado como mantido para negociação, sendo avaliado pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao seu valor justo.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

A política da Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são classificados como destinados à negociação.

A Tractebel Energia S.A. (TBLE) possuía aplicações financeiras em CDB, no valor de R$ 2.603, no Banco Santos, cujo saldo foi integralmente provisionado para perdas em decorrência da falência do banco decretada no ano de 2005.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos			
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Concessionárias	187.986	-	-	187.986	179.973
Comercializadoras	106.003	15.406	-	121.409	145.290
Consumidores livres	21.327	166	183	21.676	36.848
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE					
- Correntes	14.453	7.874	538	22.865	3.809
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	122.574
- Outras	-	-	-	-	4.381
	124.951	7.874	12.614	145.439	130.764
	440.267	**23.446**	**13.537**	**477.250**	**493.615**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	329.769	**23.446**	**1.461**	**354.676**	**371.041**

Os valores a receber de comercializadoras vencidos até 90 dias correspondem a faturas pendentes de recebimento da controlada integral Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC), as quais foram integralmente quitadas no mês de janeiro de 2010.

	Consolidado				
	2009				2008
	Vincendos	Vencidos			
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Concessionárias	251.120	-	-	251.120	212.305
Comercializadoras	62.733	-	-	62.733	62.298
Consumidores livres	92.074	2.677	183	94.934	101.125
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE					
- Correntes	15.277	8.078	542	23.897	4.862
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
- Outras	-	-	-	-	4.381
	125.775	8.078	14.486	148.339	133.685
	531.702	**10.755**	**15.409**	**557.866**	**510.153**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	421.204	**10.755**	**3.333**	**435.292**	**387.579**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data de competência do faturamento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias, identificados com "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", referem-se, substancialmente, a transações no âmbito do MAE, relativos a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 12.076, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
ICMS	7.189	15.973	8.973	16.027
Imposto de renda	146	-	9.841	3.292
Contribuição social	-	-	5.514	1.226
Cofins	4.015	3.568	37.425	6.392
PIS	865	769	8.119	1.730
INSS	3.040	2.419	3.048	4.028
	15.255	**22.729**	**72.920**	**32.695**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	-	(5.660)	-	(5.660)
	15.255	**17.069**	**72.920**	**27.035**
Não Circulante				
ICMS	10.507	6.392	13.460	9.944
Cofins	11.685	8.215	47.564	74.370
PIS	2.563	1.809	10.352	16.171
INSS	3.106	6.197	3.106	6.197
	27.861	**22.613**	**74.482**	**106.682**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total do ICMS sobre a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica naquele estado ocorria com diferimento de ICMS.

Em 2008, a Tractebel Energia recebeu Notificação da Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, informando que a Companhia não teria o direito de manter os créditos acumulados de ICMS, com o argumento de que as vendas de energia elétrica com diferimento ou não-incidência de ICMS eliminam o direito a manutenção dos créditos. Com base nesta decisão, a Companhia decidiu baixar R$ 34.478 do referido crédito e reverter à respectiva provisão para recuperação do mesmo. No corrente ano, a Companhia baixou o saldo remanescente de R$ 5.660 e reverteu a respectiva provisão para perda em razão da impossibilidade de recuperação do crédito.

Os valores a recuperar de PIS e Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais são compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial das Usinas.

7 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Matéria-prima e insumos para produção de energia	5.969	21.458	10.453	21.458
Almoxarifado	22.190	20.111	22.904	20.800
Adiantamentos a fornecedores	10.504	12.933	10.508	13.244
Outros	756	3.247	787	3.286
	39.419	**57.749**	**44.652**	**58.788**

O almoxarifado é composto de materiais necessários à operação e manutenção das unidades geradoras da Companhia. Os adiantamentos a fornecedores foram realizados, substancialmente, para aquisição de matéria-prima para produção de energia, carvão mineral.

8 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Conta reserva (CCEE)	31.491	-	33.511	1.414
Não Circulante				
Conta reserva serviço da dívida	-	-	63.738	25.162
	31.491	**-**	**97.249**	**26.576**

Conta reserva (CCEE): destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado, os quais estão aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e em operações compromissadas com debêntures.

Conta reserva (serviço da dívida): em cumprimento às exigências contidas nos contratos com os agentes financiadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), as controladas da Companhia mantém recursos financeiros vinculados destinados a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Estes recursos também estão aplicados em CDBs e em operações compromissadas com debêntures, e devem ser mantidos em conta reserva durante a vigência dos contratos.

As aplicações nas contas reservas acima mencionadas são realizadas em bancos elegíveis pela Política de Gestão Financeira da Companhia.

9 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2009				2008
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
RIC (*)	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	109.430	27.358	9.849	37.207	37.668
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	15.673	3.919	1.409	5.328	5.057
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.227	3.083	15.310	13.642
Não circulante		163.874	47.185	211.059	201.673
		176.101	**50.268**	**226.369**	**215.315**

	Consolidado				
	2009				2008
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
RIC (*)	145.865	36.466	-	36.466	36.637
Benefícios pós-emprego	263.890	65.972	23.750	89.722	72.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	138.632	29.290	12.478	41.768	40.766
Provisão para perdas com créditos de ICMS	-	-	-	-	1.924
Depreciação acelerada na UTE William Arjona	18.508	4.627	1.666	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	6.144
Ágio incorporado	14.587	3.647	1.313	4.960	6.526
Outros	67.651	7.473	6.086	13.559	9.563
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.658	3.238	15.896	14.488
Não circulante		168.929	54.336	223.265	208.431
		181.587	**57.574**	**239.161**	**222.919**

(*) Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação, através de geração de lucros tributáveis futuros, foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2010	15.310	15.896
2011	27.233	34.136
2012	26.249	27.488
2013	16.759	17.904
2014	26.357	27.488
2015 a 2016	72.205	73.167
2017 a 2019	42.256	43.082
	226.369	**239.161**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	8.292	**8.292**
	234.661	**247.453**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a RIC, cuja realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

10 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.556.388**	**1.556.388**	**1.555.302**	**1.555.302**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	2.710	2.710	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.464	-	2.389	-
Doações	4.930	4.930	3.715	3.715
Equivalência patrimonial	(104.553)	(104.553)	(54.698)	(54.698)
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Outras	(3.039)	(3.039)	1.613	414
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.250.245**	**1.262.436**	**1.297.665**	**1.328.733**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(312.562)**	**(113.620)**	**(324.416)**	**(119.586)**
Incentivos fiscais	4.971	-	3.872	-
Outros	24	(803)	2	(21)
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(307.567)**	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(315.649)	(117.394)	(320.699)	(119.663)
Diferido	8.082	2.971	157	56
	(307.567)	**(114.423)**	**(320.542)**	**(119.607)**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.598.011**	**1.598.011**	**1.589.520**	**1.589.520**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio	13.517	13.517	3.031	-
Gratificação e 13º de dirigentes	2.612	-	2.537	-
Doações	5.012	5.012	7.265	7.265
Juros sobre o capital próprio	(194.000)	(194.000)	(176.000)	(176.000)
Reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	-	-	(23.032)	-
RIC	(14.655)	-	(14.655)	-
Diferença de base de cálculo nas controladas tributadas pelo lucro presumido	(17.487)	(14.778)	(4.835)	(3.263)
Outras	(4.901)	(4.826)	15.408	11.734
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.388.109**	**1.402.936**	**1.399.239**	**1.429.256**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(347.028)**	**(126.265)**	**(349.809)**	**(128.634)**
Ajuste do IR e CS do ano anterior	(2.123)	31	(1.695)	172
Incentivos fiscais	11.661	-	4.481	-
Outros	822	(711)	100	1.018
Imposto de renda e contrib. social – resultado	**(336.668)**	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(341.891)	(127.359)	(348.875)	(130.409)
Diferido	5.223	414	1.952	2.965
	(336.668)	**(126.945)**	**(346.923)**	**(127.444)**

A controlada PPESA possui redução de imposto de renda e adicionais, equivalente a 75% calculados sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, em função de estar localizada em área incentivada da Sudam. Esta redução, no valor de R$ 6.608 (R$ 3.894 em 2008), está apresentada no grupo incentivos fiscais, no quadro acima.

11 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Classificação no Balanço		
Circulante	-	17.448
Não Circulante	86.886	68.469
	86.886	**85.917**

O valor apresentado acima corresponde ao saldo contábil a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí, líquido do ajuste a valor presente de R$ 13.875 (R$ 18.071 em 2008).
A Eleja é uma sociedade de propósito específico (SPE), controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a Eleja concedeu a Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

As condições contratuais estabelecem que os valores da venda devam ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e ser recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda. Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a., taxa compatível com os parâmetros de mercado na data da transação.

No ano de 2008 a Companhia iniciou um processo de negociação de venda do referido crédito a um potencial interessado em investir na Eleja. Entretanto, no segundo trimestre de 2009, as negociações foram encerradas sem que houvesse um desfecho para que o negócio fosse concretizado.

A partir de fevereiro de 2009 a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor acumulado em 31.12.2009 é de R$ 16.266. Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas para que a Eleja retomasse os pagamentos devidos, concluiu-se não restar à Companhia outra alternativa que não fosse a de se iniciar o processo de execução judicial do seu crédito.

Tal execução, prevista contratualmente, foi em montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que falta de pagamento pela Eleja faz com que o total da dívida existente seja considerada automaticamente vencida e exigível.

A Companhia, considerando o pressuposto da prudência, a partir de julho de 2009, deixou de reconhecer os juros e a atualização monetária dos valores a receber da Eleja. Adicionalmente, diante da incerteza quanto ao prazo para realização do crédito em referência, a Companhia reclassificou para o não circulante o saldo que em 30.06.2009 estava apresentado no ativo circulante. O valor nominal da dívida, em 31.12.2009, atualizado pelo IGP-DI, era de R$ 100.253.

A dinâmica da ação de execução permite, em caso de permanência da inadimplência por parte da Eleja, solicitar a penhora dos bens dados em garantia, para a quitação dos valores devidos. Atualmente, esse conjunto de bens, que poderão ser penhorados, possui avaliação de mercado em montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, motivo pelo qual a Administração da Companhia julgou não ser necessária à constituição de qualquer provisão para perda.

O processo de execução judicial está sob análise do juízo e a administração da Companhia está envidando esforços para que a citação ocorra em breve.

12 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.945.501	1.535.327	-	-
Ágio	35.780	38.490	-	-
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	31.767	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	2.012.093	**1.604.629**	**33.783**	**30.812**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31.12.2009, os ativos e passivos registrados no balanço patrimonial de abertura das entidades adquiridas são reconhecidos como investimento pela empresa compradora e o ágio apurado nas aquisições corresponde ao montante pago que excede o valor contábil do patrimônio líquido da entidade adquirida. Este procedimento foi adotado pela Companhia nos balanços individuais da Tractebel Energia e de suas controladas utilizadas como veículo para aquisição de empresas.

Para elaboração do balanço patrimonial consolidado, a Companhia considerou que os ágios pagos nas suas aquisições estão fundamentados na exploração do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão e estão apresentados no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desses ativos, quando aplicável, em razão desse direito não ser separável, ou seja não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2009				2008	
Empresas	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Itasa [1]	253.607	48,75	50.011	636.194	35.160	598.059
CEM [2]	-	-	-	-	11.122(*)	-
CESS [3]	309.289	99,99	18.610	324.801	(185)	270.474
Lages [4]	30.530	99,99	16.831	64.056	7.187	47.225
TBLC [5]	4.200	99,99	40.278	72.077	27.599	31.799
EAS [6]	645.270	99,99	14.655	653.481	(6.445)	638.826
TBLP [7]	509.010	99,90	(9.725)	497.632	(1.652)	235.170
Delta [8]	24.468	99,99	(475)	23.040	(68)	20.007
Lagoa Formosa [9]	270	99,99	(1)	269	-	270

(*) Lucro líquido em 29.02.2008, data base para a incorporação na Tractebel Energia.
[1] Itá Energética S.A. (Itasa).
[2] Companhia Energética Meridional (CEM), incorporada em 29.02.2008.
[3] Companhia Energética São Salvador (CESS), operação comercial iniciada em agosto de 2009.
[4] Lages Bioenergética Ltda. (Lages).
[5] Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC).
[6] Energia América do Sul Ltda. (EAS), Sociedade de Propósito Específico (SPE) usada como veículo da aquisição de 99,99% da PPESA.
[7] Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), anteriormente denominada Gama Participações Ltda., SPE utilizada como veículo de aquisição de 99,99% da Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan), Hidropower Energia S.A. (Hidropower), Eólica Beberibe S.A. (Beberibe), Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal), Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca) e, Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.(EBSC), e para a participação na Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva).
[8] Delta Energética S.A. (Delta), SPE utilizada como veículo para aquisição da Seival Participações S.A.
[9] Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa).

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Ajuste Lei 11.638/07	Saldos em 31.12.2008
Itasa	284.419	-	-	17.140	(7.500)	(2.505)	291.554
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-	-	-
CESS	268.943	-	3.000	(185)	-	(1.284)	270.474
Lages	40.345	-	-	7.187	-	(307)	47.225
TBLC	4.200	-	-	27.599	-	-	31.799
EAS	1	-	645.270	(6.445)	-	-	638.826
TBLP	1	-	236.821	(1.652)	-	-	235.170
Delta	20.898	-	-	(68)	-	(823)	20.007
Lagoa Formosa	50	-	220	-	-	-	270
Outras	1	-	1	-	-	-	2
	1.062.602	**(454.866)**	**885.312**	**54.698**	**(7.500)**	**(4.919)**	**1.535.327**

Empresas	Saldos em 31.12.2008	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Baixa	Saldos em 31.12.2009
Itasa	291.554	-	24.380	(5.790)	-	310.144
CESS	270.474	37.345	18.610	(1.628)	-	324.801
Lages	47.225	-	16.831	-	-	64.056
TBLC	31.799	-	40.278	-	-	72.077
EAS	638.826	-	14.655	-	-	653.481
TBLP	235.170	272.187	(9.725)	-	-	497.632
Delta	20.007	3.508	(475)	-	-	23.040
Lagoa Formosa	270	-	(1)	-	-	269
Outras	2	-	-	-	(1)	1
	1.535.327	**313.040**	**104.553**	**(7.418)**	**(1)**	**1.945.501**

Ágio – Controladora

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Amortização	Saldos em 31.12.2008	Amortização	Saldos em 31.12.2009
Itasa	5.721	-	(2.288)	3.433	(2.288)	1.145
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-	-	-
CESS	35.057	-	-	35.057	(422)	34.635
	63.067	**(21.546)**	**(3.031)**	**38.490**	**(2.710)**	**35.780**

As amortizações dos ágios estão baseadas no fundamento econômico do direito de utilização do bem público estabelecido nos contratos de concessão, conforme previsto na Deliberação CVM 618/09. O ágio na CESS será amortizado até 22.04.2037 e o ágio na Itasa até 30.06.2010.

Informações sobre as controladas

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que compõe as demonstrações contábeis completas.

1) Itá Energética S.A. (Itasa) - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

As ações representativas do Capital Social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no Capital Social da controlada:

ATIVO	2009	2008
Ativo circulante	79.207	60.077
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.184	5.657
Imobilizado	857.427	899.114
Intangível	20.516	30.769
	882.127	935.540
TOTAL DO ATIVO	**961.334**	**995.617**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	117.447	117.628
Passivo não circulante	207.693	279.930
Patrimônio líquido	636.194	598.059
TOTAL DO PASSIVO	**961.334**	**995.617**

RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	251.953	233.150
Deduções da receita operacional	(25.500)	(23.659)
Receitas líquidas de vendas	**226.453**	**209.491**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(93.432)**	**(90.849)**
LUCRO BRUTO	**133.021**	**118.642**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(33.581)	(20.447)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.658	(95)
	(31.923)	**(20.542)**
Resultado do serviço	**101.098**	**98.100**
Despesas financeiras, líquidas	**(25.413)**	**(45.030)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**75.685**	**53.070**
Imposto de renda e contribuição social	(25.674)	(17.910)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**50.011**	**35.160**

2) Companhia Energética Meridional (CEM)
Em 28.03.2008, a Tractebel Energia incorporou a sua controlada integral CEM, mediante a versão do seu acervo líquido, na data base de 29.02.2008, no valor de R$ 454.866, avaliado a valor contábil por empresa especializada.

A CEM detinha a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para a construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998 e foi transferida para a Companhia após a conclusão da operação de incorporação.

3) Companhia Energética São Salvador (CESS)
A CESS detém a concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins, com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

O início da operação comercial da primeira unidade geradora foi em agosto de 2009 e da segunda unidade no final do mês de novembro de 2009.

4) Lages Bioenergética Ltda. (Lages)
A Lages detém a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, através da central geradora termelétrica Lages localizada no Município de Lages (SC), atuar como produtor independente de energia utilizando-se de um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

5) Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)
A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

6) Energia América do Sul Ltda. (EAS)
A EAS é uma controlada integral da Companhia que possui o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA). A PPESA por sua vez, detém a concessão da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios) que está em operação comercial desde setembro de 2005, localizada no Rio Correntes, Estado de Mato Grosso. Possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O ágio pago pela EAS teve como fundamento a exploração do direito de utilização do bem público estabelecido no contrato de concessão e, no consolidado, está apresentado no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado. O ágio será amortizado no prazo da concessão da Aneel que se encerra em 30.09.2034. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 391.521, líquido da amortização acumulada de R$ 26.113.

7) Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)
A TBLP, anteriormente denominada Gama Participações Ltda., tem por objeto social participar no capital e outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias alternativas de sua controladora Tractebel Energia.

Os ágios pagos pela TBLP nas aquisições das empresas abaixo relacionadas tiveram como fundamento a exploração do direito de uso do bem público previstos nos contratos de concessão ou autorização e, no consolidado, estão reconhecidos no ativo imobilizado, juntamente com o valor de cada concessão ou autorização considerada como parte desse ativo, em decorrência desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

As principais informações referentes às controladas da TBLP estão descritas a seguir:

7.1) Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)
A Tupan detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, e está em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobrás), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), até 2027, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 86.991,líquido da amortização acumulada de R$ 3.796.

7.2) Hidropower Energia S.A. (Hidropower)
A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,20/MWh (base 31.12.2009).

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 18.12.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 79.517, líquido da amortização acumulada de R$ 3.470.

7.3) Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)
A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 256,83/MWh (base 31.12.2009). A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 03.08.2033. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 48.877, líquido da amortização acumulada de R$ 2.073.

7.4) Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)
A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobrás através do Proinfa, por 20 anos, ao preço de R$ 243,96/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 01.10.2032. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 23.744, líquido da amortização acumulada de R$ 1.092.

7.5) Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)
A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobrás, através do Proinfa, ao preço de R$ 159,51/MWh (base 31.12.2009). A operação comercial da sociedade está prevista para o 2º trimestre de 2010.

O ágio pago pela TBLP será amortizado no prazo da autorização da Aneel que se encerra em 02.05.2030. O saldo em 31.12.2009 era de R$ 7.676, líquido da amortização acumulada de R$ 377.

7.6) Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. (EBSC)
A EBSC é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para a as empresas anteriormente mencionadas e foi adquirida em dezembro de 2008.

7.7) Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)
A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço atualizado de R$ 167,17/MWh (base 31.12.2009), a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida será gerada pela UTE Destilaria Andrade, em implantação no Município de Pitangueiras (SP), que terá capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utilizará como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. O investimento previsto para a construção da Usina é de R$ 120.000 com recursos próprios e através de financiamento que está em fase final de negociação com o BNDES.

As obras civis tiveram início em 27.04.2009 e estão em ritmo acelerado visando atender o cronograma de implantação, cuja previsão de entrada em operação é para o 2º trimestre de 2010.

7.8) Projetos de Geração de Energia Eólica
Em agosto de 2009, a TBLP adquiriu pelo montante de R$ 2.998, empresas que possuem projetos de geração de energia eólica denominado Projeto Trairí, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Cinco desses projetos participaram do leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em dezembro de 2009, porém não tiveram sua energia contratada.

Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento e, em fase de execução, estão os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação.

O ágio pago pela TBLP no montante de R$ 2.971 tem como fundamento os direitos adquiridos e será amortizado nos prazos das autorizações a partir do início da operação comercial das empresas.

A Companhia está avaliando a melhor alternativa para viabilizar a implantação dos referidos projetos.

8) Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (Lagoa Formosa)
A Sociedade é controlada integral da Tractebel Energia e foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda. (Dedini), pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, teria direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela Aneel, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

No ano de 2008 a Companhia recebeu parte do valor incontroverso da causa, relativo à multa contratual, no valor de R$ 2.595 e permaneceu em discussão quanto à parte que a Companhia entende como valor indenizável.

Em novembro do corrente ano, foi celebrado um instrumento de transação entre a Companhia e a Abengoa, em razão da ação de execução, na qual formalizou-se um acordo em que a Abengoa concordou em pagar a Tractebel Energia a quantia de R$ 10.000 destinados a recomposição de danos e lucros cessantes sofridos, finalizando assim o litígio entre as partes, sendo essa quantia reconhecida no resultado de 2009.

A Lagoa Formosa não exerceu atividades operacionais até o presente exercício.

9) Delta Energética S.A. (Delta)
A Delta possui o controle da Seival Participações S.A. (Seival), uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do Capital Social da Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival), sediada na cidade de Charqueadas (RS).

A aquisição da Seival teve como principal objetivo acrescentar ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da Aneel, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW.

O preço de aquisição foi de R$ 23.813 e a diferença entre o montante pago e o valor contábil patrimonial da Seival foi de R$ 19.528, o qual será amortizado a partir do início da operação comercial da UTE Seival.

Em 2009 as Sociedades não exercerem quaisquer atividades operacionais.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. (Maesa)
A Companhia possui R$ 28.793 de investimento na Maesa avaliado ao custo de aquisição, considerando que a Companhia não tem o controle individual ou compartilhado desse investimento, equivalente à participação acionária de 2,82%. A Maesa é uma sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de contratar o fornecimento de bens e serviços necessários à implantação da Usina Hidrelétrica de Machadinho (UHE Machadinho), bem como à obtenção do financiamento e fornecimento de garantias correspondentes para a construção do empreendimento. O Consórcio Machadinho é composto pela Tractebel Energia S.A., no qual participa com 19,28% e por outras empresas consorciadas, que juntas detém 80,72%.

13 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2009				2008
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.233.372	(308.935)	924.437	968.610
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
		3.477.126	**(1.416.239)**	**2.060.887**	**2.163.468**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
		2.802.546	**(1.689.400)**	**1.113.146**	**1.178.294**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**60.236**	**(25.517)**	**34.719**	**25.430**
		6.339.908	**(3.131.156)**	**3.208.752**	**3.367.192**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
Outras UHE (obras de adição)		1.348	-	1.348	3.193
		12.677	**-**	**12.677**	**9.395**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
Outras UTE (obras de adição)		601	-	601	236
		94.682	**-**	**94.682**	**43.681**
Equipamentos Gerais e Outros		**5.107**	**-**	**5.107**	**3.824**
		112.466	**-**	**112.466**	**56.900**
Total das imobilizações		**6.452.374**	**(3.131.156)**	**3.321.218**	**3.424.092**
Obrigações especiais		**(10.395)**	**-**	**(10.395)**	**(9.755)**
		6.441.979	**(3.131.156)**	**3.310.823**	**3.414.337**

	Consolidado				
		2009			2008
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,42	645.107	(534.962)	110.145	120.623
UHE Salto Osório	2,68	333.147	(246.513)	86.634	93.194
UHE Passo Fundo	2,35	121.064	(96.517)	24.547	26.085
UHE Itá (em consórcio)	3,58	1.777.400	(436.552)	1.340.848	1.405.332
UHE São Salvador	3,62	1.276.151	(18.031)	1.258.120	-
UHE Machadinho (em consórcio)	3,18	179.851	(37.032)	142.819	149.148
UHE Cana Brava	3,03	964.585	(192.280)	772.305	805.808
UHE Ponte de Pedra	3,66	1.187.747	(111.106)	1.076.641	1.121.642
PCH Rondonópolis	4,04	184.484	(10.432)	174.052	181.618
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	3,80	156.011	(10.731)	145.280	151.360
		6.825.547	**(1.694.156)**	**5.131.391**	**4.054.810**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,69	2.556.432	(1.546.683)	1.009.749	1.074.101
UTE Charqueadas	8,34	63.119	(51.734)	11.385	8.000
UTE Alegrete	3,62	8.289	(7.403)	886	933
Unidade de Cogeração Lages	4,38	76.164	(18.275)	57.889	60.837
UTE William Arjona	4,31	174.706	(83.580)	91.126	95.260
		2.878.710	**(1.707.675)**	**1.171.035**	**1.239.131**
Geração Eólica					
EOL Beberibe	4,70	185.770	(11.732)	174.038	182.610
EOL Pedra do Sal	4,08	118.610	(5.546)	113.064	-
		304.380	**(17.278)**	**287.102**	**182.610**
Equipamentos Gerais e Outros	10,00	**61.129**	**(25.678)**	**35.451**	**25.665**
		10.069.766	**(3.444.787)**	**6.624.979**	**5.502.216**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago		7.181	-	7.181	4.737
UHE Salto Osório		4.148	-	4.148	1.465
UHE São Salvador		49.805	-	49.805	870.081
PCH Areia Branca		133.518	-	133.518	98.586
Outras UHE (obras de adição)		2.835	-	2.835	4.717
		197.487	**-**	**197.487**	**979.586**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda		41.510	-	41.510	21.447
UTE Charqueadas		52.571	-	52.571	21.998
UTE Destilaria Andrade		62.378	-	62.378	10.180
Outras UTE (obras de adição)		4.233	-	4.233	1.070
		160.692	**-**	**160.692**	**54.695**
Geração Eólica - Pedra do Sal		**174**		**174**	**107.792**
Equipamentos Gerais e Outros		**5.221**	**-**	**5.221**	**3.854**
		363.574	**-**	**363.574**	**1.145.927**
Total das imobilizações		**10.433.340**	**(3.444.787)**	**6.988.553**	**6.648.143**
Obrigações especiais		**(10.520)**	**-**	**(10.520)**	**(9.880)**
		10.422.820	**(3.444.787)**	**6.978.033**	**6.638.263**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**4.010.038**	**724.178**	**4.734.216**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	12.354	12.354	-	12.354	12.354
UHE Cana Brava	825.608	476	826.084	-	-	-
UHE Ponte de Pedra	-	-	-	1.129.404	7.374	1.136.778
UHE São Salvador	-	-	-	-	288.516	288.516
PCH Rondonópolis	-	-	-	181.923	-	181.923
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	-	-	-	151.626	-	151.626
PCH Areia Branca	-	-	-	-	98.586	98.586
Complexo Jorge Lacerda	-	23.467	23.467	-	23.467	23.467
UTE Charqueadas	-	20.007	20.007	-	20.007	20.007
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	10.180	10.180
EOL Beberibe	-	-	-	197.490	-	197.490
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	107.815	107.815
Demais usinas	472	17.494	17.966	598	18.681	19.279
Transferência dos ativos diferido e intangível	-	-	-	3.196	255	3.451
Transferência para o realizável de créditos de PIS e Cofins (*)	-	-	-	(13.459)	(72.427)	(85.886)
Transferências	80.925	(80.925)	-	93.059	(93.059)	-
Depreciação	(207.467)	-	(207.467)	(248.627)	-	(248.627)
Baixas	(3.017)	-	(3.017)	(3.032)	-	(3.032)
Saldo em 31.12.2008	**3.367.192**	**56.900**	**3.424.092**	**5.502.216**	**1.145.927**	**6.648.143**
Ingressos						
UHE Salto Osório	-	3.563	3.563	-	3.563	3.563
UHE Salto Santiago	-	7.490	7.490		7.490	7.490
UHE São Salvador	-	-	-	-	455.875	455.875
PCH Areia Branca	-	-	-	-	34.930	34.930
Complexo Jorge Lacerda	-	55.556	55.556	-	55.556	55.556
UTE Charqueadas	-	35.417	35.417	-	35.417	35.417
UTE Destilaria Andrade	-	-	-	-	52.199	52.199
EOL Pedra do Sal	-	-	-	-	10.815	10.815
Demais usinas	-	8.469	8.469	-	13.370	13.370
Transferências	54.929	(54.929)	-	1.451.119	(1.451.119)	-
Depreciação	(211.961)	-	(211.961)	(326.756)	-	(326.756)
Baixas	(1.408)	-	(1.408)	(1.600)	(449)	(2.049)
	3.208.752	**112.466**	**3.321.218**	**6.624.979**	**363.574**	**6.988.553**
Obrigações Especiais	(10.395)	-	(10.395)	(10.520)	-	(10.520)
Saldo em 31.12.2009	**3.198.357**	**112.466**	**3.310.823**	**6.614.459**	**363.574**	**6.978.033**

(*) Transferência para o ativo circulante e realizável a longo prazo dos créditos de PIS e Cofins sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e edificações da CESS.

Conforme mencionado na Nota 23, a Companhia, no ano de 2009, registrou a concessão da UHE São Salvador. A outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União foram reconhecidas a valor presente da concessão no ativo imobilizado em contrapartida com o passivo circulante e não circulante.

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Lei nº 8.987/95, de 13.02.2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, *"A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".*

O Decreto nº 2003, de 10.09.1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, *"No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.*

Parágrafo 1º. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Parágrafo 2º. No caso de usinas termelétricas, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente ou ao autoprodutor remover as instalações".

Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007, passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitada ao prazo de concessão, em que pese os contratos e a legislação preverem a possibilidade da renovação da concessão.

d) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da CESS e da Areia Branca, cujos valores consolidados em 2009 foram de R$ 41.175 e R$ 4.923, respectivamente, estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso. No ano de 2008 o valor capitalizado da CESS foi de R$ 44.890.

e) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não existem indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

g) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Destilaria Andrade	Consórcio Andrade	40	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033

A concessão relativa à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itasa (ver Nota 12.b.1) e a Companhia possui 1.090 MW da capacidade instalada. Com referência à concessão da UHE Machadinho a Tractebel Energia detém 404 MW do total instalado. A participação remanescente pertence a outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 12.b.2).

h) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

i) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

14 – ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso	14.730	(10.138)	4.592	11.110	(9.225)	1.885
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
	59.308	**(41.070)**	**18.238**	**55.688**	**(35.848)**	**19.840**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso	17.260	(11.058)	6.202	15.741	(9.475)	6.266
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Ágio incorporado da CEM	44.578	(30.932)	13.646	44.578	(26.623)	17.955
Ágio incorporado da Itasa	72.793	(61.668)	11.125	72.793	(54.388)	18.405
Ágio Seival Participações	19.528	-	19.528	19.528	-	19.528
	218.720	**(103.658)**	**115.062**	**217.201**	**(90.486)**	**126.715**

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios incorporados da CEM e da Itasa também possuem vida útil definida e serão amortizados, respectivamente, até fevereiro de 2013 e dezembro de 2011. A amortização do ágio pago pela Seival Participações ocorrerá a partir do início da operação comercial da Usina, cuja data ainda não pode ser prevista devido ao estágio em que se encontra o projeto.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2007	**2.185**	**72.081**
Ingresso direito de uso	607	770
Ingresso direito de compra de energia	-	64.561
Transferências do ativo diferido e imobilizado	-	7.059
Transferência do ágio da incorporação CEM	17.956	-
Amortização	(908)	(17.756)
Saldo em 31.12.2008	**19.840**	**126.715**
Ingresso direito de uso	3.603	4.621
Transferência para o imobilizado	-	(3.118)
Amortização	(5.205)	(13.156)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**115.062**

15 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004 a Administração da Companhia comunicou à assessoria do MME que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5 em 31.12.2009 e 2008 é de R$ 33.134.

16 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Energia elétrica comprada	53.766	46.492	76.770	78.579
Transações no âmbito da CCEE	370	2.002	2.325	3.851
Encargos de uso de rede elétrica	69.742	64.196	76.502	67.852
Combustíveis fósseis / biomassa	630	-	798	145
Materiais e serviços	46.511	36.339	89.722	61.940
	171.019	**149.029**	**246.117**	**212.367**

17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	14.965	34.917	49.882	14.947	49.823	64.770
Banco do Brasil	3.529	3.530	7.059	3.529	7.059	10.588
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
Encargos	258	-	258	33.367	-	33.367
	49.070	**49.243**	**98.313**	**479.288**	**97.996**	**577.284**
	67.954	**276.776**	**344.730**	**512.519**	**403.363**	**915.882**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	18.884	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional						
Eletrobrás	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	75.412	573.608	649.020	47.816	389.259	437.075
Agentes Financiadores do BNDES	71.504	561.833	633.337	52.650	725.722	778.372
Banco do Brasil	7.495	30.630	38.125	7.495	38.125	45.620
BRDE	6.835	11.391	18.226	6.826	18.203	25.029
Caixa Econômica Federal (CEF)	5.479	49.315	54.794	5.157	51.574	56.731
Notas Promissórias	-	-	-	400.000	-	400.000
ABN AMRO Real	-	-	-	55.026	-	55.026
Bradesco	-	-	-	829	-	829
Encargos	5.419	-	5.419	35.438	10.961	46.399
	202.462	**1.237.573**	**1.440.035**	**638.682**	**1.274.958**	**1.913.640**
	221.346	**1.465.106**	**1.686.452**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

Em maio de 2008 a Companhia emitiu 40 (quarenta) Notas Promissórias no valor total de R$ 400.000, as quais venceram e foram resgatadas em maio de 2009. A liquidação financeira ocorreu com recursos próprios e oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme mencionado na Nota 18.

Em março de 2009 a Companhia concluiu o processo de distribuição pública restrita da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, ocorrida nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 300 Notas Promissórias no valor total de R$ 300.000, com vencimento em março de 2010, tendo como coordenador o Banco Votorantim. As referidas Notas Promissórias foram quitadas antecipadamente, em abril de 2009, com os recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, conforme descrito na Nota 18.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos	400.000	-	400.000	416.708	166.823	583.531
Incorporação da CEM	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Aquisição da PPESA	-	-	-	42.023	252.135	294.158
Aquisições efetuadas pela TBLP (*)	-	-	-	54.488	225.025	279.513
Transferências	64.727	(64.727)	-	142.906	(142.906)	-
Encargos gerados	72.475	110	72.585	114.956	47.992	162.948
Variações cambiais	10.879	69.364	80.243	11.275	69.364	80.639
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.839)	(8.839)	-	(8.839)	(8.839)
Amortizações	(122.020)	-	(122.020)	(231.467)	-	(231.467)
Saldo em 31.12.2008	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**
Ingressos	300.000	-	300.000	309.000	96.316	405.316
Transferências	66.619	(66.619)	-	222.709	(222.709)	-
Encargos gerados	58.862	54	58.916	110.439	71.196	181.635
Variações cambiais	(7.866)	(69.816)	(77.682)	(7.866)	(69.816)	(77.682)
Remuneração de garantias depositadas	-	9.794	9.794	-	9.794	9.794
Amortizações	(862.180)	-	(862.180)	(1.084.849)	-	(1.084.849)
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**

(*) Referem-se aos ingressos referentes aos empréstimos das empresas Tupan, Hidropower, Pedra do Sal, Eólica Beberibe e Areia Branca, adquiridas pela TBLP, controlada integral da Companhia.

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	42,06	89.076	208.169	22,73
Euro (EUR)	40.456	101.436	29,42	40.279	130.429	14,24
		246.417	**71,48**		**338.598**	**36,97**
Moeda nacional						
CDI		-	-		433.011	47,28
TJLP		50.093	14,53		65.045	7,10
Não indexado		48.220	13,99		79.228	8,65
		98.313	**28,52**		**577.284**	**63,03**
		344.730	**100,00**		**915.882**	**100,00**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano (USD)	83.265	144.981	8,60	89.076	208.169	9,24
Euro (EUR)	40.456	101.436	6,01	40.279	130.429	5,79
		246.417	**14,61**		**338.598**	**15,03**
Moeda nacional						
CDI		-	-		488.866	21,71
TJLP		1.353.626	80,26		1.299.049	57,68
UMBNDES590 (*)		6.996	0,42		11.236	0,50
Não indexado		79.413	4,71		114.489	5,08
		1.440.035	**85,39**		**1.913.640**	**84,97**
		1.686.452	**100,00**		**2.252.238**	**100,00**

(*) Índice relativo à cesta de moedas calculado pelo BNDES.

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2009**	**2008**
Dólar Americano (USD)	(25,49)	31,94
Euro (EUR)	(22,57)	24,14
TJLP	6,12	6,25
CDI	9,84	12,35
UMBNDES590	(25,66)	33,86

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			**Consolidado**		
	Moeda estrangeira	**Moeda nacional**	**Total**	**Moeda estrangeira**	**Moeda nacional**	**Total**
2011	15.824	29.290	45.114	15.824	180.354	196.178
2012	11.710	14.965	26.675	11.710	163.751	175.461
2013	7.597	4.988	12.585	7.597	142.423	150.020
2014	3.673	-	3.673	3.673	117.050	120.723
2015	100.293	-	100.293	100.293	89.027	189.320
2016 a 2023	-	-	-	-	542.693	542.693
2024	88.436	-	88.436	88.436	2.275	90.711
	227.533	**49.243**	**276.776**	**227.533**	**1.237.573**	**1.465.106**

f) Condições Contratadas

		Condições de Pagamento		
	Encargos	Vencimento	Encargos	Principal
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04/2024	Semestrais, em Abril e Outubro	
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	*Euribor* + 2,75% a.a.	11/2015	Anual em Novembro	Parcela única em Nov/2015
Moeda nacional				
TBLE				
Eletrobrás	12% a.a.	04/2011	Mensais, até o vencimento	
BNDES	TJLP + 4% a.a. [a]	04/2013	Mensais, até o vencimento	
Banco do Brasil	8,14% a.a. [d]	12/2011	Mensais, até o vencimento	
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [a]	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) [b]	TJLP + 3,85% a.a. [a]	09/2013	Mensais, até o vencimento	
Lages				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. [a]	08/2012	Mensais, até o vencimento	
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [a]	10/2023	Mensais, até o vencimento	
Agentes financiadores (BNDES) [b]	TJLP + 3,25% a.a. [a]	10/2023	Mensais, até o vencimento	
PPESA				
BNDES	TJLP + 5% a.a. [a]	04/2015	Mensais, até o vencimento	
BNDES	UMBNDES + 5% + Taxa Variável. [c]	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Agentes Financiadores (BNDES) [b]	TJLP + 4,5% a.a. [a]	04/2015	Mensais, até o vencimento	
Tupan				
CEF	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12/2019	Mensais, até o vencimento	
Hidropower				
Banco do Brasil	8,08% a.a. [d]	10/2017	Mensais, até o vencimento	
Areia Branca				
BNDES	TJLP + 2,5% a.a. [a]	06/2024	Mensais, a partir de julho de 2010	
Beberibe				
BNDES	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	
Pedra do Sal				
BNDES	TJLP + 1,92% a.a. [a]	12/2023	Mensais, a partir de janeiro de 2010	

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.
[b] Os Agentes Financiadores do BNDES são Itaú Unibanco Holding S.A., Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.
[c] Taxa variável trimestral, reajustada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.
[d] Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 76.470, em 31.12.2009, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional
Eletrobrás: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures. Em conseqüência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28.03.2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do Itaú Unibanco *Holding* S.A., no valor de R$ 131.966, com validade até 15.10.2013.

g.2) Itasa
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.
BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc), com a interveniência da Companhia; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Industria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.5) Ponte de Pedra Energética S.A.
BNDES e Agentes Financiadores do BNDES: (a) penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

g.6) Tupan Energia Elétrica S.A.
Caixa Econômica Federal (CEF): (a) hipoteca de terreno e imóveis; (b) alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (d) recebíveis e conta reserva. A Companhia está em negociação para substituir as fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.7) Hidropower Energia S.A.

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (b) recebíveis e conta Reserva. A Companhia está negociando a substituição das fianças pessoais emitidas pelos antigos sócios, por uma Carta Fiança Corporativa da Tractebel Energia S.A.

g.8) Eólica Beberibe S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A.

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis e conta reserva.

g.9) Eólica Pedra do Sal S.A.

BNDES: (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) Recebíveis e Conta Reserva.

h) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***
TBLE	
BNDES	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%
PPESA	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
CESS	
BNDES e Agentes financiadores	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Lages	
BRDE	(Passivo circulante + passivo não circulante) / ativo total ≤ 66%
Itasa	
BNDES e Agentes financiadores	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%
Hidropower	
Banco do Brasil	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35
	(ii) Margem EBITDA (*) (EBITDA/ROL) ≥ 0,80
	(iii) EBITDA (*) / despesas financeiras ≥ 2,70
	(iv) Dívida financeira Total / EBITDA (*) ≤ 4,0
	(v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2
	(vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Tupan	
CEF	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 21%
	(ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
	(iii) Capital Social / ativo imobilizado ≥ 21%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido pelo Contrato.

As empresas Eólica Pedra do Sal S.A. e Eólica Beberibe S.A. terão os *covenants* exigidos a partir de 30.04.2010 e a Hidrelétrica Areia Branca S.A., a partir de 30.06.2010.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.

A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente e de cobertura do serviço da dívida. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder o aumento de capital em dinheiro, para cobrir tal insuficiência.

O passivo circulante da Hidropower encontra-se acima do nível requerido pelo contrato de financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida, porém a administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, já que sua controladora, Tractebel Energia, manifestou formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco e que, se necessário, irá capitalizar a Companhia dentro do prazo previsto caso a mesma seja notificada pelo Agente Financeiro. Até o presente momento não houve a referida notificação prevista no Contrato.

18 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2009			2008		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão (1ª Série)	-	139.817	139.817	9.141	140.000	149.141
1ª Emissão (2ª Série)	59.976	-	59.976	-	60.000	60.000
2ª Emissão (Série Única)	-	396.941	396.941	-	381.080	381.080
Cana Brava (Série Única)	13.124	38.842	51.966	11.917	51.904	63.821
3ª Emissão (Série Única)	-	601.617	601.617	-	-	-
4ª Emissão (Série Única)	-	399.996	399.996	-	-	-
Encargos	44.240	-	44.240	29.053	-	29.053
Total Controladora	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**50.111**	**632.984**	**683.095**
Itasa (1ª e 2ª Séries)	8.055	24.570	32.625	9.154	32.760	41.914
Encargos	1.012	-	1.012	1.326	-	1.326
Total Consolidado	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

Em março de 2009 a Companhia emitiu 60.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 600.000. A taxa de remuneração estabelecida no processo de *bookbuilding*, em 17.04.2009, foi de 117% do CDI. Os juros vencem semestralmente e o principal será amortizado em parcela única, em 01.04.2011.

A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 28.04.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta destinaram-se ao pagamento integral nesta mesma data da 4ª emissão das Notas Promissórias, emitidas em março de 2009, e de parte da dívida representada pelas Notas Promissórias da 3ª emissão, emitidas em maio de 2008 e vencidas em 15.05.2009.

Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão foram de R$ 5.242, os quais foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 556/08. Dessa forma a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil será de 118% do CDI.

Em dezembro de 2009 a Companhia emitiu 400 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, de séria única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000, perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 400.000. A taxa de remuneração foi de 110% do CDI. Os juros vencem semestralmente, nas datas de 05.05 e 05.11 dos anos de 2010 a 2015. A amortização das debêntures ocorrerá a partir do 24º mês após a data de emissão, inclusive, anualmente, na proporção de 1/5 do Valor Nominal Unitário, sendo a primeira amortização em 05.11.2011 e a última na data de vencimento, ou seja, em 05.11.2015.

A liquidação total da oferta ocorreu no dia 07.12.2009 e os recursos obtidos por meio da oferta serão destinados à aquisição futura da SUEZ Energia Renovável (SER), à redução de custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

Os custos das transações incorridos na captação de recursos através dessa emissão, cujos valores atingiram R$ 3.479, foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido. Assim sendo, a taxa de juros efetiva das debêntures para fins de apropriação da despesa de juros contábil passou a ser de 111% do CDI.

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação da CEM	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Transferências	29.272	(29.272)	-	37.462	(37.462)	-
Encargos gerados	55.266	114	55.380	61.453	139	61.592
Variações monetárias	(1.843)	38.148	36.305	2.879	38.148	41.027
Amortizações	(78.572)	-	(78.572)	(97.763)	-	(97.763)
Saldo em 31.12.2008	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**
Ingressos	-	1.000.325	1.000.325	-	1.000.325	1.000.325
Transferências	73.120	(73.120)	-	81.310	(81.310)	-
Encargos gerados	102.299	1.745	104.044	105.930	1.745	107.675
Variações monetárias	(2.643)	16.775	14.132	(3.322)	16.775	13.453
Amortizações	(105.488)	-	(105.488)	(118.043)	-	(118.043)
Outros	(59)	(1.496)	(1.555)	(59)	(1.496)	(1.555)
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**

c) Condições contratadas

		Condições de Pagamento			
	Quantidade em circulação	**Remuneração**	**Juros/atualização monetária**	**Principal**	**Garantia**
TBLE					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
3ª Emissão Série Única	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão Série Única	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.11, 05.11.12, 05.11.13, 05.11.14 e 05.11.15	Sem garantia
Cana Brava Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
Itasa 1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Indexador	**2009**	**2008**
TJLP	6,12	6,25
IGP-M	(1,71)	9,81
CDI	9,84	12,35
IPCA	3,93	5,89

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	**Consolidado**
2011	835.192	843.382
2012	228.008	236.198
2013	220.974	229.164
2014	212.700	212.700
2015	80.339	80.339
	1.577.213	**1.601.783**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes *convenants* estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	***Covenants***
TBLE	
1ª série, 2ª série e 2ª, 3ª e 4ª emissão (série única)	EBITDA(*) /Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0
	Dívida Consolidada/EBITDA(*) ≤ 2,5
Cana Brava (série única)	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 30%
Itasa	
1ª e 2ª série	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 40%

(*) EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido no Contrato.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

19 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		**Consolidado**	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Circulante				
Imposto de renda	272.187	259.647	274.642	262.753
Contribuição social	80.189	77.520	81.090	79.496
ICMS	6.823	15.567	30.090	33.456
PIS e Cofins	17.003	12.732	19.486	15.796
INSS	3.682	2.086	4.174	2.499
Outros	1.532	2.996	2.134	10.108
	381.416	**370.548**	**411.616**	**404.108**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

20 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora			
	2009			2008
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Provisões de férias e encargos	13.030	-	13.030	12.594
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	23.424	-	23.424	21.552
Programa de Desligamento Voluntário	3.703	3.561	7.264	6.367
Outras	551	986	1.537	1.694
	40.708	**4.547**	**45.255**	**42.207**

Consolidado

O balanço patrimonial consolidado de 2009 inclui o valor de R$ 525 (R$ 1.200 em 2008), referente a provisões trabalhistas reconhecidas no passivo circulante das controladas Itasa, CESS, PPESA e controladas da TBLP.

21 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
FNDCT	826	12.640	975	13.907
MME	413	6.320	559	6.953
Projetos	41.822	36.077	46.578	39.410
	43.061	**55.037**	**48.112**	**60.270**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Do saldo consolidado de R$ 46.578 pendentes de aplicação em 31.12.2009, R$ 27.023 encontram-se comprometidos com projetos de pesquisa em andamento e o restante do valor ainda não possui projetos vinculados junto à Aneel.

Ressalta-se que o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

22 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, algumas das quais, na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2009			2008		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	2.763	(439)	2.324	5.057	(11)	5.046
	65.806	**(1.736)**	**64.070**	**44.880**	**(1.283)**	**43.597**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	109.430	**(25.833)**	**83.597**	**110.789**	**(29.137)**	**81.652**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.580			10.140
Não circulante			71.017			71.512
			83.597			**81.652**

	Consolidado					
	2009			2008		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição social	107	-	107	15.152	(3.914)	11.238
INSS	27.461	(16.810)	10.651	29.358	(13.022)	16.336
	27.568	**(16.810)**	**10.758**	**44.510**	**(16.936)**	**27.574**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	22.179	-	22.179	18.931	-	18.931
Benefício de aposentadoria	23.895	-	23.895	5.122	-	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	13.146	(1.297)	11.849	12.298	(1.272)	11.026
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)	26.239	(23.049)	3.190	16.940	(16.771)	169
Ambientais	3.823	-	3.823	3.472	-	3.472
Ações diversas	7.189	(439)	6.750	10.267	(1.030)	9.237
	96.471	**(24.785)**	**71.686**	**67.030**	**(19.073)**	**47.957**
Trabalhistas	**16.056**	**(7.287)**	**8.769**	**21.399**	**(10.918)**	**10.481**
	140.095	**(48.882)**	**91.213**	**132.939**	**(46.927)**	**86.012**
Classificação no Balanço						
Circulante			12.677			10.262
Não circulante			78.536			75.750
			91.213			**86.012**

Contingências tributárias

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em 31.12.2008, R$ 15.054 referiam-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), em decorrência da Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL somente tem amparo legal a partir de 01.01.1992.

A autuação referente ao exercício de 1996 foi julgada desfavoravelmente à Companhia, pelo Conselho de Contribuintes, com a respectiva baixa pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em 26.01.2009. Conseqüentemente, a provisão, no valor de R$ 8.243 bem como os depósitos vinculados ao processo foram baixados em 2009.

Em relação à autuação do exercício de 1997, em 03.02.2009 a Câmara Superior de Recursos Fiscais declarou inexigível o crédito tributário, cancelando de forma definitiva o seu lançamento, em virtude da decadência do direito de constituição do crédito tributário pela RFB. Desta forma, a provisão no valor de R$ 6.959 foi revertida em 2009 e o respectivo depósito será resgatado após liberação da Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

As principais contingências relativas ao INSS são as seguintes:

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. Em julho de 2009 a Receita Federal do Brasil emitiu Ofício informando que parte do valor da notificação estava prescrito, motivo pelo qual a provisão de R$ 4.721 foi revertida. O saldo remanescente em 31.12.2009 é de R$ 15.039 (R$ 18.111 em 31.12.2008).

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2009 é de R$ 9.168 (R$ 8.308 em 31.12.2008).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da Cien, desde 23.04.2007. Em 16.06.2009 foi determinada a intimação da Aneel com a finalidade de se conhecer o interesse de participação dessa agência reguladora no referido processo. Em 25.08.2009 a Justiça Federal, após ouvir a Aneel, decidiu pela não obrigação da participação dessa na ação e devolveu o processo à Justiça Estadual, onde se encontra concluso para julgamento. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 16.279 (R$ 15.045 em 31.12.2008).

Benefício de aposentadoria

Refere-se à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual requerem os participantes da Elos a declaração de nulidade da limitação ao salário de contribuição ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções feitas pelos autores que limitavam o salário de sua contribuição. A Companhia figura como assistente das rés, em razão da cisão parcial da Eletrosul, com a criação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), denominação anterior da Tractebel Energia. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em Acórdão que aguarda julgamento de embargos, é contrária aos interesses da Elos e Eletrosul. Em decorrência de aspectos antes não considerados e da intenção da administração da Companhia de manter negociação com os autores da ação, foi constituída, no ano de 2009, uma contingência adicional de R$ 16.740. O valor provisionado em 31.12.2009 é de R$ 23.895 (R$ 5.122 em 31.12.2008).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust)

Refere-se à ação ajuizada pela PPESA, controlada integral da Energia América do Sul Ltda, visando reduzir o valor a recolher da Tust ao montante equivalente ao cobrado da UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a PPESA passou a recolher a Tust de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a PPESA substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária. A fim de reduzir o custo da fiança contratada, a Companhia vinculou ativos financeiros à referida fiança, os quais estão sendo apresentados em conta retificadora desta provisão.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 3.823 (R$ 3.472 em 31.12.2008) relativo a quatro processos ambientais, cujos objetos versam principalmente sobre o reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) e danos causados pela construção da UHE Cana Brava. As ações estão seguindo seus trâmites normais.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	2.576	7.110	9.686
Atualizações	4.850	6.785	3.016	14.651
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.161)	(1.100)	(14.530)
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**
Adições	181	17.358	2.453	19.992
Atualizações	3.224	4.921	1.976	10.121
Pagamentos	(4.978)	(231)	(4.314)	(9.523)
Reversões	(15.369)	(1.122)	(5.458)	(21.949)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	7.232	7.110	14.342
Adição relativas a PPESA	-	13.803	-	13.803
Atualizações	4.850	7.914	3.016	15.780
Pagamentos	-	(1.123)	(7.645)	(8.768)
Reversões	(269)	(13.490)	(1.100)	(14.859)
Saldo em 31.12.2008	**44.510**	**67.030**	**21.399**	**132.939**
Adições	181	24.546	2.453	27.180
Atualizações	3.224	7.304	1.976	12.504
Pagamentos	(4.978)	(1.247)	(4.314)	(10.539)
Reversões	(15.369)	(1.162)	(5.458)	(21.989)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.060	169.834	593.894	(161.298)	432.596	233.687
Cíveis	23.200	9.785	32.985	(4.838)	28.147	33.038
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	456.204	**195.240**	**651.444**	**(167.649)**	**483.795**	**288.963**

	Consolidado					
	2009					2008
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	424.164	169.834	593.998	(161.402)	432.596	233.687
Cíveis	38.670	9.793	48.463	(5.512)	42.951	47.762
Trabalhistas	8.944	15.621	24.565	(1.513)	23.052	22.238
	471.778	**195.248**	**667.026**	**(168.427)**	**498.599**	**303.687**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são exigidos para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias de risco possível

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e Cofins

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em consequência, a Companhia recolheu o PIS e a Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 44.640, atualizado até 31.12.2009. No período de junho de 2005 a outubro de 2006 depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 140.504, atualizado até 31.12.2009.

Em virtude de previsão de decisão favorável do TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em novembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas n.ºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que diz respeito à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.

Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), os valores do PIS e da Cofins relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005.

A contingência atualizada, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 345.911, R$ 205.407, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados (R$ 163.556, em 31.12.2008).

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
As principais autuações avaliadas como possível decorre de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 43.761 (R$ 39.654 em 31.12.2008).

Compensação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
Em 2009, a Companhia recebeu despachos decisórios não homologatórios de PER/DCOMP, por ter utilizado valores de imposto de renda e contribuição social indevidos ou pagos a maior, apurados por estimativa mensal, para compensar os mesmos tributos devidos nos próprio período de apuração. Segundo o entendimento da RFB, o recolhimento indevido ou a maior somente poderia ser utilizado na compensação do IRPJ ou CSLL devidos a partir do exercício seguinte ao de apuração.

Uma vez que os excessos de estimativas mensais já estavam em poder da União Federal a partir do momento em que foi efetivado o recolhimento, a Companhia entende que tem faculdade de utilizar o excesso de pagamento por estimativa para fins de compensação dentro do próprio período de apuração. O valor da contingência atualizada em 31.12.2009, na controladora e no consolidado, é de R$ 1.457.

INSS
As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

» Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2009, é de R$ 3.910 (R$ 3.186 em 31.12.2008).

» Notificações fiscais decorrentes da aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Eletrosul para a Tractebel Energia, em questionamentos relativos à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da Eletrosul, e consequente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), atualmente Tractebel Energia. Em 2008, o Conselho de Contribuintes reconheceu a decadência das contribuições para determinados autos, tendo a Companhia efetuado a baixa dos respectivos processos. Outros autos com o mesmo objeto ainda estão pendentes de julgamento por parte deste Conselho. Em 31.12.2009, o valor atualizado da notificação é de R$ 1.437 (R$ 1.627 em 31.12.2008).

Contingência tributária de risco remoto

Recuperação de PIS e Cofins
Em 1998, foi publicada a Lei nº 9.718 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração 02/1999 a 11/2002, para o PIS, e 02/1999 a 01/2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)".

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982, já incluídos os juros e multas, referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período acima mencionado. O valor total da notificação atualizado em 31.12.2009 é de R$ 141.612.

Ocorre que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da RFB não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "subvenção CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica, não era compatível com a natureza jurídica de receita. Desta forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade da intimação na esfera administrativa e, se necessário fará, na esfera judicial. Mesmo que a "subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da CCC/CDE era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Esta alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração de que o risco de perda no processo é remoto.

Contingências cíveis
As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

A PPESA é parte em auto de infração na esfera administrativa, lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), no valor de R$ 11.944, em 31.12.2009 (R$ 10.800 em 31.12.2008), referente a supostos danos ambientais causados pela Empresa quando do enchimento do reservatório da Usina. A PPESA apresentou defesa administrativa que se encontra em grau de recurso administrativo perante o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Contingências trabalhistas
As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

23 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
UHE Cana Brava	309.289	287.655	309.289	287.655
UHE Ponte de Pedra	-	-	289.335	271.371
UHE São Salvador	-	-	358.850	-
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**
Classificação no Balanço				
Circulante	1.857	1.873	37.419	2.343
Não circulante	307.432	285.782	920.055	556.683
	309.289	**287.655**	**957.474**	**559.026**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida com os passivos circulante e não circulante.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a. para a UHE Cana Brava e UHE São Salvador, prevista nos respectivos Editais de Concorrência para a licitação das referidas concessões, e de 8,28% a.a. para a UHE Ponte de Pedra, taxa de mercado na data da aquisição da empresa.

Até a entrada em operação comercial das Usinas a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

A concessão onerosa da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHE São Salvador), pertencente a controlada CESS, foi reconhecida no segundo trimestre de 2009. Pela concessão a Companhia pagará à União, por intermédio da Aneel, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. O início do pagamento ocorreu em 15.09.2009 após a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador.

A Companhia tem a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, Ponte de Pedra e São Salvador, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do IGP-M (UHE Cana Brava e UHE Ponte de Pedra) e do IPCA (UHE São Salvador).

Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2009, são os seguintes:

UHE Cana Brava	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.01.2010 a 31.07.2023	680	9.237	1.857	25.219
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	167.311	1.673.105
		622.037		**1.698.324**

UHE Ponte de Pedra	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.01.2010 a 30.09.2019	200	1.950	483	4.712
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	39.148	39.148
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	75.176	1.052.468
		453.681		**1.096.328**

UHE São Salvador	Valor histórico		Valor atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.01.2010 a 30.04.2037	19.820	**543.393**	37.081	**1.016.491**

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**-**	**-**	**-**	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Aquisição da PPESA	-	-	-	462	241.277	241.739
Incorporação da CEM	1.670	244.614	246.284	-	-	-
Transferências	1.617	(1.617)	-	2.153	(2.153)	-
Encargos gerados	-	20.305	20.305	-	37.854	37.854
Variações monetárias	-	22.480	22.480	-	45.517	45.517
Amortizações	(1.414)	-	(1.414)	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31.12.2008	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**
Transferências	1.848	(1.848)	-	11.633	(11.633)	-
Concessão da CESS	-	-	-	38.082	314.015	352.097
Encargos gerados	-	28.258	28.258	-	64.728	64.728
Variações monetárias	-	(4.760)	(4.760)	-	(3.738)	(3.738)
Amortizações	(1.864)	-	(1.864)	(14.639)	-	(14.639)
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2011	1.857	34.317
2012	1.857	31.365
2013	1.857	28.688
2014	1.857	26.254
2015	1.857	24.041
Após 2016	298.147	775.390
	307.432	**920.055**

24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar (PREVIG) mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF SUEZ.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), patrocinado pela Companhia e pela Eletrosul sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a Elos e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela Elos sob a responsabilidade da Companhia, que paga 51,34% do valor das despesas administrativas da Elos (a parcela restante, de 48,66%, é custeada pelo Plano de Benefícios da Eletrosul). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da Elos vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no ano de 2009, foi de R$ 1.938 (R$ 1.770 em 2008).

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a Elos, Eletrosul, PREVIG e Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão com a Elos, permitindo aos participantes optarem em permanecer na Elos ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2009 foi de R$ 1.374 (R$ 1.273 em 2008).

As premissas atuariais e hipóteses utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	**2009**	**2008**
Taxa de desconto (a.a.)	10,50%	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,34%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	4,50%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	4,50 %	5,00%
Inflação	4,50%	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%

Hipóteses	**2009 e 2008**
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2009 e 2008
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%
Fator de conversão do SB-40	140%

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2009			2008		
	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.183.628	-	1.183.628	1.307.226	-	1.307.226
Valor justo dos ativos	(869.149)	-	(869.149)	(808.818)	-	(808.818)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.795	1.795	-	1.737	1.737
Subtotal	314.479	1.795	316.274	498.408	1.737	500.145
Valor líquido dos ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas no balanço	69.482	(1.326)	68.156	(155.690)	(1.013)	(156.703)
Passivo reconhecido no balanço	**383.961**	**469**	**384.430**	**342.718**	**724**	**343.442**
Classificação no balanço						
Circulante			25.478			21.642
Não circulante			358.952			321.800
			384.430			**343.442**

O valor das perdas atuariais excedentes a 10% do valor presente das obrigações atuariais, no montante de R$ 3.144, não reconhecido no passivo atuarial, será registrado no resultado, de forma linear, pelo período de aproximadamente 8,41 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano. O valor da referida perda a ser reconhecida no resultado de 2010 será de R$ 374.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2009			2008
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	19.722	100.289	120.011	130.617
Passivo atuarial não contratado				
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições correntes	2.133	3.124	5.257	4.138
Déficit atuarial e gratificação de confidencialidade	3.623	255.539	259.162	208.687
Passivo atuarial registrado	**25.478**	**358.952**	**384.430**	**343.442**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	Elos	PREVIG	Total
2011	15.855	1.919	17.774
2012	13.129	1.955	15.084
2013	13.937	2.072	16.009
2014	14.794	1.682	16.476
2015	1.593	1.518	3.111
2016 à 2029	18.257	13.578	31.835
	77.565	**22.724**	**100.289**

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do exercício de 2008	45.120	230	45.350
Contribuições	(30.166)	-	(30.166)
Benefícios pagos	-	(525)	(525)
Passivo em 31.12.2008	**342.718**	**724**	**343.442**
Despesas do exercício de 2009	71.983	276	72.259
Contribuições	(30.740)	-	(30.740)
Benefícios pagos	-	(531)	(531)
Passivo em 31.12.2009	**383.961**	**469**	**384.430**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de janeiro a dezembro de 2010, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	208	55	263
Custo dos juros	119.478	155	119.633
Rendimento esperado dos ativos do plano	(95.010)	-	(95.010)
Amortização das perdas atuariais	276	98	374
Contribuição dos empregados	(138)	-	(138)
	24.814	**308**	**25.122**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela SPC.

No plano de Contribuição Definida, o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

b) Gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

25 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Na controladora refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos de R$ 36.535, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da Aneel, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. No consolidado, em 31.12.2009, inclui um montante adicional de R$ 10.611 relativo, substancialmente, a imposto diferido sobre a diferença entre a base fiscal e contábil da controlada PPESA.

26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital Social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

O Capital Social da Companhia, em 31.12.2009, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31.12.2009, é de R$ 5,64 (R$ 4,86 por ação em 31.12.2008).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2009**	**2008**
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	2,45	2,13
Outros	18,84	19,16
	100,00	**100,00**

A quantidade de ações da Companhia em circulação está demonstrada no quadro abaixo:

	Total de ações da Companhia	Total de ações detidas pelo Controlador e Administradores	Total de ações em circulação
Saldo em 31.12.2008	**652.742.192**	**448.808.713**	**203.933.479**
Resgate de aluguel de ações de Administradores	-	69.050	(69.050)
Aquisição de novas ações por Administradores	-	10.000	(10.000)
Saldo em 31.12.2009	**652.742.192**	**448.887.763**	**203.854.429**

c) Composição das reservas

	2009	2008
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	361.974	305.254
Reserva de retenção de lucros	781.832	328.073
	1.143.806	**633.327**

c.1) Reserva de Capital
Refere-se à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Essa reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao Capital Social.

c.2) Reserva legal
Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. A referida reserva somente pode ser integralizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital Social.

c.3) Reserva de retenção de lucros
A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 453.759, sem prejuízo à distribuição de dividendos, para serem investidos, principalmente, na aquisição da Usina Hidrelétrica Estreito, nas obras nas Usinas Destilaria Andrade, Areia Branca, São Salvador e Estreito e na manutenção do parque gerador da Companhia.

27 – DIVIDENDOS

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.08.2009, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2009, no valor de R$ 348.006, correspondentes a R$ 0,5331449226 por ação, os quais foram pagos em 26.08.2009.

Em 05.11.2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 194.000, correspondentes a R$ 0,2972076915 por ação, com base na posição acionária de 17.11.2009 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2009.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

	2009	2008
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.134.398	1.115.153
Constituição da reserva legal (5%)	(56.720)	(55.758)
Base de cálculo	1.077.678	1.059.395
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**323.303**	**317.819**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	166.019	151.402
Dividendos intercalares	348.006	580.299
Dividendos adicionais propostos	81.913	-
Subtotal	595.938	731.701
IRRF dos juros sobre o capital próprio	27.981	24.598
Total	**623.919**	**756.299**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	0,9558426155	1,1586484519

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 81.913, correspondem a R$ 0,1254900014 por ação, serão pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

A destinação do lucro líquido do exercício, no montante total de R$ 623.919, equivalente a 55% do lucro líquido do exercício, foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

28 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	105.457	7.514	9.117	45.642	167.730	157.518
Administradores	-	-	-	12.059	12.059	10.513
Material	18.978	241	28	2.206	21.453	21.042
Serviço de terceiro	52.932	1.882	1.034	41.572	97.420	98.153
Combustível p/ produção de energia	32.547	-	-	-	32.547	92.456
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	77.276	-	-	-	77.276	80.442
Depreciação e amortização	211.046	-	-	6.120	217.166	208.375
Seguros	7.460	429	-	413	8.302	7.906
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.654	8.654	7.783
Contribuições e doações	637	109	-	9.635	10.381	9.448
Contribuições setoriais	-	-	2.438	202	2.640	2.514
Aluguéis	4.594	72	204	5.366	10.236	11.586
Outros	1.544	(133)	(256)	18.132	19.287	19.248
	512.471	**10.114**	**12.565**	**150.001**	**685.151**	**726.984**

	Consolidado					
	2009					2008
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	106.607	7.514	9.117	46.818	170.056	161.331
Administradores	-	-	-	12.636	12.636	11.336
Material	20.799	241	28	2.232	23.300	22.733
Serviço de terceiro	70.547	1.882	1.236	45.557	119.222	111.217
Combustível p/ produção de energia	37.582	-	-	-	37.582	103.968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	91.900	-	-	-	91.900	93.551
Depreciação e amortização	328.764	-	-	11.148	339.912	266.383
Seguros	8.911	429	-	414	9.754	9.159
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.892	9.892	8.778
Contribuições e doações	759	109	-	9.835	10.703	12.656
Contribuições setoriais	-	-	3.439	364	3.803	3.439
Aluguéis	5.842	72	238	5.534	11.686	11.961
Outros	2.435	(133)	773	18.466	21.541	22.359
	674.146	**10.114**	**14.831**	**162.896**	**861.987**	**838.871**

29 – CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Benefícios pós-emprego	18.524	(1.876)	18.524	(1.876)
Contingências cíveis	20.926	(4.924)	29.027	(1.017)
Contingências tributárias	(11.938)	4.605	(11.938)	4.605
Contingências trabalhistas	(5.343)	1.382	(5.343)	1.382
Outras	27	-	624	-
	22.196	**(813)**	**30.894**	**3.094**

30 – RECUPERAÇÃO DE PIS e COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa principalmente à recuperação de PIS e Cofins pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

31 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	38.057	65.315	53.587	76.839
Juros sobre valores a receber	9.285	9.964	10.646	10.731
Variação monetária sobre depósitos judiciais	15.180	19.081	15.190	19.518
Variação monetária sobre contas a receber e outras	(948)	7.802	(945)	7.823
Outras	8.194	7.933	8.405	8.225
	69.768	**110.095**	**86.883**	**123.136**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	163.962	128.471	243.760	178.010
Remuneração de garantias depositadas (STN)	9.794	(8.839)	9.794	(8.839)
Encargos sobre concessões a pagar	28.258	20.305	64.728	37.854
Encargos sobre passivo atuarial	47.797	43.341	47.797	43.341
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	6.279	2.623	6.588	3.254
Variação monetária sobre dívidas	14.132	36.305	13.454	41.027
Variação monetária sobre concessões a pagar	(4.760)	22.480	(3.738)	45.517
Variação monetária outras	4.364	10.096	4.372	10.909
Variação cambial sobre dívidas	(77.682)	80.243	(77.682)	80.243
Outras	13.454	10.428	17.599	12.496
	205.598	**345.453**	**326.672**	**443.812**
Despesas financeiras, líquidas	**135.830**	**235.358**	**239.789**	**320.676**

32 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

a.1.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 60% dos recursos em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e no máximo 40% dos recursos em Títulos Privados (aquisições de CDBs - Certificado de Depósitos Bancários de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresa de Leasing controladas por bancos elegíveis), considerando o consolidado dos valores aplicados por cada empresa. A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão e possuir *Rating* no mínimo equivalente a br A-.

a.1.2) Exposição ao risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 246.417, em 31.12.2009, corresponde a 5,5% da dívida da Companhia, dos quais 3,2% ao dólar e 2,3% ao euro, sendo que os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2009 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 17.

a.1.3) Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice, líquida das garantias depositadas, e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.409.830	43,73
CDI	1.086.705	33,71
IPCA	414.584	12,86
IGP-M	181.376	5,63
Libor Dólar	22.805	0,71
Euribor	101.436	3,15
UMBNDES	6.996	0,21
	3.223.732	**100,00**

a.2) Risco de crédito
Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

a.3) Riscos hidrológicos
De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 80% da Capacidade Instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.124 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

a.4) Riscos ambientais
As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como conseqüência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. Os Riscos Ambientais são mitigados pela Companhia através de sua Política de Meio Ambiente focada no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

b) Valor de mercado
Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	98.313	99.078	577.284	579.271
Debêntures	1.694.553	1.624.791	683.095	572.924
	2.039.283	**1.973.965**	**1.598.977**	**1.510.474**

	Consolidado			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	1.440.035	1.443.770	1.913.640	1.921.091
Debêntures	1.728.190	1.658.428	726.335	616.164
	3.414.642	**3.352.294**	**2.978.573**	**2.895.534**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Em decorrência do histórico de volatilidade do Real diante das moedas estrangeiras, segue demonstrada uma análise de sensibilidade da dívida em moeda externa da Companhia, considerando um cenário básico projetado para 31.12.2010 e outros dois levando-se em conta uma desvalorização do Real de 25% e 50% em relação ao cenário base. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2010 seriam os seguintes:

	Valor contábil	Cenário base	Cenário I *Variação de 25%*	Cenário II *Variação de 50%*
STN	144.981	24.047	66.304	108.561
BNP Paribas	101.436	13.863	42.688	71.512
	246.417	**37.910**	**108.992**	**180.073**

33 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itasa
Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios e de 61 MW médios de energia de propriedade da Itasa na UHE Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustados anualmente pelo IGP-M e pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana, respectivamente. O saldo devedor dos contratos em 31.12.2009 é de R$ 2.265.465 e R$ 503.968, respectivamente.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M, sendo que o saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 209.786.

Lages
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017. O saldo devedor, aproximado, em 31.12.2009 é de R$ 34.560.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. A remuneração prevista no Contrato corresponde a R$ 180 por ano, reajustada anualmente pelo INPC.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Cogeração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.
O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.
O saldo remanescente do contrato, em 31.12.2009, é de R$ 3.915.

TBLC
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor anual pago pela TBLC é de R$ 360, reajustado anualmente pela variação do INPC.

Contratos de Compra e Venda de Energia com o objetivo de fornecer energia para que a TBLC cumpra com os seus contratos de venda de energia, com as seguintes características:

a) 150 MW médios mensais com vigência entre 01.03.2008 e 01.03.2015, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é de R$ 518.404

b) 190 MW médios mensais com vigência entre 01.01.2009 e 31.12.2016, cujo saldo devedor em 31.12.2009 é deR$ 782.781

CESS
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. A CESS paga anualmente o valor de R$ 192 e o reajuste é anual pela variação do INPC.

Contrato de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), com término na data-fim do financiamento (15.10.2023), através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M e o saldo devedor, em 31.12.2009 é de R$ 51.305.

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)
Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembleia convocada para este fim, conforme ocorreu nas AGE's do dia 08.04.2008 e de 14.04.2009. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000,00 Euros, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. Em 31.12.2009 havia saldo residual correspondente a R$ 1.901.

Controladas da Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.
A Companhia firmou contratos com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira das seguintes controladas indiretas, pertencentes a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.: Hidrelétrica Areia Branca S.A., Hidropower Energia S.A., Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A., Tupan Energia Elétrica S.A. e Ibitiúva Bioenergética S.A. O valor anual do conjunto de empresas é R$ 672, reajustado anualmente pela variação do INPC.

PPESA (Controlada indireta)
A Companhia firmou contrato com vigência por prazo indeterminado que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada indireta. O valor anual é de R$ 192 e é reajustado anualmente pela variação do INPC.

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)
A Companhia possui saldo a pagar referente aos juros sobre o capital próprio deliberados na RCA do dia 07.11.2009 e, de outros pequenos valores referentes a prestação de serviços entre as empresas, no montante de R$ 57.
Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Ativo				Passivo				
2009	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e JSCP [c]	Outros	Total
ITASA	2.315	5.790	-	8.105	6.296	-	-	11	6.307
LAGES	750	4.929	-	5.679	-	-	-	-	-
TBLC	66.319	-	-	66.319	-	-	-	-	-
PPESA	126	-	-	126	-	-	-	-	-
CESS	137	-	-	137	-	-	-	-	-
IBITIÚVA	22	-	35.654	35.676	-	-	-	-	-
AREIA BRANCA	284	-	-	284	-	-	-	-	-
SUEZ TRACTEBEL [a]	4	-	-	4	-	-	-	790	790
LEME [b]	-	-	-	-	125	-	-	-	125
GSELA	57	-	-	57	-	-	169.590	-	169.590
OUTRAS	113	-	-	113	-	-	-	117	117
TOTAL	70.127	10.719	35.654	116.500	6.421	-	169.590	918	176.929
2008	102.517	9.000	9.966(*)	121.483	11.535	194.356 [d]	102.793	661	309.345

(*) Refere-se a mútuo com a controlada CESS, composto por R$ 3.666 apresentado no ativo circulante na rubrica "outros" e R$ 6.300 no realizável a longo prazo em conta específica.

[a] SUEZ Tractebel S.A.
[b] Leme Engenharia Ltda.
[c] Juros sobre o capital próprio.
[d] Valor referente a aquisição das empresas da Econergy pela TBLP em 2008.

	Resultado								
	Receita Operacional				Custo de Energia Elétrica		Despesas		
		Receita de Serviços							
2009	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Administração	Total	Compra energia	Combustíveis	Gerais e Administrativas	Total	Resultado de participações societárias
ITASA	-	11.164	-	11.164	125.421	-	-	125.421	24.380
LAGES	4.539	1.675	158	6.372	-	-	-	-	16.831
TBLC	534.570	-	225	534.795	-	10.474	-	10.474	40.278
EAS	-	-	-	-	-	-	-	-	14.655
CESS	51.278	-	304	51.582	-	-	-	-	18.610
DELTA	-	-	-	-	-	-	-	-	(475)
PPESA	-	-	113	113	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.725)
SUEZ TRACTEBEL	-	-	-	-	-	-	5.821	5.821	-
IBITIÚVA	-	-	140	140	-	-	-	-	-
OUTRAS	-	-	250	250	-	-	-	-	(1)
TOTAL	**590.387**	**12.839**	**1.190**	**604.416**	**125.421**	**10.474**	**5.821**	**141.716**	**104.553**
2008	**413.177**	**12.882**	**685**	**426.744**	**166.379**	**10.654**	**5.389**	**182.422**	**54.698**

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Honorários e benefícios de curto prazo	6.751	5.911	7.233	6.595
Encargos sociais	1.920	1.731	2.015	1.870
Bônus dos Administradores e encargos	2.718	2.284	2.718	2.284
Benefícios pós-emprego	670	587	670	587
	12.059	**10.513**	**12.636**	**11.336**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

34 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itasa
A Companhia e demais acionistas da Itasa são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da Itasa, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 135.989 (R$ 172.731 em 31.12.2008).

Lages
A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages e o BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no Capital Social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2009 totaliza R$ 18.290 (R$ 25.117 em 31.12.2008).

CESS
A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 670.994 (R$ 612.678 em 31.12.2008).

PPESA
A Energia América do Sul Ltda., controlada integral da Companhia e controladora da PPESA, é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Ponte de Pedra. A interveniente concedeu em caução, a totalidade das ações de emissão da PPESA, de sua propriedade e os direitos emergentes da concessão e do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2009 é de R$ 225.180 (R$ 270.043 em 31.12.2008).

Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca
Em 2009 a Companhia passou a ser interveniente nos contratos firmados entre essas controladas indiretas e o BNDES, vinculados, respectivamente, às Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e a construção da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca. A interveniente cedeu, em caução, a totalidade das ações de emissão da Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca, de propriedade da sua controlada integral Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida dessas empresas em 31.12.2009 era de R$ 103.430, R$ 71.542 e R$ 63.860, respectivamente.

Tupan e Hidropower
A companhia está negociando com os agentes financeiros dessas empresas, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente, as trocas das garantias e após a conclusão desse processo passará a ser a interveniente dos contratos de financiamento dessas controladas indiretas.

35 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 4.867.212, equivalentes a R$ 8.474.789, em 31.12.2009, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 140.761, equivalentes a R$ 245.093, em 31.12.2009, e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 166.167, equivalentes a R$ 289.330, em 31.12.2009. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 435.300, em 31.12.2009, por evento.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 87.060, em 31.12.2009. Estas apólices incluem a UHE Itá, explorada em consórcio com a controlada em conjunto Itasa, Unidade de Co-geração Lages, UHE Ponte de Pedra, UHE São Salvador, PCH's Rondonópolis (Tupan), José Gelazio da Rocha (Hidropower) e Areia Branca, Eólicas Pedra do Sal e Beberibe.

Os seguros contratados relativos às controladas, em 31.12.2009, têm as seguintes principais características:

Lages: seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 40.032, equivalentes a R$ 69.704, em 31.12.2009.

CESS: seguro de riscos operacionais com limite máximo de indenização de US$ 231.575 equivalentes a R$ 403.218, em 31.12.2009.

Ponte de Pedra: seguros de riscos operacionais com cobertura de US$ 193.600, equivalentes a R$ 337.096, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 13.242, equivalentes a R$ 23.057, em 31.12.2009.

Tupan e Hidropower: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.074, equivalentes a R$ 41.918, em 31.12.2009, para cada uma das empresas e lucro cessante de longo prazo para a Tupan com valor declarado de US$ 850, equivalentes a R$ 1.480, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo para a Hidropower com valor declarado de US$ 792, equivalentes a R$ 1.379, em 31.12.2009.

Pedra do Sal: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 24.882, equivalentes a R$ 43.324, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.878, equivalentes a R$ 11.976, em 31.12.2009.

Beberibe: seguros de riscos operacionais com valor para danos materiais de US$ 49.565, equivalentes a R$ 86.302, em 31.12.2009 e lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 6.763, equivalentes a R$ 11.776, em 31.12.2009.

Ibitiúva: seguros de riscos de engenharia com limite máximo de indenização de R$ 100.576 e de responsabilidade civil com cobertura de R$ 1.000.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

36 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a Eletrosul e com a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

Em relação às empresas adquiridas recentemente, os Contratos de Uso de Conexão são os seguintes:

» Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
» Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos de conexão é de R$ 237.124.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia e suas controladas Ponte de Pedra Energética S.A. e Companhia Energética São Salvador mantém contratos com o ONS, e para usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos Contratos de Uso da Distribuição, conforme abaixo mencionado:

» UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).
» UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul).
» UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).
» Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).
» Beberibe: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
» Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 6.104.882.

c) Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios (*)				
Ano	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2010	3.365	680	4.045	3.907	96,59%
2011	3.504	352	3.856	3.593	93,18%
2012	3.617	306	3.923	3.630	92,53%
2013	3.617	278	3.895	3.470	89,09%
2014	3.617	253	3.870	2.990	77,26%
2015	3.617	200	3.817	2.760	72,31%

(*) As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2009, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.272.501	58,47	1.763.889	46,50
Consumidores livres	878.846	22,62	1.059.455	27,93
Comercializadoras	555.841	14,30	619.192	16,32
CCEE	65.075	1,67	295.971	7,80
Exportação de energia	60.661	1,56	34.395	0,91
Outras	53.395	1,38	20.421	0,54
	3.886.319	**100,00**	**3.793.323**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2009 participavam em percentual superior a 5% na receita operacional bruta da Companhia são os seguintes: Celesc, Rio Grande Energia S.A. (RGE), Cemig Distribuição S.A., CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina
Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Cien firmaram o Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer a Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.

Conforme os termos acordados, a potência firme e energia associada objeto do contrato seriam provenientes da Argentina e disponibilizadas pela Cien através das instalações de interconexão de energia, construídas e operadas pela mesma, interligando os dois países através da estação conversora de frequência de Garabi.

Em março de 2005 o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), preocupado com a garantia do suprimento energético associado ao intercâmbio internacional, recomendou à Aneel que instruísse processo de realização de testes para a comprovação da existência de disponibilidade de potência e energia entre o Brasil e a Argentina. Com base no resultado destes testes o valor atribuído à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia foi reduzido de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW.

Por força do ocorrido, a Companhia entendeu que ficou caracterizado o inadimplemento contratual por parte da Cien, tornando-se aplicáveis as penalidades previstas no contrato. A Cien, contudo, não pagou quaisquer das penalidades aplicáveis, nem buscou sanar o inadimplemento.

Neste contexto, como precaução, a Companhia foi levada a diversas medidas, visando neutralizar os eventuais impactos comerciais, preservar seus compromissos e resultados, contemplando, entre outras, a efetivação de compras que serviriam como compensação à redução das garantias físicas de energia relativas às interconexões de responsabilidade da Cien.

Em paralelo, a Companhia tomou a iniciativa de avaliar, em caráter excepcional, possíveis alternativas para a resolução das pendências envolvendo o contrato, chegando a elaborar algumas proposições para a apreciação da Cien. Malgrado os esforços, não houve avanço nestas negociações, pelas seguidas rejeições da Cien às propostas apresentadas.

Posteriormente, em 20.06.2006, constatou-se que a Cien não disponibilizava sequer os 72 MW remanescentes, levando a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo de 72 MW para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Cabe destaque, também, às negociações realizadas entre os governos do Brasil e da Argentina, que resultaram no Acordo de Entendimentos entre os países, assinado em dezembro de 2005, visando o estabelecimento de condições especiais para um período dito de "transição", até 31.12.2008. Segundo este Acordo, a partir de 2009 seriam, então, restabelecidas as condições plenas de exportação para o Brasil, o que, até o momento, não se verificou.

A Companhia buscou ainda outras ações mitigadoras, atuando junto à Aneel e CCEE para a adequação da questão do lastro, e apresentando ao Ministério de Minas e Energia (MME) contribuições à intermediação de acordos, à redefinição de responsabilidades ou, no limite, ao término das obrigações.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde 2005 sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Por oportuno, todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

e) Compra de Gás Natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), localizada em Campo Grande (MS), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou Medida Cautelar Preparatória, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida, para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

Dessa decisão a Petrobras recorreu para o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que manteve a decisão. Inconformada, interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia tem comprado energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre MSGÁS e Petrobras e seus respectivos aditivos sejam renovados pelo período de 05 anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). Dessa decisão a Petrobras interpôs embargos de declaração, que foram rejeitados, e ingressou com Recurso de Apelação perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, onde se encontra aguardando julgamento.

Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para Arjona a partir de 26.11.2009.

f) Contratos de Arrendamentos
Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo.

f.1) Eólica Beberibe S.A.: possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17.05.2027 até 28.09.2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 687.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	281
2011 a 2015	1.125
2016 em diante	11.997
	13.403

f.2) Eólica Pedra do Sal S.A.: possui um contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2009, o total da despesa foi de R$ 296.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	356
2011 a 2015	1.423
2016 em diante	5.011
	6.790

f.3) Projetos de geração de energia eólica adquiridos em 2009: os projetos adquiridos pela controlada TBLP, possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos variam entre 2032 e 2042 e os pagamentos ocorrem mensalmente em parcelas fixas e variáveis, estas últimas ocorrerão a partir da entrada em operação de cada um dos projetos.

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

2010	390
2011 a 2015	1.560
2016 em diante	8.701
	10.651

g) Contratos para construção da UTE Destilaria Andrade
A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz para serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da UTE Destilaria Andrade, cujo montante remanescente em 31.12.2009 era de R$ 38.142. A vigência do contrato é de até 01.06.2010.

A Ibitiúva também assinou contrato com a Leme Engenharia Ltda., empresa pertencente ao Grupo GDF SUEZ, para controle de qualidade do projeto da UTE Destilaria Andrade, no valor remanescente em 31.12.2009 de R$ 595, com vigência até 01.04.2010.

37 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos feitos no exercício são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	177.771	97.116	256.049	142.734
Imposto de renda e contribuição social	422.486	282.774	468.486	351.353
Transações que não envolveram o caixa				
Contabilização da concessão a pagar da UHE São Salvador	-	-	352.097	-
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	275.913	176.000	275.913	176.000
Dividendos propostos a receber de controladas	7.418	4.041	-	-
Aquisição de empresas pela controlada TBLP	-	-	-	221.306
Efeito dos ajustes da Lei 11.638/07	-	(4.919)	-	(4.919)

38 – EVENTO SUBSEQUENTE

a) SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)

A Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das ações ordinárias de emissão da SER, empresa controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA). A SER é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado em 05.11.2002 para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito (AHE Estreito), que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW e 641,08 MW médios de energia assegurada (a energia assegurada será reduzida para 590,41 MW médios após a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada, prevista para janeiro de 2017, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)). Os demais consorciados do Ceste são Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa – 25,49%) e Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela SER. A concessão do AHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas do Ceste, na proporção de suas respectivas participações no consórcio. O total dos aportes realizados pela GSELA na SER até a data da assinatura do contrato é de R$ 324.390.

Conforme previsto no artigo 256, § 1º da Lei das Sociedades Anônimas (LSA), a avaliação da SER, tendo como data-base 30.09.2009, foi realizada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. através de laudo de avaliação elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (Laudo de Avaliação).

Com base nos resultados apontados no Laudo de Avaliação, foi definido que o preço de compra a ser pago pela Tractebel Energia à GSELA é de R$ 604.390, sendo (i) R$ 302.195 pagos no prazo de até 30 dias contados da assinatura do contrato, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata* temporis, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento; e (ii) R$ 302.195 pagos (a) até 31.07.2010, desde que obtidas as anuências prévias referidas a seguir, ou (b) caso as mesmas não tenham sido obtidas até 31.07.2010, em até 10 dias úteis após a obtenção da última anuência prévia necessária, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro rata* temporis, desde a presente data até a data de seu efetivo pagamento. O valor patrimonial da SER em 31.12.2009 é de R$ 548.760.
A primeira parcela no montante atualizado de R$ 304.556 foi paga no dia 19.01.2010.

A aquisição será submetida à ratificação pela assembleia geral de acionistas da Tractebel Energia, consoante o disposto no artigo 256, II, "b", da LSA. A ratificação da aquisição ensejará aos acionistas inscritos até a presente data nos registros da Companhia e que vierem a dissentir das deliberações da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição, o direito de retirada, conforme tratado na LSA. Informações adicionais acerca do referido direito de retirada, tais como, valor patrimonial da ação para fins de reembolso, prazo e procedimentos a serem adotados pelos acionistas dissidentes, serão prestadas oportunamente, por ocasião da convocação da assembleia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição.

A eficácia da aquisição estará sujeita a condições suspensivas usuais em transações dessa natureza, incluindo, mas sem limitação, a aprovação da aquisição pela Aneel a anuência de terceiros, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras credoras da SER, nos termos dos respectivos contratos de financiamento celebrados pela SER. Dessa forma, o investimento será reconhecido pela Companhia após o atendimento de todas essas condições suspensivas estabelecidas no contrato. A diferença entre o valor a ser pago, que corresponderá ao *fair value*, e o valor patrimonial na data do fechamento da aquisição terá como fundamento o direito de uso do bem público estabelecido no contrato de concessão e será alocado no ativo imobilizado, juntamente com o valor da concessão a ser considerada como parte desse ativo, em razão desse direito não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

b) Pré-pagamento do financiamento da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)
Em 17.02.2010, a PPESA, subsidiária indireta e integral da Companhia, executou a amortização antecipada da totalidade de seu endividamento financeiro com o BNDES e bancos repassadores (Itaú BBA, Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil).
A amortização antecipada no montante somou R$ 223.187 foi uma iniciativa da Companhia como parte do plano da incorporação da PPESA e de sua *holding* controladora Energia América do Sul Ltda. na Companhia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Parecer dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres Diretor Presidente	
Eduardo Antonio Gori Sattamini Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	**José Luiz Jansson Laydner** Diretor de Comercialização e Negócios
Miroel Makiolke Wolowski Diretor de Implantação de Projetos	**José Carlos Cauduro Minuzzo** Diretor de Produção de Energia
Marco Antonio Amaral Sureck Diretor de Planejamento e Controle	**Luciano Flávio Andriani** Diretor Administrativo

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2010

(A nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009 encontra-se na próxima página)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2009, da Tractebel Energia S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr Presidente	**Jan Franciscus María Flachet** Vice-Presidente
Manoel Arlindo Zaroni Torres Conselheiro	**Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos** Conselheiro
Dirk Beeuwsaert Conselheiro	**Alain François Marie Luoise Janssens** Conselheiro
Luiz Antônio Barbosa Conselheiro	**José Pais Rangel** Conselheiro
Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro Conselheiro	

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres Diretor Presidente	
Eduardo Antonio Gori Sattamini Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	**José Luiz Jansson Laydner** Diretor de Comercialização e Negócios
Miroel Makiolke Wolowski Diretor de Implantação de Projetos	**José Carlos Cauduro Minuzzo** Diretor de Produção de Energia
Marco Antonio Amaral Sureck Diretor de Planejamento e Controle	**Luciano Flávio Andriani** Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A. e controladas
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais (individual e consolidado) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia") e de suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas suas operações correspondentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2009, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu sobre essas Demonstrações Contábeis, emitido em 22/02/10, declaram que o referido documento está em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

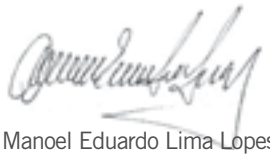
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2010



Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente



Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro



Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro